

Ricardo Martínez Lacy

HISTORIADORES E HISTORIOGRAFÍA DE LA ANTIGÜEDAD CLÁSICA



BREVIARIOS

Índice

Índice

Prefácio a esta edição

Prefácio à primeira edição

Primeira parte

introdução

II. Condições históricas do surgimento da história

III. O objeto da história

As relações entre civilizados e bárbaros

Relações interestaduais

Os problemas internos

O surgimento de novos temas

4. História e verdade

V. Métodos de pesquisa e apresentação

SERRA. História, cultura e sociedade na antiguidade clássica

bibliografia

Interlúdio

O classicismo de Las Casas

Bibliografia

Segunda parte

introdução

Bibliografia

II. Edward Gibbon (1737-1794)

Bibliografia

III. Johann Gustav Droysen (1808-1884)

Bibliografia

4. Theodor Mommsen (1817-1903)

Bibliografia

V. Justo Sierra Méndez (1848-1912)

Bibliografia

Apêndice

Abreviações

SERRA. Robert von Pöhlmann (1852-1914)

Bibliografia

VII. Mikhail Ivanovich Rostovtzeff (1870-1952)

Bibliografia

VIII. Moisés I. Finley (1912-1986)

Bibliografia

IX. Perspectivas atuais sobre a história antiga

BRIVIÁRIOS
do
FUNDO DE CULTURA ECONÔMICA

541

HISTORIADORES E HISTORIOGRAFIA
DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Historiadores
e historiografia
da antiguidade clássica
Duas abordagens



FONDO DE CULTURA ECONÓMICA

por RICARDO MARTÍNEZ LACY

Primeira edição UNAM (ENEP Acatlán), 1994
Primeira edição FCE , 2004
Primeira edição eletrônica, 2014

Design da capa: R/4, Pablo Rulfo

DR © 2004, Fondo de Cultura Económica
Carretera Picacho-Ajusco, 227; 14738 México, DF
Empresa certificada ISO 9001:2008



www.fondodeculturaeconomica.com

Comentários:

editorial@fondodeculturaeconomica.com

Tel. (55) 5227-4672

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, independentemente do meio. Todo o conteúdo incluído, como recursos tipográficos e de layout, textos, gráficos, logotipos, ícones, imagens, etc., são de propriedade exclusiva do Fondo de Cultura Económica e estão protegidos pelas leis de direitos autorais mexicanas e internacionais.

ISBN 978-607-16-2062-0 (mobi)

Fabricado no México - *Fabricado no México*

ÍNDICE

[Prefácio a esta edição](#)

[Prefácio à primeira edição](#)

[Primeira Parte](#)

[O CONCEITO DE HISTÓRIA](#)

[NA HISTORIOGRAFIA ANTIGA](#)

[introdução](#)

[II. Condições históricas do surgimento da história](#)

[III. O objeto da história](#)

[As relações entre civilizados e bárbaros](#)

[Relações interestaduais](#)

[Os problemas internos](#)

[O surgimento de novos temas](#)

[4. História e verdade](#)

[V. Métodos de pesquisa e apresentação](#)

[SERRA. História, cultura e sociedade na antiguidade clássica](#)

[Bibliografia](#)

[EU INTERLÚDIO](#)

[O classicismo de Las Casas](#)

[Bibliografia](#)

[Segunda Parte](#)

[OS MÉTODOS DOS HISTORIANOS CONTEMPORÂNEOS](#)

[DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA](#)

[\(GRÉCIA E ROMA \)](#)

[introdução](#)

[Bibliografia](#)

[II. Edward Gibbon \(1737-1794\)](#)

[Bibliografia](#)

[III. Johann Gustav Droysen \(1808-1884\)](#)

[Bibliografia](#)

[4. Theodor Mommsen \(1817-1903\)](#)

[Bibliografia](#)

[V. Justo Sierra Méndez \(1848-1912\)](#)

[Bibliografia](#)

[Apêndice](#)

[Abreviações](#)

[SERRA. Robert von Pöhlmann \(1852-1914\)](#)

[Bibliografia](#)

[VII. Mikhail Ivanovich Rostovtzeff \(1870-1952\)](#)

[Bibliografia](#)

[VIII. Moisés I. Finley \(1912-1986\)](#)

[Bibliografia](#)

[IX. Perspectivas atuais sobre a história antiga](#)

Em memória
de LORENZO LUI

PREFÁCIO DESTA EDIÇÃO

Acrescenta-se a esta edição o capítulo sobre o classicismo de Las Casas, que foi apresentado como artigo na XIV Conferência de História Ocidental. V Centenário (1492-1992). Outros pontos de vista. 24 e 25 de setembro de 1992. Agradeço ao Senhor Luis Prieto Reyes o convite para participar desse congresso. Agradeço também ao Departamento de Publicações da ENEP Acatlán por ter transferido os direitos autorais desta segunda edição, bem como ao Fundo de Cultura Econômica.

Cidade do México, março de 2004

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Em 1987 ministrei um curso sobre historiografia antiga para meus colegas do ENEP Acatlán. Dois anos depois repetimos a experiência, só que desta vez tratei da historiografia moderna sobre a antiguidade clássica. Finalmente, em maio deste ano participei do Workshop Internacional de Filologia Clássica na América, realizado em Havana, Cuba, com uma apresentação sobre *o Compêndio de história antiga* de Justo Sierra. Al revisar los tres textos me pareció que formaban una especie de díptico: dos aproximaciones a la historiografía de la antigüedad clásica, y se me ocurrió formar este libro y dedicarlo a Lorenzo Luna, entrañable amigo con quien más he platicado de historiografía y, en general, de historia.

Agradeço, portanto, aos meus colegas da ENEP Acatlán pela colaboração neste trabalho, aos participantes do workshop de Havana, às licenciadas Aurora Flores Olea e Patricia Montoya Rivero, aos sucessivos diretores do Departamento de Filosofia e História da ENEP Acatlán, Ana María González e ao Dr. Elina Miranda, reitora e vice-reitora, respectivamente, da Faculdade de Letras da Universidade de Havana.

Cidade do México, junho de 1990

Pós-escrito: um destino implacável me forçou a mudar os termos da dedicatória.

Além disso, no último ano e meio, vários amigos e colegas leram o manuscrito e alguns discutiram-no comigo, o que me levou a fazer algumas modificações neste livro. Agradeço seus esforços e declaro que sou o único responsável por quaisquer erros que permaneçam. São eles a Dra. Lourdes Rojas Álvarez, o Dr. Jorge Alberto Manrique, o Dr. Álvaro Matute, a senhora Pilar Barroso Acosta e a senhora Carmen Nava Nava. É também um prazer agradecer a Judith Martínez Hernández pela ajuda incansável e pela paciência infinita que demonstrou ao me ajudar a processar o texto.

Cidade do México, fevereiro de 1992

PRIMEIRA PARTE

O CONCEITO DE HISTÓRIA NA
HISTORIOGRAFIA
ANTIGA

INTRODUÇÃO

O ESTUDO da história é comum em nossa cultura. Embora possa haver diferentes concepções ou apreciações em torno disso, é algo dado como certo.

Neste escrito tentarei expor as características de uma concepção diferente da nossa: as do conceito original que a história teve na antiguidade clássica. Qual poderia ser o sentido de um estudo com tal orientação?

Como todos sabemos, a história é um processo que nós próprios produzimos e por isso ao estudá-la tratamos, antes de mais, de um dos aspectos mais fundamentais da nossa vida, visto que o homem é um animal histórico. É claro que a história não pode ser compreendida parcialmente, o que não significa que seja necessário estudá-la toda, mas significa que é necessário ter uma visão global dela. Na elaboração de tal visão, a historiografia não pode deixar de desempenhar um papel fundamental, uma vez que, ao estudar obras de história e concepções sobre ela, os historiadores poderão obter uma perspectiva sobre o seu próprio lugar tanto na história como na historiografia: é claro que a historiografia não tem a mesma relação com os historiadores do que - por exemplo - a ornitologia com pássaros: quanto mais conscientemente o historiador assumir a sua circunstância histórica, mais capaz será de exercer uma profissão que não é instintiva, mas produto de uma vocação e de um trabalho consciente.

Agora, por que se preocupar com o conceito de história? Se concordarmos que o estudo da história não é um produto natural do homem, mas uma disciplina científica e, portanto, parte da cultura, e que os historiadores, por definição (e talvez, infelizmente), não podem ser como o burro que tocava flauta, nós devemos concordar que não pode haver uma historiografia sem subjacente a ela um conceito de história tanto como ciência como no que diz respeito ao próprio processo: nenhum historiador fez história por acaso nem com o propósito de escrever um tratado de física ou investigar qualquer assunto que não seja a própria história. Pode-se dizer que - explícita ou implicitamente - o conceito de história é o fundamento necessário de qualquer escola ou corrente historiográfica.

É claro que existem vários conceitos de história e corre-se sempre o risco de atribuir os seus próprios aos outros, especialmente quando se estuda culturas diferentes da nossa. Diante disso, Gerald Press, seguindo a opinião de Quentin Skinner, adotou o método de estudo das palavras e em seu livro se dedica a acompanhar a evolução semântica de *histor*, *hístōreîn*, *historia*, *historikós* e palavras relacionadas em latim, mas parte de a suposição (provavelmente derivada da filosofia analítica) que o homem sempre expressa o que diz e sempre diz o que quer dizer, o que me parece questionável, e adota implicitamente a posição de que é impossível compreender os referentes da linguagem, posição que me parece extremamente perigosa. Além disso, é ingênuo pensar que a concepção da história é a mesma que a definição das palavras a ela relacionadas.

Na minha opinião, é possível enfrentar o obstáculo adotando uma posição historicista e, seguindo Finley, considerando a história um diálogo entre o historiador e o objeto de seu estudo.

Vários princípios derivam desta posição metodológica: em primeiro lugar, implica que, ao analisarmos o trabalho dos historiadores clássicos, devemos ter em conta a historicidade, ter consciência de que dois mil anos não passam em vão, mas sobretudo tirar conclusões da estranheza. —o estranho—da cultura clássica, uma cultura que tinha um certo papel dentro da sua sociedade e que era radicalmente diferente do papel que a cultura tem entre nós.

Consequentemente, devemos ter em conta que, para compreender plenamente os clássicos, entre os quais se contam, naturalmente, os historiadores antigos, não podemos abstrair-nos do seu ambiente, mas muito pelo contrário: partir dele. Portanto, nosso próximo capítulo é dedicado às condições históricas que levaram ao surgimento da história.

Estas considerações implicam que a percepção dos clássicos nunca pode ser imediata, uma vez que Eles, ao estudarem história e escreverem sobre ela, agiram de acordo com um público e uma sociedade específicos, enquanto nós, ao lê-los (e a própria possibilidade de lê-los é consequência de uma cadeia de acontecimentos históricos que compõem uma tradição cultural complexa), nós faça isso de uma perspectiva diferente.

Não podemos, portanto, pretender partir do pressuposto do seu conhecimento, mas sim do da sua ignorância, nem devemos, sobretudo, pressupor um contexto social e intelectual que seja de facto diferente e alheio ao nosso.

Por fim, devemos levar em conta o que há de diferente dos clássicos para contrastá-lo com o presente, pois se partirmos da historicidade dos fenômenos culturais e da consequente qualidade dialógica da história, não podemos deixar de assumir a historicidade das nossas próprias formas culturais. . Contrastar a nossa cultura com outras é essencial para adquirir uma cultura histórica que nos permita aceder a uma posição crítica relativamente à nossa própria vida.

Isso nos leva ao último ponto desta introdução. Por que precisamente a historiografia antiga? É claro que esta é uma questão para a qual uma resposta completa não pode ser obtida até o final desta seção, mas a partir de agora uma resposta pode ser proposta em resumo.

Por exemplo, nas críticas que O'Gorman fez à visão da descoberta da América por Colombo, como um encontro entre dois mundos, subjacente uma concepção da história do México que começou a tomar forma com *a História Antiga de Clavijero...* e que, pelo que se pode ver, continua até agora. O que se trata do debate, do qual fazem parte as críticas acima mencionadas, é definir a natureza da história do México como um país em que houve um encontro entre dois povos ou em que existe uma cultura dominante que suprimiu o pré-existentes (circunstância que certamente não exclui influências mútuas).

Pois bem, embora seja claro que para resolver este debate será necessário apelar ao lugar que este fenômeno ocupa na história universal, será necessário ter em conta que relação as culturas americanas tiveram entre si e com o resto da humanidade . Será, portanto, necessário discutir a origem e a evolução da cultura europeia. O que quero dizer é que assim como esta questão não deve ser vista como algo isolado da história universal, da qual é uma parte importante, *é impossível ter uma visão parcial da história*. Em outras

palavras, uma visão parcial do passado não é uma visão histórica. Consequentemente, a importância do estudo deste ou daquele tema dependerá do seu lugar na história como um todo. Avançando um pouco, é preciso dizer que embora todos os povos e todos os homens tenham uma certa visão do passado e, embora algumas culturas, como a chinesa e a hebraica, tenham vindo a formar uma ideia coerente desse passado, é foram os gregos que, no século V, para C. inventou a história, que não por acaso tem nome grego. Também não é coincidência que a extensão da história (como disciplina científica) tenha coincidido com a extensão da cultura europeia, de origem grega. Assim, estudar a história antiga implica lidar com a origem da nossa disciplina, compreender como, porquê e com que finalidade ela surgiu e, dessa forma, tomarmos consciência um pouco mais do nosso próprio lugar na historiografia, distanciando-nos assim das aves, para assim assiduamente estudado por ornitólogos.

Obviamente, não pretendo contribuir com este estudo para a solução dos problemas nacionais, mas isso não significa que a mínima clareza que ele pode trazer às nossas consciências não terá qualquer efeito. Num artigo recente, Ruy Pérez Tamayo afirma que a independência nacional só pode ser garantida através de uma revolução científica, uma vez que toda a ciência no México é importada. Até este ponto, você tem que concordar com ele. Mas este autor também alega que, embora a Espanha (e com ela a Nova Espanha) desprezasse as ciências da Renascença, acolheu de bom grado as humanidades e dá os séculos dourados como exemplo. Na minha opinião, estamos perante um problema de indefinição, porque embora seja verdade que artes como a pintura (Velázquez) ou a literatura (Cervantes) floresceram em Espanha e nas suas colónias, as próprias humanidades, como a filologia, a história ou a filosofia, para citar apenas três, ficou para trás em relação ao resto da cultura europeia e, como consequência, não pode ser falar de um renascimento, de um iluminismo ou, em geral, de um pensamento de vanguarda na Espanha ou em seu império. É claro que nós, mexicanos, somos herdeiros dessa posição face a uma cultura europeia que, entretanto, se tornou universal. Nossos filólogos traduzem, mas não fazem crítica textual; nossos historiadores tratam da história regional ou supra-regional; Nossos filósofos são, em sua maioria, epígonos ou disseminadores da filosofia. Pois bem, voltando a Pérez Tamayo, que no referido artigo propõe a necessidade de uma revolução científica, teríamos que responder que para que ocorra uma revolução científica no México deve haver, ao mesmo tempo (se não antes), uma revolução humanística revolução, na verdade, toda uma revolução cultural, embora não necessariamente em termos maoístas. Tal revolução deve implicar, entre outras coisas, mas necessariamente, a elaboração de uma visão total da história, na qual já dissemos que lugar ocuparia a historiografia antiga.

Com este trabalho aspiramos nem mais nem menos a semear uma semente que, se der frutos, possa tornar-se parte do florescimento revolucionário que a nossa cultura necessita para sobreviver.

Antes de finalizar o capítulo, é necessário definir como a seção se enquadraria no contexto declarado, ou seja, o método deve ser explicado.

O conceito de história, tema do título desta seção, servirá para estruturá-la em torno de uma problemática específica que é útil – e necessária – para estabelecer o referido diálogo.

Na verdade, se tivesse sido escolhido um método cronológico de exposição, a própria cronologia se voltaria contra a exposição em ordem lógica e imporia outra que, em vez de revelar, ocultaria os vínculos lógicos que, precisamente, nos interessa elucidar.

Ao longo da exposição explicarei a função que cada parte tem em relação ao todo.

II. CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA

Para começar, exporei alguns princípios teóricos derivados das famosas Teses de Marx *sobre Feuerbach*.

Segundo eles, é preciso considerar a base e a superestrutura como uma unidade, a unidade da essência humana, levando em conta (tese VI) que “a essência humana não é algo abstrato inerente a cada indivíduo. É, na sua realidade, o conjunto das relações sociais.”

O que isso tem a ver com o nosso tema? A implicação geral é que uma divisão entre base e superestrutura e o consequente corolário de que a segunda é um reflexo da primeira não é uma posição marxista e, de facto, o próprio Marx atribui-a a Owen (tese III).

No que diz respeito à origem da história, estas considerações levam à conclusão de que, ao tentar elucidar a origem da história do ponto de vista marxista, não é possível limitar-nos a analisar a base, a formação político-social grega. do século V a.C. C. e depois concluo que, de tudo isso, *as Histórias de Heródoto* nada mais são do que uma reflexão. Não, “a coincidência da mudança das circunstâncias e da a atividade humana só pode ser concebida e compreendida racionalmente como prática revolucionária” (III).

Consequentemente, devemos proceder tendo em conta que a cultura é um dos pólos da relação dialética entre base e superestrutura e que quando em *A Ideologia Alemã* Marx e Engels declaram enfaticamente que é “o ser que determina a consciência” eles estão se referindo a isso ser social que é também um ser cultural. Assim, o que devemos explorar é a relação que existiu entre as *Histórias* Herodotas e a sociedade que lhes deu origem. Para isso, é aconselhável partir do trabalho em si e depois passar para a sociedade.

A obra de Heródoto começa assim:

Esta é a exposição do resultado das investigações (histórias) de Heródoto para evitar que, ao longo do tempo, os acontecimentos humanos fossem esquecidos e os notáveis e únicos empreendimentos realizados, respectivamente, por gregos e bárbaros - e, especialmente, a razão (*aitíe*) de seu confronto mútuo - não são enfatizados.

Ou seja, para Heródoto, a função da história é ajudar a lembrar com imparcialidade os grandes empreendimentos, principalmente no que diz respeito às suas causas, ou seja, não é uma crônica que enumera ou apresenta uma lista dos “grandes empreendimentos da humanidade”, mas de uma narrativa que os explica.

Em seguida, Heródoto relata versões míticas da origem das guerras persas, mas rapidamente as despacha – em cinco parágrafos – para passar a Creso, o rei lídio do século VI a.C. C. Depois Numa breve apresentação (6), Heródoto conta toda a história da Lídia a partir de seus reis (7-25) até chegar a Creso (26). Ele está pouco interessado no reinado de Creso em si (26-27) e prefere destacar a diferença entre os gregos e os asiáticos.

Para isso, o “pai da história” conta a história de uma fantástica viagem de Sólon a Sardes, corte do rei Lídio. Nesta visita, depois de lhe mostrar as suas riquezas, Creso, em busca de bajulação, pergunta ao sábio ateniense quem ele considera o homem mais feliz, ao que Sólon responde que foi Telo de Atenas, apresentando as seguintes razões:

Em primeiro lugar, Telo teve, numa *pólis próspera*, filhos lindos e bons, e chegou a ver que nasceram filhos para todos eles e que todos cresceram; Além disso, depois de ter desfrutado, na medida das nossas possibilidades, de uma vida afortunada, teve o final mais brilhante. Na verdade, ele participou de uma batalha travada em Elêusis entre os atenienses e seus vizinhos, pôs o inimigo em fuga e morreu gloriosamente; Os atenienses, por sua vez, deram-lhe sepultura pública no local onde havia caído e prestaram-lhe grandes honras [I. 30. 4-5].

Esta resposta é, nem mais nem menos, uma exaltação de valores políticos. “Sólon” começa apontando a prosperidade de Atenas durante a vida de Telo e *depois* aponta que seus filhos eram lindos e bons (*kaloí kagathói*): essas qualidades correspondem ao que entenderíamos por “decente”, mas no enquadramento da *polis*, ou seja, eram homens úteis, bons cidadãos, trabalhadores (provavelmente do campo), bons soldados e piedosos. Mas não só, Telo também gozou da honra de morrer pela sua pátria, ou seja, pela sua *pólis*, condição que o elegíaco Calino exalta (frag. 1 D); Teve também a honra de lhe ser concedido sepultamento público no local da sua morte, homenagem concedida apenas, fora de Telos, aos que tombaram em Maratona (Th. II. 54. 1).

Não nos interessa o final da conversa entre Creso e Sólon (32-33), onde se reafirma o que já foi dito. Basta notar que Sólon terminou dizendo que não se pode dizer que nenhum homem é feliz até que sua vida termine, porque sua fortuna pode mudar.

Heródoto então conta como os deuses puniram o orgulho (*arrogância*) de Creso, fazendo com que o príncipe herdeiro da Lídia morresse nas mãos de um convidado que havia sido acolhido pelo rei da Lídia após matar acidentalmente seu irmão (34-45).). Devemos salientar aqui o papel da fortuna (*tyche*) na vingança do orgulho de Creso através de um personagem destinado a fazer o mal àqueles que o favorecem.

Depois deste infortúnio, Creso prepara-se para atacar a Pérsia, mas não antes de ter obtido oráculos aparentemente favoráveis da cartomante délfica (46-55). Creso também decidiu buscar Atenas ou Esparta como aliadas, e Heródoto aproveita para fazer uma breve digressão (56-68) sobre a história constitucional de cada uma dessas *pólis*.

Finalmente, Creso ataca a Pérsia e é rapidamente derrotado, feito prisioneiro e queimado na fogueira (71-86). Então ele se lembra das palavras de Sólon e o invoca. Creso, o rei persa, ouve e pede explicações ao lídio, que lhe conta sobre sua entrevista com o legislador ateniense.

Entonces Creso, al oír de labios de los intérpretes lo que Creso había dicho, cambió de opinión y reconoció que él, un hombre al fin y al cabo, estaba entregando en vida al fuego a otro hombre que había gozado de una prosperidad no inferior a la suya; Como también sentía el miedo de la venganza divina, y considerando que, entre las cosas humanas, no había ninguna que sea estable, mandó apagar rápidamente el fuego y hacer descender de la pira a Creso y a los que estaban con él. 86.6].

A fogueira, porém, não pôde ser apagada, e somente a intervenção direta de Apolo salvou Creso da morte.

Pouco depois, Creso aconselhou Creso a não despedir Sardes porque os persas, que por natureza são fogosos, também são pobres; “Portanto, se você permitir que eles saqueiem e

se apoderem de grandes riquezas, você pode esperar deles o seguinte: quem se apropriar de uma quantia maior, tenha certeza de que se revoltará contra você” (I.89. 2).

Creso aproveitou o favor de Ciro para enviar mensageiros a Delfos para pedir explicações para o fracasso da Lídia e a Pítia respondeu, entre outras coisas, que "mesmo Para um deus é impossível evitar a determinação do destino. Creso expiou a culpa de seu quarto ascendente... [Loxias] atrasou a tomada de Sardes por três anos..." (I.91. 1-3).

Duas ideias de Heródoto merecem destaque.

Em primeiro lugar, devemos notar a importância que o destino tem para a história. A decisão dos Moirais é tão poderosa que nem o próprio Apolo consegue se opor a ela, mas no máximo adiá-la. Diante de tal perspectiva, o que o homem pode fazer?

Os mortais devem estar atentos às mudanças da sorte e não se tornarem arrogantes por causa de uma felicidade que pode ser transitória; Deveriam antes buscar um destino comedido, como o de Telo.

Segue-se que o conhecimento da variabilidade da fortuna faz de Creso um homem sábio, conselheiro de Ciro, que conheceu bem a natureza humana e assim, por exemplo, pode discernir as características dos persas e, conseqüentemente, dar conselhos apropriados. Sólon desfrutava do mesmo conhecimento e qualquer ser humano poderia adquiri-lo, por exemplo, ouvindo a obra de Heródoto.

O resto das *Histórias* é uma ampliação das ideias expressas no episódio de Creso: a Pérsia, arrogante, lança-se contra a humilde Grécia e é por ela derrotada.

Agora, que função social poderia ter tido uma obra com as características declaradas? É claro que seria inútil num Estado autocrático onde os súditos teriam que se limitar a obedecer e silêncio, e onde o pensamento individual seria, na melhor das hipóteses, supérfluo: seria inútil tentar desvendar um destino contra o qual, em todo o caso, nada pode ser feito. Homens como Telo, por outro lado, tiveram a opção de aprender com os caprichos da fortuna e escolher uma mediocridade dourada. Lembrando as circunstâncias de Telo, é preciso dizer que as suas qualidades são precisamente políticas: cidadão de uma *pólis* em primeiro lugar, de uma *pólis próspera*, além disso, pai de filhos e filhos que, além disso, são bons cidadãos. Mais importante ainda, Telo morreu como um bom cidadão para a sua *pólis* e os seus concidadãos honraram-no por isso. Homens como ele não foram apenas os destinatários da obra de Heródoto, mas, sobretudo, as comunidades que formaram foram as que criaram as condições favoráveis para que as *Histórias* fossem escritas e, portanto, para a própria história.

Na verdade, o que distingue a *pólis* é o seu carácter político: é uma comunidade de iguais que se governam, e isso torna essencial para eles o pensamento individual e independente, uma vez que não só não há ninguém que decida por eles e lhes dê ordens, mas cada um a pessoa deve pensar por si mesma e decidir que ação tomar em cada circunstância.

É evidente que os gregos não formaram a *polis* por acaso, nem foram inspirados pelo céu azul da Grécia para desenvolver um pensamento claro, nem carregaram a história e a cultura gregas nos seus cromossomos. A *polícia* está conseqüência de um processo histórico – de uma cadeia de eventos – que começou com a queda da cultura micênica, análoga aos reinos orientais na estrutura de sua sociedade.

Com efeito, quando os estados micênicos altamente centralizados se dissolveram, a sua alta cultura também altamente centralizada desapareceu, assim como todos os seus

mecanismos governamentais e administrativos centralizados, enquanto os camponeses, embora empobrecidos e dizimados, eram livres e começaram a organizar-se a partir de baixo em comunidades domésticas. (*oíkoí*) baseado em algo que até então tinha uma existência precária, não só na Grécia mas em todo o mundo: a propriedade privada da terra. Embora, claro, esta propriedade tenha levado rapidamente a diferenças sociais e dado origem a uma aristocracia, as novas relações de produção foram enquadradas nos limites da comunidade (a *polis*), de tal forma que, para ser proprietário, era necessário ser cidadão, membro da *polis*.

A história da Grécia desde o seu surgimento até o século V, quando Heródoto escreveu as suas *Histórias*, pode ser caracterizada como um período de luta do povo para levar ao limite a igualdade entre os cidadãos, uma vez que a existência de propriedade favorecia a desigualdade e tendia a fazer pequenas os agricultores perdem a liberdade e são forçados a trabalhar nas suas próprias terras para os aristocratas, uma condição de servidão que se reflectiu na dívida e na chamada escravatura por dívida.

Na verdade, em Atenas o povo teve que lutar durante quase cento e cinquenta anos para alcançar a democracia, que deve ser considerada a forma mais completa de organização da *polis*, pois implica ao máximo a participação dos cidadãos no governo da sua própria comunidade. Na verdade, por volta de 620 AC. C. as leis foram escritas, o que permitiu a qualquer pessoa confiar nelas, a salvo das interpretações dos aristocratas, que as preservaram oralmente (e certamente mudaram) de geração em geração; Em 594, o povo conseguiu a eleição de um magistrado extraordinário, Sólon, que aboliu a escravidão por dívida e libertou os servos; por volta de 555 os atenienses apoiaram Pisístrato, que como tirano enfraqueceu (ainda mais) os laços de clientela entre as fratrias aristocráticas e os cidadãos, ergueu monumentos (o primeiro Partenon) e criou festivais políticos (como os dionisíacos) e, finalmente, em torno de 507 Através de uma genuína revolta popular, os cidadãos de Atenas resistiram ao exército espartano e, sob o comando de Clístenes, estabeleceram um conselho de quinhentos cidadãos composto por cinquenta homens de cada uma das dez novas tribos que substituíram as quatro tribos aristocráticas primitivas, quebrando assim o principal meio de controle da aristocracia. Esta foi a *polis* que levou trinta estados gregos a derrotar um império quase imensurável.

A obra de Heródoto, então, ao definir-se como

a apresentação dos resultados das investigações... para evitar... que os acontecimentos humanos sejam esquecidos e que os notáveis e únicos empreendimentos realizados respectivamente por gregos e bárbaros - e, especialmente, a razão do seu confronto mútuo - sejam ignorados [...],

É um memorial que a *pólis*, ascendente e triunfante, ergue para si mesma. Mas não se trata, contudo, da comemoração da *pólis* como sistema, mas de um deles: Atenas. Isto pode ser explicado analisando a situação na Grécia e em Atenas quando Heródoto escreveu a sua obra.

Como pode ser visto na palestra de Cobet sobre “Heródoto e Tucídides sobre a Guerra”, há razões para pensar que as *Histórias* foram concluídas nas décadas de 1940 ou 1930. Não vale a pena tentar ser mais preciso aqui, o que também é perigoso, pois corre-se o risco de ser uma petição de princípio. O que é necessário é elucidar as condições pessoais de Heródoto e as condições históricas da Grécia – e em particular as de Atenas – e relacioná-las com a estrutura, carácter e mensagem da obra de Heródoto. Vou começar com o autor.

Nascido no final das Guerras Persas em Halicarnasso, *uma pólis* sujeita aos persas, Heródoto foi exilado da sua terra natal para se refugiar primeiro em Samos e depois em Atenas, onde se tornou amigo de Péricles, Sófocles e Anaxágoras e escreveu a sua obra, cuja leitura teve um sucesso tão grande que se diz que Atenas Ele lhe deu um prêmio por isso. Tais amizades e tal prêmio sugerem que as *Histórias* passaram a desempenhar um papel importante na cultura ateniense de sua época. Para melhor caracterizá-la, convém analisar dois aspectos importantes dessa cultura: o teatro e o sofisma.

Tal como a história, o teatro é uma invenção grega e, naturalmente, foi incentivado e influenciado pelos mesmos fatores.

Assim, temos que o teatro surge em Atenas como parte das festas dionisiacas instituídas por Pisístrato, uma exposição pública de natureza política e religiosa que trata de problemas de interesse público. Na verdade, pode-se dizer, sem exagero, que o menos importante no teatro grego, e especialmente na tragédia, é o enredo ou a atuação. Na verdade - como no primeiro - eram, na maioria dos casos, temas mitológicos que eram de domínio público, enquanto os atores apareciam cobertos por uma máscara, cada um representando personagens diferentes, e eram todos homens, portanto as personagens femininas eram também representado por eles. Isto implica que o público ateniense não assistia a estas actuações com a esperança de testemunhar um espectáculo que o intrigasse pelo seu desenvolvimento ou resultado, ou entretê-lo pela acção que se desenrolaria no palco, nem para testemunhar o seu actor favorito. E ainda assim, estima-se que entre dez mil e vinte mil pessoas assistiram a cada apresentação. Então, o que foi que os fez comparecer? Em outros Em outras palavras, qual era o significado do teatro grego? Pode-se dizer que a sua razão de ser era a discussão dos problemas sociais, isto é, dos problemas políticos (já que na Grécia a sociedade era a *pólis*): toda a discussão girava não em torno de acontecimentos, mas antes baseada em duas posições contraditórias, um desenvolvimento cujo objetivo Foi conscientizar e orientar ações diante do problema moral que surge. Assim, *Antígona*, na tragédia sofoclesiana que leva o seu nome, ao cobrir os restos mortais de um dos seus irmãos com um punhado de terra, quebra a proibição do seu tio, o rei Creonte, de prestar honras aos assassinos do rei tebano (o outro irmão), morto enquanto tentava usurpar o trono. Portanto, o coro dos nobres anciãos de Tebas representa nem mais nem menos que o público que, desta forma, desafia indiretamente os personagens e ocupa o seu próprio lugar no drama e na discussão.

De forma análoga, Heródoto apresenta uma discussão (III . 80-2) entre sete magnatas persas que, tendo frustrado a usurpação do mágico Smerdis, discutem a melhor forma de governo, decidindo pela monarquia; Com isso, Heródoto intervém na teorização dos problemas políticos.

Esta analogia não é acidental e tem profundas razões históricas. Cento e cinquenta anos podem parecer muito tempo para realizar e aprofundar uma revolução, mas é preciso compreender que cada povo leva tempo para conceber o alcance e as implicações das suas ações e aqui vemos, como esperado, que as mudanças de o século VI causou uma contradição com os valores então vigentes, que eram os de uma sociedade guerreira e aristocrática, valores que foram captados nos poemas homéricos. As próprias características da revolução implicavam ainda que esta contradição assumiria o carácter de um problema sociopolítico.

Assim, tanto o teatro quanto a história devem ser concebidos como recursos alternativos para buscar e propor respostas a tais problemas.

Algo semelhante pode ser dito sobre a escola sofística que começou a florescer em Atenas em meados do século v.

Na verdade, se considerarmos, mesmo que superficialmente, a história da filosofia, veremos que enquanto os filósofos anteriores se concentraram no mundo natural, os sofistas voltaram a sua atenção para o homem.

Esta atitude foi acompanhada por toda uma elaboração teórica baseada na distinção entre natureza e direito, distinção muitas vezes colocada como contradição e conflito.

É claro que esta posição também decorre dos factos já mencionados. Uma revolução, ao substituir uma ordem social por outra através da participação popular, torna evidente *para todas as pessoas* que a ordem natural não inclui a ordem sociopolítica e que esta faz parte das convenções sociais humanas e não entra na natureza das coisas. Mais ainda, tal revolução não poderia deixar de mostrar uma nova dimensão do homem e da sua relação com o mundo e a realidade, daí Protágoras, o melhor sofista, concluiu que “o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são, enquanto não são”.

O que foi exposto até aqui deve ter manifestado o profundo carácter político do sofisma. Na verdade, no que diz respeito ao seu apoio social, o sofisma parte do princípio, cuja concepção foi possibilitada pela revolução democrática, de que a virtude não é uma qualidade herdada, como pressupunha a moral aristocrática, mas que pode ser aprendida e ensinada. É claro que tal virtude ocorria no âmbito da *pólis* e só poderia ser concebida como a capacidade de ser um bom cidadão, e foram precisamente os sofistas que se propuseram a ensinar os atenienses a serem bons cidadãos.

As características declaradas têm uma relação óbvia com o surgimento da história. O pensamento historiador, para usar a linguagem de Châtelet, não pode surgir numa sociedade em que a ideologia dominante apresenta a realidade como natural, uma vez que tal princípio exclui automaticamente a história, um empreendimento humano, se existir. A mudança de enfoque feita pelos sofistas ao colocar o homem no centro das preocupações teóricas está, por outro lado, em plena sintonia com o surgimento de pesquisas centradas no passado do homem. Por outras palavras, se Heródoto tivesse pensado que a vitória grega nas Guerras Persas tinha sido natural, nunca se teria preocupado em investigar quais foram os factores humanos (diríamos históricos) que produziram esse resultado.

Nessa mesma lógica, os processos de legislação têm um lugar predominante nas *Histórias* e não é por acaso que realçam a *enomia* recentemente alcançada por Esparta (I. 65. 2) nem, voltando ao que foi dito, que os persas discutam quais Constituição é a melhor. Deve-se concluir que Heródoto não apenas conhecia as teorias dos sofistas, mas também as aplicava.

Certamente esta influência teve um certo peso na invenção de um género literário que, ao expor, como já se viu, a forma como os homens enfrentam o seu destino e aprendem com a experiência, permite ao seu público, a partir da história de experiências alheias, aprender ele mesmo as mesmas coisas, e não há dúvida de que uma das virtudes políticas era enfrentar o destino, então Heródoto compartilhava o princípio pedagógico dos sofistas.

Guthrie afirma em sua *História da Filosofia Grega* que

Determinar as causas de uma revolução intelectual é sempre uma tarefa imprudente e, quando muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, nem sempre é fácil distinguir causa de efeito... [III , p. 14].

Admito ter incorrido na ousadia de tentar determinar precisamente essas características no que se refere à invenção da história, um produto frutífero e, sem dúvida, também um fator importante nesta revolução intelectual que ocorreu como uma sequência da revolução democrática e que, em conjunto, Promoveram a criação de uma sociedade tão autoconsciente e, ao mesmo tempo, tão autocrítica, como nunca ocorreu na história universal.

Contudo, Heródoto não começou do zero; A sua obra, que quebrou muitos preconceitos, é em todo o caso herdeira de um considerável legado cultural que a influenciou, o que torna necessária a sua análise.

Para começar, devemos levar em conta a base de toda cultura grega, que é a *Ilíada* e que começa assim:

Canta, ó deusa, a cólera de Pelida Aquiles; raiva desastrosa que causou danos infinitos aos Aqueus e precipitou muitas almas valentes de heróis ao Orco, a quem ele fez presa de cães e aves - a vontade de Zeus foi cumprida - já que se separaram, disputando o Atreu, rei dos homens, e o divino Aquiles.

Qual dos deuses promoveu conflitos entre eles para que lutassem? O filho de Zeus e Leto [Apolo]. Irritado com o rei, ele levantou uma praga maligna no exército e os homens morreram devido ao insulto que Atreu infligiu ao sacerdote Crises. Ele, desejando redimir sua filha, apareceu nos navios aqueus com um imenso resgate e as honras do lançador de flechas Apolo, que pendia de um cetro de ouro em sua mão...

Se compararmos esta introdução com a de Heródoto, veremos que ambas têm algo notável em comum: ambas se propõem a explicar as causas do que está disponível. relatar. Tal coincidência não pode ser acidental, pois se houve uma obra conhecida de todos foi justamente a *Ilíada*, e é certo que ao começar a ouvir as *Histórias* o público se lembraria da epopeia homérica. Mas há mais.

O tema da *Ilíada* também tem pontos de contato com a obra heródota, pois ambas relatam uma guerra entre gregos e asiáticos e isso fez, de certa forma, Heródoto sucessor de Homero.

Além disso, Homero adotou um tom imparcial em sua história e sempre descreveu objetivamente os feitos heróicos tanto dos argivos quanto dos troianos. Esta foi sem dúvida uma base importante para que outros autores adotassem a mesma atitude e, assim, Heródoto nunca insulta ou maltrata os persas e seus aliados e, embora seja claro que as suas preferências estão com os gregos, ele também trata as suas ações de forma objetiva. ambos os contendores.

Certamente, a influência de Homero sobre Heródoto faz parte da influência que o aedus exerceu sobre toda a vida cultural e é claro que os gregos acreditavam na historicidade da Guerra de Tróia e nas desventuras de Odisseu em seu retorno e, em geral, Eles estavam satisfeitos com os mitos como uma história do passado. É necessário, portanto, analisar este aspecto.

Ao falar de Polícrates, tirano de Samos, Heródoto diz:

Polícrates foi, até onde sabemos, o primeiro grego - sem contar Minos de Cnossos e alguns outros, se é que de fato existiram algum, que detinham o controle do mar antes deste último - que aspiravam alcançar a hegemonia marítima. Ou seja, na chamada era humana, o primeiro foi Polícrates, que nutria grandes esperanças de se tornar governante da Jônia e das ilhas [III . 122. 1-2].

De acordo com isto, há uma época humana, à qual pertenceram Heródoto e Polícrates, e outra época, a de Minos e figuras anteriores, não humana e, portanto, divina ou mítica, e

consequentemente também não histórica. Algo análogo podemos detectar em Tucídides, que, referindo-se à Guerra do Peloponeso, diz (I. 1):

Embora os eventos ocorridos anteriormente e, além disso, aqueles que os previram, fossem difíceis de historicizar devido à sua antiguidade, no entanto, de acordo com os dados confiáveis que a investigação mais extensa possível pode fornecer, deduzo que não foram importantes mesmo no que se refere a atos de guerra ou em qualquer outro aspecto.

É claro que os “dados confiáveis” resultantes da “investigação mais extensa possível” deveriam incluir dados extraídos da epopéia, mas também é evidente que “sua remota antiguidade” diminuiu sua historicidade, não na medida em que se duvidava que eles tivessem ocorrido, mas muito bem porque a sua própria escassez impediu uma interpretação adequada.

Os historiadores, portanto, concebiam-se como diferentes de os aedos, mas não porque se sintam como contadores da verdade em oposição a inventores de mentiras, mas porque lidam com uma era humana e a tratam de forma diferente.

No entanto, como pessoas empenhadas em fornecer uma explicação do passado, os historiadores foram os sucessores dos aedi.

Para finalizar estas considerações sobre a gênese da história, é necessário tratar do desenvolvimento do racionalismo entre os filósofos físicos que floresceram no século anterior aos sofistas, e cuja origem e desenvolvimento foram afetados pelos mesmos fatores que levaram ao surgimento de história.

O importante destes filósofos é que começaram a questionar-se sobre a origem ou princípio (*arché*) de todas as coisas e tentaram descobri-lo através de reflexões filosóficas racionais e imanentes.

Heródoto utilizou todos esses recursos intelectuais, e alguns outros de menor importância, para inventar a história.

Para finalizar este capítulo apenas apontarei, a seguir, como a obra de Heródoto dá sinais de ser uma obra de transição, uma transição que deve ter ocorrido na sua própria gênese.

Com efeito, encontram-se em Heródoto alusões a mitos, embora confinadas ao período heróico do homem já estabelecido pela *Teogonia*. Mais importantes são as descrições geográficas, pois faziam parte dos trabalhos dos logógrafos, nomeados em homenagem a Tucídides (I. 21), estudiosos do século anterior. A Heródoto, que, além de descrever a Terra, também tratou de genealogias e mitografia. Deles, o mais importante foi sem dúvida Hecateu de Mileto, que iniciou as suas *Genealogias* (frag. 1) com a seguinte afirmação: “Escrevo isto porque me parece verdade, pois as histórias dos gregos me parecem muitas e ridículo.”

Heródoto não apenas segue Hecataeus em sua atitude crítica em relação às histórias sobre o passado (como quando se distancia dos mitos persas que querem traçar a causa das guerras persas para além do tempo dos homens: I, 5), mas também segue o exemplo de quem escreveu um *Circuito da Terra* dedicando pelo menos metade da sua obra à profusa descrição das condições geográficas, dos costumes e do passado de cada povo, cujo confronto com a Pérsia passa a discutir. Assim, ele dedica todo o livro II ao Egito e 145 capítulos do livro IV aos citas. Estas características das *Histórias* dão a impressão de que Heródoto iniciou o seu trabalho como logógrafo e que, a certa altura (o início da Guerra do

Peloponeso?)), descreveu as Guerras Persas como *Leitmotiv* , organizando o material que já possuía de acordo com com ele e criando assim um novo gênero literário.

III. O OBJETO DA HISTÓRIA

É NECESSÁRIO começar com algumas considerações terminológicas.

A origem etimológica da *história* remonta ao verbo *oida*, que substitui o verbo *horão*, que apresenta defeitos nos tempos verbais. Entre os que faltam está o perfeito, para o qual *foi utilizada a forma ouvida*. Mas o grego perfeito, embora seja geralmente traduzido para o inglês pelo antepresente, tem um valor diferente, pois significa não apenas o que foi feito, neste caso, *eu vi*, mas também o resultado a que a ação chegou, e assim por diante. *oida* deve ser traduzido como *eu sei* (por ter visto). A partir daí, através de fenômenos linguísticos que não merecem ser detidos, *surgiu o nome agente histórico*, que etimologicamente significaria *aquele que conhece* ou *o conhecedor* (com a conotação de ter alcançado essa condição por ter visto). Em todo o caso, desde a *Ilíada*, esta palavra tem sido utilizada para designar o árbitro, uma vez que este árbitro deve recolher vários relatos de um acontecimento e escolher a versão superior de um dos contendores. É daí que *vem a palavra história*, que serviria para designar a tarefa daquele árbitro.

Aparentemente, o primeiro a usar a palavra *história* foi Pitágoras, já que seu biógrafo Jâmblico de Cálcis afirma (XVIII, 89): “A geometria foi chamada por Pitágoras história”, ou seja, *pesquisa*. Tal pesquisa aparentemente teve um caráter muito especial porque, como diz Heráclito (frag. 129), “Pitágoras, filho de Mnesarchus, praticou o aprendizado mais do que os outros homens, e com o que extraiu daqueles escritos formou sua própria sabedoria”. muita erudição, arte de plagiadores.”

Os tradutores (Eggers e Juliá, *Os filósofos pré-socráticos*, Eu, Madrid, Gredos, 1978) traduzo aqui a história como “ele se exercitou em informar-se”, isto é, como “informação”, e a imprensa alega que o que Heráclito quer dizer é que a pesquisa de Pitágoras, muito provavelmente - eu diria - que Quanto à geometria, ela não foi feita com base em raciocínios independentes, mas em escritos de terceiros; Foi, portanto, uma investigação de compilação.

Desde então, o primeiro autor cuja obra se conserva e que utilizou a palavra - já sabemos como - é Heródoto. No entanto, é claro que, apesar de Heráclito, o termo não teve conotações negativas nem se limitou, como se pode perceber pelas fontes que Heródoto nomeia, à compilação documental, mas antes a *história* designou uma investigação que consistiu em recolher diferentes testemunhos . e deles tirar uma conclusão, encontrando ainda aqui o valor do tempo verbal perfeito que lhe deu origem.

Mas o mais importante não é isso, mas o valor que a palavra adquiriu posteriormente. Em grego, *história* Continuou a significar investigação e, assim, Aristóteles escreveu uma *História dos Animais*, ou seja, uma investigação sobre zoologia. Além disso, a partir de Heródoto, a *história* passou a significar *um tratado de história* e desta forma muitas obras históricas (desde a de Tucídides, apesar do autor, até a de Orósio) levariam o título de

Histórias. Mas o que a palavra *história* nunca chegou a designar é o passado do homem, que em grego se chama *tà gegonóta* (coisas passadas) e em latim *res gestae* (coisas feitas), isto é, embora os gregos e romanos considerassem a história como uma investigação e um tratado sobre fatos - *pragmata* (no singular *pragma*) -, esses fatos não formaram a história propriamente dita. Por outras palavras, *não existia uma ligação automática e necessária* entre o passado e a história: o objecto da história não era o passado.

Assim, nem os gregos nem os romanos alguma vez se preocuparam em registar o passado como tarefa dos historiadores, que não se sentiam obrigados a contar tudo: recorde-se que Heródoto apenas professa preocupação em estudar acontecimentos memoráveis, enquanto Tucídides dedica vinte parágrafos do primeiro livro da sua obra para justificar a escolha da Guerra do Peloponeso como objeto de sua pesquisa. Finalmente, nem os gregos nem os romanos alguma vez se preocuparam com a perda de dados que não eram gloriosos nem importantes.

Francamente, esta parece-me uma atitude muito saudável e acredito que a nossa compulsão de registar factos e preservar dados é uma doença empirista com complicações positivistas e que esta condição tem levado os historiadores a produzirem uma infinidade de obras tão ilegíveis quanto merecidamente negligenciadas por se limitarem a registar fatos de memorabilidade ou significado duvidoso ou inexistente. Em vez disso, professo fortemente a ideia de que devemos seguir o exemplo dos historiadores clássicos, que, mesmo quando eram medíocres - como Xenofonte ou Velejus Patérculus - sempre empreenderam grandes obras sobre temas de honrosa memória ou de profunda repercussão.

Compreender isso é necessário para abordar o tema do objeto da história antiga.

Mas antes de começar a analisar temas, ainda é necessário nos perguntarmos sobre o protagonista desta historiografia.

Pelo que foi dito nos capítulos anteriores, não deve haver dúvida de que, para os antigos, os protagonistas da história eram o povo, ou seja, as comunidades políticas: *poleis* ou cidades-estado. É claro que muitos pontos de vista poderiam caber nessa visão. Da de Tucídides, que dizia que Atenas era na verdade uma monarquia sob o reino de Péricles, mas que, ao mesmo tempo, não podia deixar de mencionar os esforços que este político teve de fazer para levar a cabo a sua política, a ponto de visão de Políbio que, em teoria, reconhecia a capacidade política do povo, mas que na sua história simplesmente o menosprezava. Mas este tópico tem mais a ver com o antigo conceito de *passado* do que com o de história, então É aconselhável passar ao que é parte fundamental deste conceito e ainda contribui para a merecida fama dos historiadores da antiguidade clássica.

AS RELAÇÕES ENTRE CIVILIZADOS E BÁRBAROS

Os gregos não eram racistas, embora na sua visão do passado atribuissem grande importância à linhagem, como é amplamente comprovado pela ênfase de Tucídides na qualidade diferente dos jónicos e dos dórios. Isto porque não pensavam que tal linhagem conferisse superioridade (sem mais) a alguns sobre outros. Assim, eles pensavam que os dórios eram melhores na guerra e os jônios na poesia, mas, como pode ser visto pelo

próprio Tucídides, isso não significa que os dórios tivessem vencido as guerras antecipadamente e, sem dúvida, suponho, nem ele os condenou a ouvir maus poetas em seus banquetes (lembre-se do caso de Siracusa e dos memoráveis atenienses).

Em contraste, os gregos – e mais tarde os romanos – sofriam de um agudo pedantismo cultural; Em linguagem antropológica dir-se-ia que eram etnocêntricos e pensavam, não sem razão, que a vida na *polis* era a única que valia a pena ser vivida, pois era a única civilizada (note que esta palavra ainda tem vestígios dessa ideia) .

É apenas um aparente paradoxo que esta atitude tenha ocorrido entre povos cujos contactos com outras culturas não eram apenas constantes, mas também uma fonte permanente de inspiração. Parece-me que a explicação reside na forma como ambas as culturas foram geradas: a grega surgiu quando a cultura micénica foi isolada do Oriente e, uma vez retomados os contactos, a cultura grega emergente foi construída a partir de dentro e sobre as ruínas. do micênico; Por sua vez, a cultura romana só incorporou elementos da alta cultura grega como consequência da conquista dos helenos.

A tudo isto devemos acrescentar as circunstâncias do nascimento da própria história. Após décadas de assédio por parte da Lídia, primeiro, e depois pela Pérsia, os gregos e os persas enfrentaram-se numa guerra que levou à sua vitória e à ascensão de Atenas à liderança da Liga de Delos. É preciso ter em conta que, além de tudo, *as Histórias de Heródoto* explicam como os gregos derrotaram os persas e qual o papel que Esparta e Atenas desempenharam nessa vitória, de tal forma que o seu público não pudesse ignorar a relação entre esses acontecimentos e o antagonismo posterior entre os gregos.

É claro que as relações entre gregos (ou romanos) e bárbaros não eram o tema central de toda a historiografia clássica - embora devamos ter em mente a *Anábasis de Xenofonte*, a *historiografia sobre Alexandre o Grande*, a *Guerra de Jugurta de Suetônio*, as *Guerras Gálicas de César* e *A Germânia de Tácito* — mas esta questão sempre aparece na historiografia antiga. Assim, Tucídides conta como os persas patrocinaram a formação de uma frota espartana; Xenofonte narra as expedições de Lisandro e Agesilau contra a Anatólia persa e a subsequente imposição da paz pelo rei persa; o tema da relação entre os romanos e os bárbaros foi introduzido por Posidônio, etc.

Políbio merece menção especial. O tema central da sua obra é explicar: “como e por que tipo de constituição política quase todo o mundo habitado foi dominado em quase cinquenta e três anos e caiu sob o império indiscutível dos romanos” (I. 1. 5).

Curiosamente, o que ele silencia a esse respeito é mais importante do que o que ele diz. Até então, os gregos definiam como bárbaros todos aqueles que não falavam grego. Por outro lado, Políbio, sem qualquer discussão envolvida, apresenta as suas *Histórias* com a história de um evento (expansão romana) em que tanto Roma como as *pólis gregas* desempenham os seus respectivos papéis históricos em pé de igualdade. Isto fica particularmente claro no livro mais importante da obra, o sexto. Na verdade, aqui Políbio se dedica a explicar a superioridade de Roma num nível teórico. Segundo este autor, reside na constituição mista de Roma. É interessante ver como Políbio compara então a forma de governo romana com a de Atenas, Esparta, Beócia e Cartago. O caso de Cartago é muito particular, pois a Segunda Guerra Púnica é o início do período escolhido pelo historiador megalopolitano como o da expansão romana, pelo que o Estado Púnico deve necessariamente ser incluído. O que é impressionante é que, por um lado, Políbio não teve Ele reluta em comparar as *pólis gregas* com os estados bárbaros e, por outro lado, excluiu

da sua consideração os reinos helenísticos, de uma forma tão radical que nem sequer são mencionados nos fragmentos do livro. Esta obra pode ser considerada, portanto, o documento fundador da cultura greco-romana, por apresentar uma visão que, relegando o Oriente para segundo plano, determinará a perspectiva histórica até a atualidade. Na verdade, as consequências desta posição ainda se fazem sentir nos currículos universitários.

RELAÇÕES INTERESTADUAL

Pelo que foi explicado até agora, terá-se notado que os protagonistas da historiografia clássica foram as *poleis* ou cidades-estado.

Nas *Histórias de Heródoto*, de fato, os gregos são vistos organizados em *pólis* confrontando os persas, cuja organização política distinta é cuidadosamente descrita pelo historiador de Halicarnasso.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas talvez fosse mais útil delinear as características gerais deste tema historiográfico.

Quando Platão descreve as características do seu Estado ideal em *A República*, ele diz que o melhor seria que tal Estado não tivesse laços com o mundo exterior, mas reconhece que isso é impossível. A história da Grécia - da qual o filósofo ateniense quis distanciar-se - impôs esses links com força real. No entanto, as relações entre os estados gregos não eram estáveis nem permanentes. Na verdade, como foi apontado, a cultura grega emergiu do isolamento e isso ocorreu não apenas entre a Grécia e o mundo exterior, mas também entre cada comunidade (que formaria uma *polis*) e as outras. Este é um dos temas da "arqueologia" tucidiana: como as *pólis gregas*, inicialmente isoladas, se relacionam.

Agora, que tipo de relacionamento foi estabelecido? No início, eram os nobres que estabeleciam amizades rituais com nobres de outras comunidades, enquanto a pirataria e a guerra eram endêmicas, mas à medida que a *polis* se desenvolveu, a diplomacia e o comércio de mercadorias tomaram forma.

Os historiadores gregos e romanos, que concentraram a sua atenção nos assuntos de Estado, trataram consequentemente estes fenômenos de forma privilegiada. Naturalmente, a história surge num período avançado do desenvolvimento da *pólis* e é precisamente esta situação que permite aos gregos enfrentar vitoriosamente os persas, e a Heródoto relatar este confronto, enquanto, como mostra Tucídides, a Guerra do Peloponeso não foi apenas qualquer guerra, mas a mais importante até aquele momento. O tema dos *Helenos de Xenofonte* é a hegemonia espartana e o das *Filípicas de Teopompo* são as relações entre Filipe II da Macedônia e os gregos.

Como se viu, é bem conhecido o papel central que a guerra teve tanto na história como na historiografia. A este respeito, recorde-se que, ao contrário do nosso tempo, em que a guerra desempenha um papel destrutivo, os gregos e os romanos recorreram a ela, ou melhor, praticaram-na regularmente como alternativa de desenvolvimento económico, social e político no face à falta de progresso técnico e à consequente estagnação económica, que só poderia ser quebrada com o aumento da força de trabalho e do território à disposição de uma comunidade.

Por fim, deve-se notar que o estabelecimento do principado em Roma, ao anular as instituições comunitárias republicanas e substituí-las por um regime autocrático, também acabou com Roma como cidade-estado e isso teve repercussões inevitáveis na historiografia. Ainda Tito Lívio, contemporâneo de Augusto, escreveu uma história em que o povo romano desempenhou um papel central numa história da qual o principado foi o culminar, mas já com Veleyus Paternulus, e especialmente com Tácito, o foco da atenção se desloca. a corte imperial e suas intrigas.

PROBLEMAS INTERNOS

Já foi feita referência aos limites da economia das pólis . Esses mesmos limites foram os que causaram problemas internos, pois os cidadãos ricos tendiam a enriquecer ainda mais, despojando-se de suas terras aos pobres. Isto criou situações específicas que os gregos chamavam *de estase*. Esta palavra não pode ser traduzida com um único termo, pois designa toda uma gama de condições que vão desde facção, polarização dentro de uma *polis*, faccionalismo, rivalidades e disputas faccionais, até luta aberta entre facções que pode levar à rebelião (*neotericismos*). ou uma mudança na constituição (*metabole polytiôn*). Naturalmente pela sua importância política, um fenómeno como este não poderia deixar de ser considerado digno de estudo e exposição por parte dos historiadores.

Assim, Heródoto, embora pouco trate do assunto, considera importante notar que em meados do século anterior Esparta acabava de sair com sucesso de uma situação deste tipo e também não desdenha de explicar com detalhes suficientes o surgimento da Pisístrato ao poder (I. 59-64) nem destacar a dimensão interna das tiranias jônicas, estabelecidas com apoio persa (v. 36-8).

No entanto, o relato clássico de uma *estase* é aquele que Tucídides faz sobre os problemas internos de Córcira (III. 69-81; IV. 46-48), ao qual anexa uma reflexão geral em três capítulos (III. 82-84).).

Políbio, por sua vez, ao expor a anaclicose (o ciclo das constituições) confere às rebeliões um carácter positivo quando envolve a subversão de constituições tirânicas ou oligárquicas, mas não quando implicam a transição entre a democracia e o que ele deu ao chamar de “oclocracia”. : o governo da multidão. Porém, na própria exposição das *Histórias*, todas as rebeliões aparecem como instâncias deste último caso.

Quanto a Roma, os historiadores viam com simpatia as lutas que a plebe travou contra os patrícios na era arcaica de Roma, e não deixam de ver os Gracos com simpatia, mas Clódio e Catilina são apenas objetos de horror. Talvez isto se deva ao facto de terem como modelo uma ideia da arcaica constituição romana que os Gracos professavam tentar restaurar, enquanto Clódio e Catilina eram vistos como políticos dispostos a recorrer à rale para alcançar o poder.

O EMERGÊNCIA DE NOVOS TÓPICOS

À medida que a *polis* se desenvolveu e declinou rapidamente, visto que a sua própria estrutura a tornava muito inflexível e frágil, surgiram novos temas que tomaram a história como modelo, mas que, em geral, ficaram fora do gênero, tal como os antigos o entendiam.

O primeiro gênero para-histórico foi inventado no próprio século v por Helânico de Lesbos, da geração de Tucídides, que, ao compilar a lista das sacerdotisas de Hera em Argos, inventou tanto o gênero antiquário quanto os tratados cronológicos.

No século seguinte surgiram tratados e panfletos sobre temas políticos (de Platão e Pseudo-Xenofonte), memórias (de Platão e Xenofonte), diálogos (de Platão e Aristóteles), histórias locais, histórias constitucionais (de Aristóteles), romances histórico-utópicos (de Xenofonte), o compêndio (de Teopompo) e recomendações pessoais (de Isócrates e Xenofonte), enquanto Teopompo escreveu *Histórias Filípicas*, onde subordinou a exposição dos acontecimentos às visicitudes biográficas de seu herói, Filipe II.

Na era helenística surgiram a biografia (com Sátiro), a história da cultura (com Dicearco) e os tratados etnográficos (com Calístenes). Note-se, relativamente a estes dois últimos gêneros, que representam o desenvolvimento da tendência etnográfica que a historiografia herdou da logografia. Esta tendência, como foi dito, foi amplamente cultivada por Heródoto, enquanto tanto Tucídides (vi. 2-6) como Xenofonte (*Anabasis*) incluem descrições abundantes de costumes de vários povos. Políbio, que professa o propósito de escrever uma história pragmática, parece incluir entre os *pragmata* os usos e costumes (*éthe kai nómina*), que também encontram lugar não apenas na explicação da anacitose - já que é a corrupção de usos e costumes aquilo que causa o declínio de uma constituição - mas também na explicação concreta da ascensão de Roma (vi. 11a), o *Leitmotiv* Polibiano. Os aspectos culturais do povo também são destacados por César em seus *Comentários sobre as Guerras Gálicas* e por Tácito na *Germânia* e na *Vida de Agrícola*.

Voltando aos novos gêneros, os *Comentários de César* representam um gênero híbrido entre notas pessoais e história.

A instauração do império, como já foi dito, aboliu efetivamente a política, que só renasceria com a ascensão da burguesia na Idade Média. Os historiadores desse período herdaram, portanto, um gênero cujo objeto original havia deixado de existir e utilizaram a biografia para transformar a história no relato da vida do imperador e das intrigas da corte. Entre eles devemos contar Tácito e Amiano Marcelino.

Por fim, o estabelecimento do cristianismo como religião oficial levou à concepção de um novo objeto da história - a Igreja - e de outro subgênero historiográfico: a história eclesiástica, cujo fundador foi Eusébio. A cristianização envolveu também uma intensa luta ideológica, que ocorreu nos séculos iv e v e incluiu a invenção de uma história polêmica que teve sua corporificação na obra de Orósio e, de forma radical, também incentivou a própria negação da história na obra de Santo Agostinho. *Cidade de Deus*: um povo oprimido, cuja esperança de redimir a sua condição lhe escapava, só podia conceber o seu destino como determinado por Deus. O facto de a história ter sobrevivido apesar disso está fora do nosso período.

4. HISTÓRIA E VERDADE

AO FALAR sobre a relação entre a história e o seu objeto – acontecimentos passados – enfatizamos que os historiadores antigos nunca pensaram que o seu objeto de estudo fosse, simplesmente, o passado. Obviamente, isto teve consequências na ligação que discerniram entre a história e a verdade, uma vez que não poderia, consequentemente, consistir num mero relato de dados.

A este respeito, duas afirmações devem ser levadas em conta. O primeiro que analisarei é o de Aristóteles na *Arte Poética* (9. 51a. 36-52a. 11):

O historiador e o poeta não diferem por dizerem coisas em verso ou prosa; Seria possível versificar as obras de Heródoto, e isso não significaria que deixariam de ser história. A diferença é que o historiador diz o que aconteceu e o poeta o que poderia acontecer. É por isso que a poesia é mais filosófica e elevada que a história, já que a poesia diz antes o geral e a história o particular.

Embora tais argumentos tenham sido tomados por O'Gorman para sustentar sua ideia de que a história não é uma ciência, deve ficar claro que nada poderia ser mais estranho ao mundo das ideias em que se movia Aristóteles, uma vez que, como já foi dito, por os antigos a história era simplesmente um gênero literário. Na verdade, na passagem que acabamos de citar, Aristóteles não leva em conta a ciência, mas fala da filosofia, que, aliás, também não era vista como uma ciência, mas sim como um método. O Estagirita não diz que a história não é filosófica e a poesia é; antes fala de graus, de uma gradação em que a poesia deve ser considerada mais filosófica e superior à história (uma elevação que, aliás, é literária). A razão apresentada pelo filósofo é que o primeiro “diz antes o geral e a história o particular”. Aqui deve ser dada especial atenção ao verbo, pois não é por acaso que Aristóteles usa “diz” e não “estuda”: Aristóteles não está interessado, portanto, no caráter epistêmico (científico) que cada gênero pode ter; O que conta no seu julgamento é o objeto com que cada um trata literariamente.

Isto, claro, está intimamente relacionado com o tópico anterior, pois, como você deve ter notado, ao discutir o objeto da história notou-se que se referia a isto ou aquilo, mas por outro lado foi omitido especificar que a história era um gênero totalmente narrativo e seus temas eram contados sucessivamente como eventos históricos individuais. Portanto, os historiadores evitavam a exposição numa ordem meramente lógica e não explicavam as ideias ou conclusões gerais, que eram parte integrante da história.

Mas, voltando ao texto aristotélico, a sua consideração vale mais pelas conclusões negativas que dele se podem tirar: história e verdade, como já foi dito, eles não tinham uma ligação necessária e isso variava dependendo do historiador e da época. Neste caso, Aristóteles, fundador da lógica e sucessor, embora crítico, de Sócrates e Platão, não poderia ter em alta estima a história, pois para ele a verdade era filosófica (e, portanto,

geral); mas não devemos pensar que a ideia dele fosse comum. Na verdade, sabemos que as ideias aristotélicas não foram divulgadas fora da sua escola (o Liceu) e que à morte do Estagirita apenas eram conhecidos os seus diálogos (agora perdidos), enquanto as suas obras esotéricas ficaram enterradas durante centenas de anos e só foram publicadas no século 1 aC. c.

Muito mais fecunda na nossa investigação da relação entre história e verdade parece-me ser a seguinte passagem de Tucídides.

Depois de relatar algumas falácias geralmente consideradas verdadeiras, Tucídides declara:

Tão imperturbável é a busca da verdade para os outros, e com tanta preferência eles se voltam para a primeira coisa que se apresenta.

No entanto, ele não se enganaria se acreditasse que as coisas que contei sobre [arqueologia], a julgar pelas evidências citadas, eram mais ou menos assim, e não acreditaria antes no que os poetas cantaram sobre isso, adornando-os para engrandecê-los, nem ao que escreveram os logógrafos, tendendo mais ao que é agradável de ouvir do que à verdade; coisas sem provas e as mais levadas ao reino da fábula de uma forma incrível pelo tempo que aconteceram [I. 20-22].

Mas o mais importante neste contexto é talvez o que é dito no capítulo seguinte:

Quanto às coisas que aqueles de cada lado disseram nos seus discursos quando iam começar a guerra ou já estavam nela, foi difícil lembrar a literalidade do que foi dito, tanto para mim, pelo que ouvi, como para aqueles quem Eles me comunicaram tirando de alguma outra fonte; No meu trabalho eles são formulados de forma que cada orador me pareça dizer o que é mais adequado sobre o seu respectivo tema, mantendo-se o mais próximo possível do espírito do que foi verdadeiramente dito; e quanto aos acontecimentos ocorridos na guerra... contei coisas em que estive presente ou sobre as quais questionei outros com a maior precisão possível. A verdade foi encontrada com dificuldade porque as testemunhas de cada acontecimento não disseram a mesma coisa sobre as mesmas coisas, mas de acordo com as simpatias ou memória de cada uma. Para uma leitura pública, a falta de cor mítica nesta história parecerá um tanto desanimadora; Mas eu ficaria convencido de que todos os que desejam descobrir a verdade sobre o que aconteceu e as coisas que um dia serão iguais ou semelhantes de acordo com a lei dos acontecimentos humanos, considerem isso útil. Pois bem, é uma aquisição para a vida toda (*ktêma é aiei*) e não um trabalho de competição que se destina a um instante.

Esses pronunciamentos de Tucídides representam a posição da maioria dos historiadores antigos e veremos por quê.

Heródoto tinha que ser sincero se realmente quisesse preservar a memória de eventos gloriosos que aconteceram (diríamos que aconteceram na história); mas ao julgar a historicidade da conversa entre Sólon e Creso ou do diálogo entre os magnatas persas, por exemplo, devemos decidir contra eles por serem anacrônicos. Quanto ao argumento rigoroso de Tucídides, devemos descartar a disputa entre Melianos e Atenienses, que necessariamente tinha que ser privada (o que diz Tucídides), e na qual os participantes Melianos foram massacrados e não puderam ser entrevistados pelo historiador ateniense. Políbio, por sua vez, relata os discursos dos líderes mercenários em guerra contra Cartago, líderes também massacrados e, portanto, inentrevistáveis; enquanto Tito Lívio não tem escrúpulos em recontar eventos de séculos inteiros da história romana para os quais simplesmente não havia fontes boas ou más.

Será isto então uma conspiração contra a verdade empreendida por todos os historiadores antigos?

Parece-me que para dar uma resposta completa a isto teríamos que levar em conta os métodos de exposição, assunto do próximo capítulo, mas é possível começar a analisar essas mentiras levando em conta apenas a sua relação com a verdade.

Para começar com Heródoto, a função da conversa entre Sólon e Creso é muito clara e já foi mencionada: trata-se do contraste do mundo oriental e bárbaro com o mundo grego e político; os valores que expressam e os argumentos que utilizam os distanciam historicidade estrita para transformá-los em emblemas da posição que defendem e até encarnam.

O mesmo pode ser dito dos magnatas persas. É simplesmente impossível que as mesmas preocupações políticas e filosóficas do século seguinte em Atenas tenham ocorrido na corte persa do século VI. Pode-se supor que Heródoto foi incapaz de conceber que na situação que os magnatas enfrentavam e que envolvia a reconstituição da sociedade não fossem propostas alternativas reais, ou que não pudesse conceber que tal abordagem não fosse feita em termos familiares. Heródoto e seu público. Contudo, parece mais provável que Heródoto não pudesse desperdiçar o ponto a que chegou na sua história e deixar de declarar – nos seus termos – as opções dos persas naquela conjuntura.

De modo semelhante é possível explicar outro episódio contado no livro VII (8-21) das mesmas *Histórias*, em que um conselheiro argumenta racionalmente diante de Xerxes que os persas não deveriam invadir a Grécia, mas em sonhos o rei persa vê contra-argumentos. Diante da descrença do conselheiro, seu rei o faz dormir em sua cama e ele sonha igual a Xerxes. É óbvio que Heródoto não poderia ter acesso nem ao rei nem ao conselheiro (nem à cama) e me parece muito difícil que ele tenha tirado esse tipo de sonho de alguém, ou seja, que houvesse alguma fonte que apoiasse isso sonhar. Parece-me muito mais provável, tal como Fornara, que Heródoto tenha inventado o sonho, e penso que isto pela função que desempenha na história: o que Heródoto O que isto significa é que os próprios deuses queriam a invasão da Grécia e para isso enviaram sonhos a Xerxes.

Quanto à entrevista entre Melianos e Atenenses contada por Tucídides (v. 85-113), ela deve ser vista em relação ao propósito do autor ao escrever sua obra.

En efecto, lo que Tucídides quería decir es que hay una tendencia irresistible de los grandes estados por dominar a los pequeños y tal tendencia, sin duda por influencia sofista, era vista como algo por encima de la ley, es decir, era parte de la naturaleza humana.

Assim, podemos dizer que os Melianos são os porta-vozes da lei e os Atenenses os da natureza.

Os discursos de Políbio têm a mesma função de Heródoto e Tucídides: servem para expor as diferentes posições numa determinada situação.

O caso de Tito Lívio é diferente. A sua tarefa era explicar o crescimento de Roma, o que implica dar as razões da transformação de uma cidade-estado num império à escala mediterrânica. Para isso, contou com fontes que o documentaram desde 300 a.C. C., aproximadamente, mas para documentar o período entre a data tradicional da fundação da cidade (753) e 300, só lhe restaram tradições largamente lendárias... e a sua própria imaginação e criatividade, meios com os quais construiu uma história arcaica de Roma na medida da sua grandeza posterior.

Parece-me que é possível esclarecer algo sobre a atitude dos historiadores antigos em relação à verdade, voltando à passagem de Tucídides e relacionando-a com a análise das falsidades discutidas.

Tucídides começa argumentando que é impossível chegar à verdade simplesmente coletando testemunhos, mas que é necessário criticá-los. Ele acrescenta que seu público pode verificar se o que ele diz é verdade *pelas evidências que apresenta*. Até aqui podemos

perceber que a nossa concepção não difere muito da tucididiana: pensamos também que o peso e o lugar de cada testemunho devem ser avaliados criticamente, embora nem sempre adotemos essa atitude. Da mesma forma, aspiramos documentar rigorosamente as nossas notas e apresentar argumentos suficientes para comprovar as nossas interpretações. Por outro lado, o que Tucídides diz a seguir deve soar estranho para nós.

Tucídides afirma, com efeito, a sua intenção professada de apresentar os discursos das figuras históricas “da forma que cada orador me parecesse dizer o que mais se adequava ao seu respectivo tema, aproximando-se o mais possível do que verdadeiramente foi dito”.

Se contrastarmos esta afirmação com as passagens analisadas, veremos que esta ideia está subjacente a todas elas e é possível enunciá-la da seguinte forma: o historiador pode – e deve – ir além dos factos para captar e esclarecer os seus aspectos mais profundos. significado.

Assim, não importa que Creso fosse criança quando Sólon foi exilado de Atenas se, através de um diálogo fictício entre eles, Heródoto consegue explicar-nos o carácter respectivo dos gregos e dos orientais; não importa que os magnatas persas eram incapazes de manter um diálogo em termos sofisticados. O que a torna verdadeira não é aquilo a que *chamaríamos* a sua historicidade, mas o facto de explicar duas coisas: em primeiro lugar, a posição em que se encontravam os dialogadores e que, para além da sua consciência e inteligência, está na base do derrube dos falsos Smerdis e dos seus substituição por Dario e, em segundo lugar, as alternativas de organização sociopolítica. Algo semelhante pode ser dito de cada uma das outras passagens.

É claro que existe outro tipo de falácia que os historiadores antigos costumavam cometer: as ideológicas.

Há, por exemplo, o exagero de Tucídides ao declarar que, na realidade, Péricles era rei de Atenas ou que a democracia se deteriorou sob Cleon, pontos de vista que influenciaram fatalmente os historiadores contemporâneos que, por sua vez, partilham com Tucídides uma visão ideologicamente determinada de realidade.

También Polibio tiene lo suyo, y afirma que Roma llegó a dominar todo el mundo habitado (exageración) en menos de 53 años porque su constitución era mixta (falacia), posición que también ha llevado a muchos modernos al naufragio historiográfico, por llamarlo de alguna Maneira.

Por sua vez, Sallust acredita ver a causa das vitórias de Jugurta na corrupção dos costumes romanos e ignora a qualidade da liderança deste rei sobre um povo em armas.

Os exemplos poderiam ser multiplicados. Do nosso perspectiva é sem dúvida muito fácil detectar as falácias ideológicas dos antigos porque não estamos inseridos na sua sociedade e, embora isso nem sempre seja feito ou com a devida frequência e profundidade, é mau ver o cisco no olho do outro, por isso é-me parece melhor deixar o assunto aqui.

V. MÉTODOS DE PESQUISA E EXPOSIÇÃO

PARA Elucidar a questão devemos partir do fato, já levantado diversas vezes, de que a história era vista na antiguidade como um gênero literário.

É portanto necessário dizer que o lugar da literatura na antiguidade clássica – e isto não nos deveria surpreender – era diferente daquele da nossa sociedade e variável ao longo do tempo.

Para esclarecer isso, começarei explicando por que alguns escritos não foram considerados literários, o que pode servir para estabelecer uma posição de método.

Com efeito, a primeira escrita de um dialeto grego - Linear B - deve ser eliminada da literatura, uma vez que, embora alguns estudiosos - como Albin Lesky - tenham afirmado que a literatura grega, e especificamente os poemas homéricos, foram originalmente escritos com esta escrita, isso não poderia ter acontecido devido ao seguinte:

Linear B era uma escrita silábica, derivada de Linear A, que era usada para escrever os documentos de arquivo dos palácios micênicos de Creta e nunca se adaptou bem ao grego, por isso era certamente muito difícil de aprender e o resultado era desajeitado.

No entanto, este não foi um defeito grave, dada a uso que lhe foi dado, já que esta escrita servia para manter a contabilidade dos palácios micênicos e, de fato, praticamente todos os documentos escritos por este meio são listas ou catálogos e *nenhum* é literário. Além disso, Lesky deixa evidente a fraqueza de sua teoria quando afirma que os gregos eram tão inteligentes que é impossível que, uma vez aprendidos, pudessem ter esquecido de ler e escrever. Em primeiro lugar, é evidentemente impossível provar a superioridade do raciocínio de um povo sobre outro, mas, além disso, e sobretudo, não se pode dizer que “os gregos” sabiam ler e escrever na era micênica porque o facto de os escribas dos palácios micênicos que falam a língua grega não os torna automaticamente gregos. Como todos os povos, o grego não pode ser colocado acima ou abaixo ou em qualquer outro lugar que não seja *dentro* da história, e assim como não devemos confundir os toltecas com os mexicas ou estes últimos com os mexicanos atuais, também não é válido identificar os habitantes dos reinos micênicos com os portadores da cultura grega e depois estes com os gregos do século xx. Mas também é extremamente provável que nem mesmo as pessoas destes reinos soubessem ler e escrever, mas que esta era uma capacidade limitada aos escribas do palácio, pelo que quando os palácios caíram, a escrita foi automaticamente perdida, o que, se entendessem o implicações, Deve ter deixado os camponeses micênicos felizes, já que a Linear B nada mais era do que um dos instrumentos de sua opressão.

Mas a posição de Lesky tem algo mais substantivo. É, na sua essência, uma visão positivista e spenceriana do progresso, que é concebido como uma lei social inevitável. Isto

é acompanhado por uma visão a-histórica da cultura e da história. Lembro-me da impressão que me causou ao ler um livro não muito bom sobre o Afeganistão, no qual se enfatizava que os nómadas afegãos estavam felizes pelo seu nomadismo e viam as comunidades sedentárias com verdadeira piedade e compaixão. De modo análogo, mas ao contrário, Lesky não consegue conceber cultura sem escrita.

Na verdade, o ex-professor vienense, fiel à sua formação e cultura, ignorou uma série de estudos antropológicos sobre o papel da escrita nas diferentes sociedades. Através deles concluiu-se que existem culturas sem escrita e outras com ela. De modo algum se pode dizer, sem incorrer em etnocentrismo e anacronismo, que os primeiros são analfabetos; Analfabetos são indivíduos que, numa sociedade com escrita, não sabem ler nem escrever.

Assim, em contraste com Lesky, está o professor de Yale Eric Havelock, que aplicou consistentemente esta posição antropológica à literatura e história gregas. Tentarei segui-lo para encontrar o meu próprio caminho e espero que as conclusões mostrem que este é o caminho certo a seguir.

Consequentemente, devemos partir do facto de, na sua génese, dos séculos XII a VIII a.C., a cultura grega não tinha escrita e que a sua literatura era oral (note-se a contradição nos próprios termos da expressão). Que efeitos sociais isso teve e como a literatura foi situada nesse contexto?

Devemos lembrar algo já dito: o pequeno número de habitantes das comunidades que surgiram após a queda dos palácios micênicos (as *poleis*). Esta escala e o isolamento entre elas fomentaram o desenvolvimento autónomo e oral da poesia heróica.

Este género, do qual só conhecemos os produtos mais recentes, que são os poemas homéricos, tinha como tema as façanhas de uma aristocracia nascente, façanhas que se centravam nas guerras, nas dádivas e nos conselhos mútuos. Mas talvez o mais importante é que estes temas foram apresentados narrativamente. Já vimos como os gregos acreditavam nesses poemas que para eles contavam o passado. O facto de terem constituído o início e a base da cultura e da literatura grega (e europeia) e de tratarem do passado teve consequências para a historiografia antiga e ainda hoje tem consequências. Na verdade, de alguma forma, a história passou a ser estabelecida como a história do passado das *pólis* que, terminada a era heróica, substituíram os heróis. Consequentemente, a história sempre foi um género narrativo nos tempos antigos.

Isso teve vários efeitos na estrutura literária das obras históricas. A principal delas foi que adotaram uma forma cronológica (explicando os acontecimentos na ordem em que ocorreram) e nunca lógica (por temas).

A obra de Heródoto começa com as origens míticas das Guerras Persas, passa a descrever a expansão da Lídia em direção à Jônia e a discutir a história anterior da Grécia, ele tem que fazer uma divagação e contar como, antes de atacar a Pérsia, Creso decidiu aliar-se a algum estado grego., mas primeiro decidiu se informar sobre a situação daquele país. A lista do que foi recolhido por ordem do rei lídio é uma das pequenas digressões, pois pode-se dizer que na verdade a obra é uma coleção deles do início ao fim do livro IV. Além disso, todo o livro II é uma enorme digressão sobre o Egito, cuja história, costumes e geografia Heródoto conta antes de passar à sua conquista por Cambises e à sua consequente incorporação ao Império Persa.

Toda a historiografia segue o mesmo padrão. Se Tucídides insere o diálogo entre Melianos e Atenenses como um fato histórico, é para seguir a estrutura narrativa e

cronológica, enquanto Políbio dedica o livro VI de sua obra à constituição romana, argumentando que a estrutura constitucional foi a causa da vitória de Roma. Cartago na Segunda Guerra Púnica, portanto esta exposição constitucional aparece como uma digressão muito longa (58 capítulos são preservados) antes da narrativa da batalha de Canas, o ponto mais baixo da fortuna romana nesta guerra. Os exemplos também podem ser multiplicados a partir dos romanos, mas mencionarei apenas o de Tácito.

Num artigo recente, Luce diz que ele e outros estudiosos de Tácito tentaram encontrar ideias gerais na obra deste autor, mas que são inseridas na narrativa com tanta habilidade e sutileza que simplesmente não podem ser separadas. Não é de surpreender, então, que este autor não se distinga pela prolixidade das suas digressões: ele não precisa delas.

Outra consequência notável da origem oral da cultura grega é o caráter contemporâneo da história.

Na verdade, embora os gregos tenham inventado o seu alfabeto no início do século VIII aC. C., sempre considerou a palavra falada superior e mais confiável que a palavra escrita. Conseqüentemente, os historiadores tinham em alta estima os testemunhos orais e desprezavam os escritos. Finley faz a observação perspicaz de que em toda a literatura grega existe um único repertório de documentos que, além disso, não sobreviveu até o presente. Essa atitude teve dois resultados. Por um lado, pode-se dizer que algo que nos parece tão novo quanto a história oral foi a prática rotineira dos historiadores na criação de sua disciplina, só que eles não apresentaram sua matéria-prima, mas a submeteram já à crítica. um processo de apropriação intelectual tão complexo quanto o agora realizado por historiadores “normais” (para chamá-los de alguma forma). A outra consequência é que, também em contraste com a situação actual, os historiadores gregos não escolheram os seus temas, mas sim os factos históricos que geraram o objecto do historiador, uma vez que este se limitou a tratar da história contemporânea, uma vez que só eram entrevistáveis. testemunhas sobre ela.

Deve-se notar que a cultura romana difere neste aspecto da cultura grega já que, mais distante do Oriente Próximo e recebendo a cultura oriental através da Grécia, não tinha uma cultura muito desenvolvida quando os palácios micênicos caíram (no que viria a ser a Grécia). e não sofreu a dissolução do grego; Por outro lado, em Itália nunca existiram sociedades palacianas centralizadas (então o modo de produção asiático) e pode-se dizer que o seu desenvolvimento cultural foi linear desde o Neolítico até à Idade do Ferro. Esta é uma explicação necessária, mas não suficiente, de um fato claro: os romanos tinham uma verdadeira reverência pela escrita. Isso teve repercussões necessárias na escrita da história. É claro que a história romana nasceu sob a influência direta da história grega, pois, embora Catão tenha tentado com seu *Orígenes* criar um gênero literário especificamente romano que tratasse do passado de Roma, apresentando a cidade como protagonista exclusiva e omitindo a nomeação de indivíduos, primeiro Timeu, mas especialmente Políbio, apresentou Roma à historiografia e a historiografia a Roma. Na verdade, Timeu (ca. 350-250) escreveu *Histórias* centradas na ilha de sua origem, a Sicília, e incluiu Roma em sua história, enquanto Políbio, como já mencionado, tomou como tema central a expansão de Roma para quase todo o território habitado. mundo, um processo que ele chamou de *symploké* (entrelaçamento).

O fracasso de Catão levou os primeiros historiadores romanos a escrever histórias tão gregas que foram escritas nessa língua, enquanto as obras históricas Os latinos

sobreviventes mais antigos - os de Salústio - ainda são tipicamente gregos. No entanto, a adaptação da história à cultura romana resultou no desenvolvimento de obras muito extensas baseadas em testemunhos escritos e tradições antigas que remontavam (esta foi a vingança de Catão) à fundação da cidade. O exemplo mais claro disso são as *Histórias* de Tito Lívio, que originalmente consistiam em cento e quarenta e dois livros. Em última análise, os romanos desenvolveram dois gêneros historiográficos: histórias e anais. O primeiro tratou da história remota e o segundo, organizado por ano, teve como tema a história contemporânea.

Os compêndios gregos merecem menção especial. Inventado, como já foi dito, por Teopompo no século IV aC. C., sempre foram um gênero menor que proliferou especialmente a partir do século I aC. C., sem dúvida por influência romana.

SERRA. HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Devemos começar por lamentar que até agora este seja um tema quase totalmente inexplorado, talvez por influência do terceiro humanismo, cujos expoentes tendem a atribuir valores intrínsecos às obras clássicas.

Assim, ao consultar livros de literatura, verificar-se-á que quase todos são séries de monografias de autores individuais e que, no mínimo, apenas por acaso tratam de aspectos sociais e históricos dos autores e de suas obras. Uma exceção salutar é a *Literatura Grega* de José Alsina (Barcelona, Ariel, 1967) que trata deste tema em sucessão lógica e dedica a sua terceira parte à “Literatura e suas conexões” (pp. 201-325). Há um capítulo sobre “Literatura e sociedade” (pp. 201-230). Infelizmente, Alsina apenas discute teoria e “a obra literária como documento social” e, por outro lado, não lhe ocorre analisar o lugar da literatura na sociedade.

Momigliano, por sua vez, dedica o quinto capítulo da sua *Historiografia Grega* aos “historiadores do mundo clássico e ao seu público”, que, como deixa claro o subtítulo, são apenas “alguns indícios”, aliás muito sugestivos, de um dos aspectos mais interessantes do tema em questão. Ressalta-se que este autor também reclama da falta de estudos sobre o tema.

Quanto a Roma, existe um livro com um título atraente, *Roman Literature and Society*, de RM Ogilvie (Harmondsworth, Penguin Books, 1980) que inclui os historiadores. Contudo, a sua leitura causa alguma desilusão, pois é uma obra de divulgação que, portanto, não é produto de uma investigação específica, mas sim uma história convencional da literatura com algumas considerações, certamente valiosas, sobre a sociedade em que foi feita. .

Portanto, devemos levar em conta que não é possível aprofundar-se muito neste tema, mas apenas recorrer aos fatos mais claros e fundamentais para traçar um quadro elementar, esquemático e provisório do lugar da historiografia na cultura da antiguidade clássica. .

A primeira coisa a afirmar é o sucesso milenar de Heródoto: o facto de *a história* ter deixado de ser *investigação* e se ter tornado *história* é a prova mais clara. Este facto deveu-se em grande parte ao seu tema, já mencionado, mas isto deve estar relacionado com o facto de o assunto e o seu tratamento serem os mesmos que os atenienses no final do século v a.C.. C. queria e precisava ouvir. Neste contexto, deve ser lembrado que as condições de vida de Heródoto lhe deram uma perspectiva favorável para alcançar tal feito. O fato de ele ter sido súdito persa conferiu a capacidade de compreender os povos *bárbaros*

, o seu longo exílio fomentou uma visão pan-helênica que coincidiu com os interesses e a ideologia de Atenas como potência hegemônica na Grécia, a sua permanência naquela cidade e a sua amizade com a vanguarda da política e da cultura numa cidade em os quais, como já foi observado, estavam tão intimamente relacionados que se pode dizer que eram duas formas de um mesmo fenômeno (a vida política). Tudo isso lhe deu elementos de julgamento para inventar a visão da história e todos esses fatos, somados ao tema e seu tratamento já mencionados, deram à sua obra sucesso nas leituras públicas, pois quando Tucídides, em passagem já citada (I. 22), nega que a sua própria obra tenha sido escrita para esse tipo de leitura, só pode referir-se às *Histórias* Herodotas .

Outra medida do sucesso imediato de Cário é o trabalho do próprio Tucídides, um historiador que escreve em parte em reação ao seu antecessor e que tem o cuidado de se distanciar dele. Não menos apoio para tal demarcação é a concepção de sua própria obra, não como material de leitura digno de prêmios e atenção do momento, mas como uma “aquisição para sempre”. Aparentemente, pelo que diz Tucídides, não sem ressentimento, sua obra não é feita para leituras públicas que a tornariam popular, mas para ser lida isoladamente e meditada. E, no entanto, a sua própria conservação é prova do seu sucesso ao longo de mais de dois mil anos e, embora não tenhamos provas, devemos pensar que o seu público era amplo. Deve-se notar que sua vida também ajudou Tucídides a escrever como escreveu. Testemunha do início do fim de Atenas, o historiador ateniense não pôde partilhar o otimismo do Cário, enquanto o seu próprio exílio lhe permitiu não só tratar combatentes de ambos os campos, o que foi fundamental na recolha de dados, mas, sobretudo, , o que poderíamos chamar de distanciamento ideológico de sua própria pátria, distanciamento necessário para uma obra crítica escrita justamente em tempos de crise.

Por outro lado, parece que Xenofonte escreveu seus *helênicos* nas horas vagas e sem se preocupar muito com o que fazia. Apesar de sua má qualidade (Finley os descreve como inacreditáveis, tendenciosos, falsos, horríveis de ler e raramente esclarecendo questões amplas), este autor é um dos poucos historiadores (você pode contá-los por um lado) cujo trabalho é preservado completo, certamente pelo seu estilo límpido e diáfano e por expressar ideias conservadoras, semelhantes às que prevaleceriam a partir do século IV a.C.. Deve-se notar também que Xenofonte também escreveu no exílio e que isso certamente o tornou mais distanciado de sua terra natal, Atenas, e, por outro lado, parcial em relação ao seu inimigo Esparta.

Outro exilado notável foi Políbio, que, feito refém da Grécia e da sua carreira política, passou a aceitar as razões dos seus captores a tal ponto que começou a encontrar explicações (históricas) para o seu próprio exílio e a destruição da sua terra natal. É importante notar que Políbio se refere ao seu público como “aqueles que gostam de aprender” (*hoi filomathoûntes*). e que, pelo que ele diz, fica claro que os vê como políticos ou aspirantes políticos, ansiosos por tirar lições da história para evitar erros na prática. Walbank provou que, embora por vezes escrevesse para um público romano, as *Histórias* tinham fundamentalmente a intenção de explicar aos gregos a razão da sua própria ruína.

A consideração deste trabalho pode servir para lembrar que, como gênero literário, a história não foi estudada em nenhuma escola, que os historiadores seguiram os mesmos cursos normais de primeiras letras, literatura e retórica que seus concidadãos e que nunca formaram um grupo especial. guilda, então eles nunca escreveram para seus colegas, a

quem viam como rivais (basta ver Plb. história contemporânea e isso só deixou espaço para um historiador em cada geração.

Essa característica também explica, em linhas gerais, por que a elaboração dos compêndios terminava nas obras originais: se, como diz Momigliano, o tema escolheu o historiador, se o historiador se baseou fundamentalmente nas fontes orais e desconsiderou fortemente as escritas, e se Como nunca uma obra historiográfica foi vista como fonte de outra, não se podia deixar de pensar que os compêndios substituíram em tudo a obra original, pois apresentavam as mesmas informações de forma mais sucinta. Tal visão é a razão pela qual a maior parte da historiografia antiga foi perdida.

Passando a Roma, devemos começar por dizer que ali a historiografia desempenhou um papel muito diferente do que na Grécia, porque ali fazia parte da *bagagem cultural* que foi importada do Oriente nos dois séculos antes de Cristo. Assim, ao contrário da Grécia, em Roma a história não foi consequência de uma evolução cultural autônoma, mas desde o início fez parte de um processo de refinamento cultural impulsionado pela conquista da Grécia e pela influência da sua cultura sobre a romana, uma influência o que levou ao desenvolvimento de uma alta cultura no povo conquistador.

Não deveria, portanto, surpreender que a primeira obra de história “feita em Roma” para os romanos tenha sido escrita em grego, como já foi observado; Também não deveria ser surpreendente que os primeiros a lidar com Roma (Timeu e Políbio) tenham aspirado a compreendê-la em termos de categorias gregas, nem que os romanos se tenham limitado (ou tenham conseguido, dependendo do que vemos) adaptar as formas gregas. com pequenas modificações.

Quanto à posição social dos historiadores romanos, é notável que a maioria eram políticos frustrados ou aposentados e que o seu propósito era muito mais propagandista e claramente ideológico do que entre os gregos. Na Grécia nunca houve uma obra com conotações oficiais como a de Titus Livy. Em vez disso, tal como na Grécia, a história nunca fez parte dos estudos formais nem se tornou uma profissão.

BIBLIOGRAFIA

Alsina, J., *Literatura Grega*, Barcelona, Ariel, 1967.

Clavijero, FJ, *História antiga do México*, edição e prólogo de M. Cuevas, México, Editorial Porrúa, 1964.

Cobet, J., “Heródoto e Tucídides sobre a Guerra”, em IS Moxon et al. (eds.), *Perspectivas Passadas. Estudos em Escrita Histórica Grega e Romana*, Cambridge, University Press, 1986, pp. 1-18.

Châtelet, F., *O nascimento da história. A formação do pensamento historiador na Grécia*, tradução de C. Suárez B., 2ª ed., México, Siglo XXI Editores, 1979.

Finley, MI, “O Antigo Historiador e suas Fontes”, em E. Gabba (ed.), *Tria corda. Escritos em honra de Arnaldo Momigliano*, Como, Editzioni New Press, 1983, pp. 201-214.

———, *Aspectos da antiguidade*, tradução de A. Pérez-Ramos, Barcelona, Ariel, 1975.

——— (ed.), *Os historiadores gregos. A Essência de Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio*, Harmondsworth, Penguin Books, 1977 (reimpresso).

Fornara, Ch. W., *A Natureza da História na Grécia Antiga e Roma*, Berkeley, University of California Press, 1983.

Guthrie, WKC, *A History of Greek Philosophy*, 6 vols., Cambridge, University Press, 1971-1980 (há uma tradução em espanhol publicada em Madrid por Gredos).

Havelock, EA, *A Revolução Literária na Grécia e suas Consequências Culturais*, Princeton, University Press, 1982.

Lesky, A., “Mündlichkeit und Schriftlichkeit im homerischen Epos”, *Gesammelte Schriften. Aufsätze und Reden zu antiker und deutscher Dichtung und Kultur*, edição de W. Kraus, Berna, Francke, 1966, pp. 63-71.

Luce, TJ, “Concepção de Mudança Histórica de Tácito”, *Perspectivas passadas...*, pp. 143-157.

- Marx, C., “Teses sobre Feuerbach”, publicado como apêndice a F. Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, Moscou, Editorial Progreso, 1967, pp. 54-57.
- Marx, C. e F. Engels, *A Ideologia Alemã. Crítica à mais nova filosofia alemã nas pessoas de seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e ao socialismo alemão, nas pessoas de seus diferentes profetas*, tradução de W. Roces, Montevideu, Ediciones Pueblos Unidos, 1968.
- Momigliano, A., *historiografia grega*, tradução de J. Martínez G., Barcelona, Editorial Crítica, 1984.
- Ogilvie, RM, *Literatura Romana e Sociedade*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980.
- O'Gorman, E., *Crise e futuro da ciência histórica*, México, UNAM , 1947.
- Pérez Tamayo, R., “Revolução e ciência”, *Nexos*, no. 114, junho de 1987, pp. 57-58.
- Press, GA, *O Desenvolvimento da Ideia de História na Antiguidade*, Montreal, McGill – Queen's University Press, 1982.
- Skinner, Q., “Significado e compreensão na história das ideias”, *H&Th*, VIII , 1969, pp. 3-53.
- Walbank, FW, *Polybius*, Berkeley, University of California Press, 1972.

INTERLÚDIO

O CLASSICISMO DAS CASAS

SEM DÚVIDA o momento mais importante da vida do Irmão Bartolomé de las Casas foi o Encontro de Valladolid “para tratar dos assuntos de conversão e do modo de fazer conquistas e descobertas” (CDIU, XIV, 122 *Apud* PF789), ocasião em que este dominicano sevilhano apresentou em cinco dias - de 18 a 22 de agosto de 1550 (PF791) - seu *pedido de desculpas* para refutar a alegação de Juan Ginés de Sepúlveda, com a qual tentou justificar a conversão forçada de os indígenas, demonstrou a injustiça da conquista espanhola da América e contribuiu para a modificação da política de evangelização. É sabido que Las Casas foi o opositor mais eloquente do processo de genocídio e submissão dos povos americanos que eclodiu há 500 anos e que teve consequências profundas até hoje.

A defesa dos povos indígenas por parte de Las Casas culminou em Valladolid, a tal ponto que o fez escrever uma obra que abrange 13 volumes de quase 800 páginas cada, cruzou o Atlântico nove vezes, despertando o ódio dos colonizados espanhóis. Na América e adotar como preocupação prioritária de uma vida longa de 82 anos a defesa dos povos indígenas e de sua cultura, empresa que ele concebeu como a salvação das almas daquelas pessoas. É portanto impossível cobrir todos os aspectos da obra de um escritor tão prolífico ou da vida de uma personagem tão activa e longeva, especialmente se tivermos em conta que não tenho sequer os cinco dias que Las Casas organizou para apresentar seu *pedido de desculpas*. Por outro lado, deve-se notar que um estudo exaustivo de Las Casas levaria uma vida inteira. Estas considerações levaram-me a tomar a decisão de tratar apenas do classicismo de Las Casas.

Por classicismo quero dizer conceber e tomar como modelo a cultura greco-romana da Antiguidade. Como homem do seu tempo, Las Casas é um expoente óbvio e constante desta tendência, o que a torna uma característica importante do seu trabalho.

Contudo, o tema tem sido pouco estudado. Na década de 1950, Lewis Hanke tratou do uso que tanto Sepúlveda quanto Las Casas fizeram da teoria da escravidão por natureza que Aristóteles expôs em sua *Política* para discutir se os povos indígenas se enquadravam nessa teoria, enquanto Bruno Rech fez uma investigação, claramente completa (embora não exaustivo), sobre as obras da antiguidade clássica às quais Las Casas recorreu e a forma como o fez.

Meu próprio objetivo é diferente. Não me proponho examinar tanto o recurso de Las Casas a algum ou a todos os escritores clássicos, mas sim expor a como as obras antigas lhe deram quadros de referência teóricos na interpretação das culturas americanas e na elaboração de um julgamento geral sobre estes dois mundos culturais - Europa e América - e exploram a validade do ponto de vista desenvolvido por Las Casas na interpretação de história.

Já foi dito que Las Casas tomou os clássicos como parâmetro cultural. Como exemplo, começarei apresentando a sua exposição da política de Cortés em Cempoala na *História das Índias* e o que O'Gorman chama de sua “antropologia” na *história resumida da Apologética*.

Note-se que Las Casas não é um mero narrador da história, pois nunca se limita a narrar brevemente os acontecimentos, como se estes pudessem falar por si, mas acompanha sempre a relação cronológica dos acontecimentos com considerações sobre o seu significado e com paralelos históricos. Assim, ao abordar a chegada de Cortés ao Cempoala e tentar conquistar quem Bernal Díaz apelidaria de “o cacique gordo”, estabelecendo-se – sem direito e sem conhecimento dos fatos – como o campeão dos direitos dos Cempoaltecas, Frei Bartolomé compara o conquistador em formação nem mais nem menos do que com o conquistador romano da Grécia, Titus Quintus Flamininus, nos seguintes termos:

Mesmo que Cortés o fizesse com os de Cempoala, se realmente fossem do rei Montezuma contra a justiça subjugados e oprimido por Tito Filipe e seus macedônios, aquele povo da Grécia acreditando que viveria em servidão aos romanos, Tito ordenou proclamar, com uma grande multidão presente, que o povo romano e Tito em seu nome, concedeu a liberdade, como antes Eles o tinham, os Coríntios, Lócris, Fócios, Euboicianos, Aqueus, Ftíotes, Magnésios, Tessálios e Perrebos; proclamação essa ouvida e compreendida, a multidão corre para beijar as mãos e dar graças a Tito, gritando e dizendo: “Hoje Tito é o salvador e defensor da Grécia”; E o barulho de prazer e a voz alta da multidão foi tão grande e o grito tão alto, que como se fosse uma flecha, quebrou o ar e os corvos que voavam por ela caíram sobre eles e no chão, sem nada para guardar. É assim que Plutarco conta na vida do próprio Tito; e se Cortés o fizesse com os Cempoalenses, e se fosse verdade que Montezuma foi injustamente submetido, tendo perdido a liberdade, ele poderia, com razão, receber as graças de seu defensor e salvador; mas fez-o pelo contrário, privando os de Cempoala e também o seu grande rei e senhor e de muitos outros, Montezuma, de todos os seus senhorios, de toda a sua honra, de vidas, e não só da sua liberdade, como de Gómara, seu servo e seu historiador se gloriam nisso e escrevem, e todos sabem; e por isso ele continua a ser chamado de puro tirano e usurpador de reinos estrangeiros e de assassino e destruidor de inumeráveis nações, que qualquer homem prudente o julgue, especialmente se ele for cristão, e esta história realmente demonstrará isso ainda mais” [*HI*, III, 250-251].

Tenho a impressão de que Las Casas é um historiador pouco lido e me parece que a causa está justamente na característica declarada de não se limitar a contar uma história, mas sim de escrever seguindo a posição de que a história não é feita apenas para informar. mas para isso, com base em conhecimentos precisos, adota-se um ponto de vista e conseqüentes medidas políticas práticas são tomadas; Ele é, na verdade, um historiador profundamente comprometido com a sua causa e que emprega todos os seus recursos para defendê-la. Mas o que é fundamentalmente interessante aqui é como Flaminino e os gregos entram em jogo. Em suma, esta é uma ilustração por comparação. Las Casas tenta denunciar a tirania de Cortés, que não só não libertou os Cempoaltecas dos mexicas, mas também sujeitou este povo e muitos outros sem direito. Flaminino entra aqui como contraste. Não importa neste contexto que, ao seguir Plutarco, Las Casas tenha perdido de vista que a oferta de liberdade aos gregos foi pura demagogia, o importante é que paralelamente (método muito plutarqueano, aliás) entre Cortés e o Romano, os defeitos do Extremadura são feios em contraste com as qualidades que todos reconheciam no Romano da época. Dir-se-á que é natural que em meados do século XVI, e para explicar uma série de fenómenos completamente novo, Las Casas recorreu a compará-lo com o que se conhece e pode-se acrescentar que se trata de um recurso comum, também detectável na obra de Francisco Hernández, por exemplo, obra que se apresenta como a continuação da *História Natural de Plínio* ; mas se compararmos a *História Lascasiana* com as *Décadas* de Pedro

Mártir, a história do “servo e historiador” de Córtes, Gómara, e a *História Verdadeira* de Bernal Díaz, fica a impressão de que o recurso aos clássicos em Las Casas não é só que mais constante, mas muito mais profundo: no final não é só Flaminino quem esclarece Cortés, mas também este último. A seriedade do classicismo lascasiano pode ser melhor apreciada na abordagem da unidade da raça humana feita por Las Casas em seu *resumo histórico da Apologética*.

Na verdade, nesta obra Las Casas tenta demonstrar, antes de tudo, como toda a raça humana passa por diferentes etapas da barbárie à civilização, e ao discutir como devem ser tratados os homens que vivem isolados no campo, sustenta que isso o costume não pode ser atribuído à barbárie inata, mas sim à fase primitiva em que se encontram aqueles que seguem esta prática, uma vez que todos os homens, mesmo aqueles que são hoje os mais cultos, começaram desta forma, pelo que o seu modo de vida não pode justificar a guerra sobre eles e convertendo-os violentamente. Depois Las Casas acrescenta (AH, 249):

Um exemplo dessa maneira humana e real e natural de trazer homens que se encontram vivendo de forma rude e rude, como todos os humanos viviam nos primeiros tempos, Túlio (Cícero) coloca no proêmio de sua Antiga *Retórica* (hoje conhecida como *De Inventione* I.2) e na *Oração 33* que fez para P. Sestio, que diz assim [...]

Las Casas transcreve então literalmente uma tradução de todo o capítulo correspondente do tratado *Deventione*, que, aliás, deveria estar entre aspas e não está, e conclui:

Tudo isso vem de Túlio, onde foi citado acima: Plutarco diz a mesma coisa no livro 1, capítulo 7, *De placitis philosophorum*, fazendo menção àquela época [...]

A passagem citada é apresentada por Cícero como uma demonstração da importância histórica da eloquência porque, segundo ele, houve “um certo sábio” (na tradução de Las Casas) que “reuniu” os homens dispersos e os convenceu com sua eloquência. “viver em comunidade”.

A seguir (p. 250) Las Casas amplia o alcance das considerações de Cícero, alegando que o que os romanos situam em um tempo e ocasião específicos (“foi um tempo determinado”), aconteceu a cada cidade: “E é aqui considerar que aquilo o tempo que Túlio diz ter sido [...] foi, como mencionamos acima, comum a toda a linhagem humana [...]”

E conclui que “nenhum povo, nação ou terra Foi povoada por gente que não estava lá e viveu no início e por muitas vezes vivendo espalhada pelas montanhas e campos sem lei, sem ordem e sem indústria.

A obra de Cícero serve portanto de base, mas Las Casas tira conclusões que vão muito além da visão que Cícero assume, pelo que não se pode dizer que o Romano seja uma fonte ou autoridade para Las Casas, mas apenas a base da sua reflexão.

Outro autor clássico de fundamental importância para o Dominicano foi Aristóteles: na minha opinião, a maior homenagem de Las Casas ao Estagirita é a própria estrutura da *história da Apologética...*, sua maior obra.

Na verdade, o objetivo lascasiano nesta obra é demonstrar que os povos indígenas podem governar-se com “polícia humana e repúblicas ordenadas” (I , 3) e, para isso, sustentará que os americanos são

prudente e naturalmente dotado dos três tipos de prudência que o Filósofo menciona: monástica, económica e política; e quanto a esta última parte, que contém seis partes, que segundo ele próprio tornam qualquer república por si suficiente e temporalmente abençoada, que são os agricultores, os artesãos, os guerreiros, os ricos, os juizes do sacerdócio [...] e os ministros do justiça, e quem governa bem, que é o sexto [...]

Estas “três espécies de prudência” e “seis partes” de prudência política vêm, a primeira, da *Metafísica*, e o segundo da *Política Artística* . É revelador comparar a interpretação lascasiana com o original.

Na verdade, Aristóteles fala de três tipos de processos de pensamento (dianoia: *Metaph* . I, 5) ou ciências (epistémē: *ibidem* V. 2.2), mas não à prudência, e refere-se a três tipos de ciência: a prática (*praktiké*), a produtiva (*poietiké*) e a especulativa (*theoretiké*). A parte monástica de Las Casas talvez pudesse ser identificada com o tipo especulativo de Aristóteles; o económico com o produtivo e o prático com o político. E quanto às seis partes da política?

Para começar, o filósofo as define (*Pol* . VII, 8) como meios pelos quais as *póleis* existem para existir, ou partes da *pólis*; São eles: comida (*trofé*), comércio (*tékhnai*), armas (*hópla*), abundância de recursos (*khremáton euporía*), culto (*hierateía*) e decisão judicial (*krísis*); Em consequência da existência destas partes, deve haver, usando o vocabulário de Las Casas, agricultores (*georgoi*), artífices (*tekhnítai*), gente de guerra (*makhímoi*), homens ricos (*eupóroi*), sacerdócio (*hiereís*) e juizes e ministros da justiça (*kritai*). Se compararmos esses elementos com as partes de Las Casas, veremos que a única diferença é que “aquele que governa bem” se soma aos juizes, ou seja, aos governantes, o que Aristóteles não distingue porque numa *polis* eles eram todos e não Eles poderiam, portanto, formar uma parte *per se*, embora, tanto na monarquia absolutista espanhola quanto nos estados americanos (os astecas e os incas, fundamentalmente), existisse como uma parte distinta associada aos juizes.

A importância desta divisão das sociedades para Las Casas é demonstrada pelo uso que dela faz, uma vez que dedica 203 capítulos (de 267) da sua *Apologética* à sua aplicação às sociedades americanas.

Como exemplo final da natureza e profundidade do classicismo lascasiano, examinarei mais detalhadamente a exposição sobre o sacerdócio na *Apologética* , a seção mais longa, pois abrange os capítulos LXXI a CXCIV.

Las Casas começa explicando a respectiva concepção aristotélica e cita literalmente a *Política* na tradução latina (369), depois faz uma exposição geral do assunto (LXXI-LXXIII), passa a definir a idolatria e divide o tema em quatro títulos: os deuses , os templos, os ministros e o culto (LXXIV) e finalmente entra no tema, mas não com os deuses indígenas, mas com os egípcios (LXXV) e apenas no capítulo LXXVII ele se dirige aos gregos, da seguinte forma (I. 400):

Os gregos, entre os quais tanto brilharam as artes e as ciências humanas e que por isso ficaram tão perplexos com tantas jactâncias... estiveram entre os primeiros que aprenderam com os egípcios a adorar muitos deuses, cegos ao erro que cometeram [...]

A passagem é acompanhada de referências a Platão, Teodoreto de Cirro e Santo Agostinho. Las Casas continua na mesma linha, expondo a multidão de deuses gregos (até o capítulo LXXVIII), passando à adivinhação (LXXX a LXXXIV) e à magia (LXXXVII a CI) e voltando à os deuses (CIII-CXIX). Somente após 49 capítulos ele chega aos “deuses da gentileza americana” (nas palavras de O’Gorman), e o faz com a seguinte introdução (I. 632):

Tendo já nos referido detalhadamente aos deuses dos antigos gentios e de tantos séculos passados, nos quais a sua grosseira cegueira e engano foram bem demonstrados, é hora de agora darmos notícia dos deuses do nosso povo indiano, ou daqueles antigos que os idólatras receberam e herdaram, como é provável, pelo menos em grande parte, ou acrescentaram e inventaram, e então, como será feito no resto, compare-os.

Em seguida, refere-se às Casas dos deuses da Hispaniola, da Nova Espanha (principalmente dos Astecas), dos Maias, da América Central e do Peru, em apenas sete capítulos (CXX-CXXVI).

De acordo com o que foi anunciado, conclui com a comparação entre os do “Velho” e os do “Novo Mundo” (I. 663):

—a todas estas nações universais não falta aquela luz e conhecimento e apetite natural que a bondade divina e a suprema providência, em todos os homens, para que o conheçam e o busquem, imprimiu na sua criação, e conseqüentemente não serão menos racionais do que todas as nações, outras sejam quais forem, em todo o mundo, como não menos criadas e formadas à imagem e semelhança do mesmo Criador, do que quaisquer outras.

—Essas pessoas, ou a maioria delas, tinham muito menos feiúra do que outras nações famosas e políticas dos antigos, e com menos resíduos de erros em sua idolatria.

—na escolha dos deuses eles tiveram mais razão, discrição e honestidade do que a maioria das nações idólatras dos tempos antigos, vagabundos, bárbaros, gregos e romanos [...]

—Infinitos povos destas grandes regiões deste mundo tiveram, e aqueles que ainda têm hoje, muito menos dificuldade em serem trazidos e convertidos à nossa santa fé, do que muitos dos idólatras gentios do passado e nenhum deles tem maior dificuldade, provavelmente falando, tanto quanto for possível, por meios humanos e por parte dos homens, julgar ou conjecturar que alguns deles o possuíam.

Parece-me que, se ampliasse a análise, não acrescentaria nada de novo porque esta passagem mostra o teor de toda a obra e da posição de Las Casas no seu confronto entre as culturas clássica e indígena. De Aristóteles ele extrai as características gerais do que está em discussão - se os indígenas tivessem todos os elementos de uma sociedade - mas é o cristianismo quem fornece a escala de valores que serve para julgar e medir a qualidade da cultura greco-romana. deuses em confronto com os americanos; O que me parece verdadeiramente novo e anti-etnocêntrico *avant la lettre* é que neste confronto a única coisa que salvou os europeus foi “a luz da fé”, uma vez que a comparação deixa evidente que, sem ela, estariam mais longe da salvação do que os próprios povos indígenas.

Las Casas inspirou-se numa certa visão do cristianismo e a sua finalidade primeira, repito, era a salvação das almas dos povos americanos; Essa inspiração levou-o a desenvolver uma visão da história da humanidade – em termos de história comparada da cultura – que quebrou o eurocentrismo. Não é interessante julgar nesta área até que ponto o frade sevilhano alcançou os seus propósitos mais amplos; o que, no entanto, precisa ser discutido é a relevância de uma visão totalizante e universal da história;

500 anos após o início do genocídio, vivemos numa realidade de injustiça desenfreada com novos protagonistas, entre os quais, os ladinos e os povos indígenas (para usar termos guatemaltecos que neste contexto são muito claros e precisos) são de considerável

importância e têm sua gênese na conquista espanhola. Não se pode negar que uma das armas mais úteis para nós, os novos vitimadores desta relação iníqua, são os preconceitos culturais que carregam uma certa visão da história e que consistem em importar ideias gerais e limitar o nosso trabalho intelectual à “pátria”. ” ”. Nós, crioulos e mestiços, sentimos que participamos dos frutos da civilização imitando servilmente o modo de vida “americano” e, em geral, não concebemos a necessidade de desvendar os segredos e características da cultura europeia ou da visão eurocêntrica da história que, Por esta razão, permanecem mitos. Esta atitude torna-nos dignos sucessores, não dos povos indígenas, como a ideologia oficial nos faz acreditar, mas dos conquistadores espanhóis.

Há, portanto, muito que aprender com Las Casas e a sua cruzada iconoclasta.

BIBLIOGRAFIA

- Anglería, Pedro Mártir de, *Décadas do Novo Mundo*, tradução de A. Millares C., 2 vols., México, Porrúa, 1964.
- Casas, Bartolomé de las, *História das Índias*, edição de A. Millares C., estudo preliminar de L. Hanke, 3 vols., 2ª. ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1965 (reimpresso).
- , *História resumida da Apologética sobre as qualidades, disposição, descrição, céu e solo dessas terras, e condições naturais, políticas, repúblicas, modo de vida e costumes do povo dessas Índias Ocidentais e do Sul, cujo império soberano pertence ao reis de Castela*, 2 vols., edição de E. O’Gorman, México, UNAM, 1967.
- CDIU = Real Academia de História, *Coleção de documentos inéditos relativos à descoberta, conquista e organização das antigas possessões ultramarinas espanholas*, 25 vols., Madrid, 1885-1932 (reimpresso em Nendeln por Kraus Reprint, 1967).
- Díaz del Castillo, Bernal, *Verdadeira História da Conquista da Nova Espanha*, introdução e notas de J. Ramírez Cabañas, 8ª. ed., México, Editorial Porrúa, 1970.
- Hanke, Lewis, *Aristóteles e os índios americanos. Um estudo sobre preconceito racial no mundo moderno*, Bloomington, Indiana University Press, 1959 (reimpresso e traduzido para o espanhol).
- Hernández, Francisco, *Obras completas*, edição de G. Somolinos d’Ardois, 8 vols., México, UNAM, 1960-1984.
- López de Gómara, Francisco, *História Geral das Índias*, “Hispania victrix”, modernização do texto de P. Guibelalde, prólogo de EM Aguilera, 2 vols., Barcelona, Editorial Iberia, 1966.
- PF = Pérez Fernández, Isacio, *Cronologia documentada das viagens, estadias e ações de Fray Bartolomé de Las Casas*, Bayamón, Universidad Central, 1984.
- Rech, Bruno, “Bartolomé de Las Casas und die Antike” em W. Reinhard (ed.), *Humanismus und Neue Welt*, Weinheim, 1987.
- Sepúlveda, Juan Ginés e Fray Bartolomé de las Casas, *Apologia*, tradução, introdução, notas e índices de A. Lozada, Madrid, Editora Nacional, 1975.

SEGUNDA PARTE

OS MÉTODOS DOS
HISTORIANOS
CONTEMPORÂNEOS
DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA
(GRÉCIA E ROMA)

INTRODUÇÃO

NÃO HÁ DÚVIDA de que um dos ramos mais complexos da história é a historiografia moderna e contemporânea. Isto se deve em parte à esmagadora abundância de obras e autores que o compõem e que o tornam praticamente incompreensível na sua totalidade. Assim, a obra que mais se aproxima desse ideal é a de E. Fueter, *História da historiografia moderna*, cuja segunda edição data de 1936: há mais de 60 anos.

Como consequência desta dificuldade, os manuais ou tratados de historiografia geral concentram-se nas linhas mais gerais ou nas crenças mais difundidas entre os historiadores. Por exemplo, Georges Lefèbvre, no seu *Nascimento da Historiografia Moderna*, que abrange praticamente o mesmo período de Fueter, organiza o material da sua obra em correntes e períodos e, ao tratar do século XVIII, divide os seus historiadores em racionalistas e anti-racionalistas. Obviamente, tais estruturas não são apenas convenientes, mas também necessárias, mas tendem inevitavelmente a simplificar um quadro complexo. Continuando com o exemplo, Vico é classificado entre os anti-racionalistas como um caso isolado. Podemos concordar quanto ao segundo, mas pode-se realmente dizer que Vico *sans façon se opôs* ao racionalismo? De jeito nenhum. Pode ser respondida sem rodeios, caso contrário deve ser matizada e, para isso, ir mais fundo. Mas tal tratamento leva a outra deformação talvez maior. É evidente que Vico necessita de ser introduzido num tratado historiográfico, uma vez que, embora tardia e oblíqua, a sua influência na historiografia foi profunda. No entanto, isto não nos deve esconder o facto de Vico não ter sido nem se considerar um historiador, nem de que os historiadores contemporâneos ou posteriores a ele tenham tido pouco ou nada em comum com o filósofo napolitano.

É possível resolver este problema? Penso que sim, desde que a historiografia deixe de ser considerada uma produção individual e isolada da história, isto é, quando se estabelecerem os vínculos entre a historiografia e o resto da evolução histórica e quando se definirem as relações dos historiadores entre si e com os seus. com outros intelectuais.

Ora, mudar o panorama da historiografia não pode ser feito com um golpe de caneta ou por vontade individual. É necessário realizar estudos parciais que rompam com os moldes atuais da pesquisa e ao mesmo tempo mostrem o que pode ser feito. Embora tenha como tema a historiografia antiga, é o caso do artigo "Historiadores do mundo clássico e seu público: algumas indicações". Como dito na seção anterior, este artigo foi escrito por Arnaldo Momigliano, talvez o mais importante historiógrafo depois de Fueter. O trabalho serviu de apresentação e quadro de referência para um seminário que aconteceu na Universidade de Chicago. Embora não tenha notícias dos frutos do seminário, o que importa aqui são as abordagens de Momigliano, já que este historiador postula justamente o carácter social dos historiadores antigos e de seu trabalho. Outra forma de contribuir para

o reenquadramento da investigação historiográfica pode ser estudar a forma como os historiadores encararam um determinado período da história. Um exemplo magistral deste ponto de partida é *Research in the Soviet Union and the Economic and Social History of the Hellenistic and Roman World*, de Mouza Raskolnikoff. A natureza da obra é perfeitamente definida pelo seu título.

É óbvio que, se tentarmos influenciar estes desenvolvimentos, devemos partir das nossas possibilidades. Em primeiro lugar, devemos levar em conta o que já temos: o conhecimento de uma série de autores e de obras individuais. Para começar a explorar as novas possibilidades discutidas acima, proponho analisar uma série de obras históricas, todas focadas em um período: a antiguidade clássica. Tal análise concentrar-se-ia no seu método. A seguir explicarei minha proposta.

Prefiro a análise de obras históricas porque são a própria base da historiografia. Obras filosóficas como a de Vico ou Hegel, ou a de Marx e Engels, que aspiravam quebrar as divisões entre as diferentes ciências sociais, sem dúvida modificaram ou modelaram o trabalho dos historiadores, mas é isto que expressa a própria visão. história de um era, uma sociedade, uma classe, etc. Naturalmente, seria uma ilusão grosseira pensar que todos os ingleses no final do século XVIII partilhavam as opiniões de Gibbon sobre o fim do mundo antigo, mas certamente o seu trabalho contribuiu para moldar a visão da história do seu tempo, mais do que a filosofia. a história de seus contemporâneos Herder e Kant.

Parece-me que vale a pena tratar da antiguidade clássica, para além de uma série de razões subjetivas óbvias que não vale a pena levantar, porque desde o Renascimento este período histórico assumiu um lugar privilegiado que o transformou numa espécie de era do ouro que, pelo mesmo motivo, tem atraído a atenção de um grande número de historiadores de primeira grandeza, o que por sua vez a torna um tema ideal para a análise que proponho. Em todo o caso, importa referir que, tratando-se de uma primeira aproximação, é aconselhável limitar-nos aos grandes temas e aos historiadores que mais mudaram o desenvolvimento do estudo desta época histórica. Reconheço que esta abordagem se afasta de levar em conta o historiador típico ou a visão histórica mais difundida, mas ainda é um progresso em relação aos estudos mais gerais e, sobretudo, a qualidade das obras analisadas torna o estudo mais proveitoso; Não é à toa que Momigliano observou que um dos melhores métodos para o desenvolvimento profissional do historiador é a leitura de grandes obras históricas.

Finalmente, por que o método? Não sou nem pretendo seja um metodologista. Na verdade, não creio que seja aconselhável, nem mesmo possível, estudar o método isoladamente do trabalho histórico. Os trabalhos e cursos de métodos nada mais são do que esquemas ou esqueletos ou um repertório de receitas, mas, continuando com a analogia, assim como o bom cozinheiro não é aquele que aplica as receitas, mas aquele que inventa-as, o bom historiador não é aquele que melhor aplica os métodos, mas aquele que lhes serve de paradigma. Então, por que o método? Simplesmente porque me parece que o mais benéfico para um estudo como o que proponho é concentrar-se não tanto na narração das obras em consideração, mas na explicação histórica que elas propõem. O conhecimento dos factos históricos da antiguidade não mudou fundamentalmente nos últimos duzentos anos (sem querer negar as grandes contribuições da epigrafia e da papirologia) e esta é outra das características do período que nos permite concentrar-nos melhor na explicação. e que

é também um incentivo e uma exigência de qualidade na investigação: neste domínio é muito mais difícil descobrir factos até agora desconhecidos.

Finalmente, qual poderia ser o benefício de um estudo como o aqui proposto? Desde luego no se puede saber de antemano el sentido que las palabras y las ideas que uno trate de transmitir lleguen a adquirir para los demás, pero, en cambio, sí es posible y necesario explicar el propósito que uno aspira a alcanzar al plantear un estudio como esse. Creio que Isto já deve estar claro pelo que foi afirmado até agora. Parece-me que é possível começar a expurgar a historiografia das distorções simplificadoras, analisando com alguma profundidade uma série de obras que trataram com grandes frutos um tema fundamental para a nossa ideia de história.

BIBLIOGRAFIA

No que diz respeito à historiografia, *História da historiografia* de Josefina Vázquez Vera (México, Secretaria de Educação Pública, 1973 e outras edições anteriores e posteriores) é uma lista de historiadores e suas obras. *As grandes interpretações da história* de Luis Suárez (2ª ed., Bilbao, Moretón, 1977) é uma exposição um pouco mais desenvolvida e um exemplo muito claro de como as árvores das grandes interpretações não revelam a floresta do trabalho diário do historiador. *O nascimento da historiografia moderna* de G. Lefèbvre é uma boa introdução ao seu tema (México, Ediciones de Cultura Popular, 1974). A obra fundamental é E. Fueter, *Geschichte der neueren Historiographie*, 2nd. ed., Munique, 1936 (há uma tradução para o espanhol: *História da historiografia moderna*, 2 vols., Buenos Aires, 1953). Veja também *História e historiadores no séc. XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942 (há reimpressões; esta é a tradução da segunda edição em inglês, de 1920).

Sobre a influência de Vico, ver capítulo VII, "Tre tappe del vichismo ed una conclusiões", na introdução à *Opere filosofiche* de G. B. Vico escrita por Nicola Badaloni (Florença, Sansoni Editore, 1971, pp. XI-LVIII, da qual pp. LI a LVIII correspondem ao capítulo citado).

O trabalho de M. Raskolnikoff é originalmente intitulado *La recherche en Union Soviétique et l'histoire économique et sociale du monde hellénistique et romain*, e foi publicado em Estrasburgo em 1975.

Quanto à historiografia da antiguidade clássica, a única coisa que sei em espanhol é a seção "A história antiga e os historiadores da antiguidade" da *Introdução à história antiga* de José M. Roldán Hervás (Madrid, Ediciones Istmo, 1975, pp. 29-47). Ver também "A história da pesquisa em história antiga desde o Renascimento até o presente" ("Die Geschichte der alt-historischen Forschung von der Renaissance bis zur Gegenwart"), capítulo ii da *Introdução à história antiga* (*Einführung in die alte Geschichte*, 8ª ed., Munique, Beck, 1979; há uma tradução em inglês publicada em Berkeley pela California University Press; Ver também a secção B do primeiro capítulo do *Guide de l'étudiant en histoire ancienne* (*antiquité classique*), pp. 18-29, 3ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1969. Mas o melhor trabalho sobre este assunto é *Von Gibbon zu Rostovtzeff. Leben und Werk führender Althistoriker der Neuzeit* (*De Gibbon a Rostovtzeff. Vida e obra dos principais historiadores antigos da era moderna*), 2ª. ed., Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979, 384 páginas, por Karl Christ. Do mesmo autor, ver *Neue Profile der alten Geschichte* (*Novos Perfis da História Antiga*), Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1990.

Sobre classicismo, ver *The Classical Tradition* of Gilbert Highet (2 vols., México, Fondo de Cultura Económica, 1954, reimpresso), R. B. Bolgar (ed.), *Classical Influences in European Culture 500-1500*, Cambridge, University Press, 1971, e *1500-1700*, Cambridge, University Press, 1976; "História do impacto da antiguidade" ("Geschichte des Nachwirkens der Antike") em Johannes Irmscher (ed.), *Introdução às Ciências da Antiguidade* (*Einleitung in die klassischen Altertumswissenschaften*, Berlim, VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1986), pp. 335-355, e J. Tapia Zúñiga (ed.), *Cultura clássica e cultura mexicana. Conferências*, México, UNAM, 1983.

A observação de Momigliano sobre o estudo das grandes obras da história encontra-se em "Le regole del giuoco nello studio della storia antica" em *Introduzione bibliografica alla storia greca fino a Socrate*, Florence, La Nuova Italia Editrice, 1975, pp. 1-12.

II. EDWARD GIBBON (1737-1794)

CRISTO COMEÇA SEU TRABALHO HISTORIOGRÁFICO com este autor e é tradicional considerá-lo o primeiro historiador moderno da antiguidade clássica. Portanto, é necessário começar com uma explicação sobre isso.

Como será lembrado, os historiadores clássicos, dada a importância atribuída à palavra falada, tenderam a concentrar-se em períodos que lhes eram contemporâneos. A par desta tradição, cedo surgiu a tendência para a elaboração de compêndios e resumos que, pela sua própria natureza, pudessem remontar até onde permitiam as obras em que se baseavam. Tal tendência continuou na era bizantina.

O Renascimento consistiu – entre outras coisas – numa revalorização da cultura da antiguidade clássica e também da sua historiografia, mas esta nova valorização deu-se como uma visão idealizada que elevou as obras gregas e romanas como modelo, uma atitude favorável ao desenvolvimento da filologia e mesmo a da história contemporânea, mas que inibiu o estudo de uma época que se considerava já tratada de forma paradigmática. Um exemplo desta nova visão é o *Discurso da Primeira Década de Tito Lívio*, de Nicolás Maquiavel.

No século XVII, foram criadas grandes obras de antiquário. coleta de fontes e dados, mas não mudou a tendência de considerar a historiografia antiga como modelo.

O que veio mudar a situação foi o movimento iluminista, não porque tenha produzido uma rejeição do classicismo (na verdade, foi aí que surgiu o neoclassicismo), mas porque fomentou uma atitude crítica em relação às fontes que tornou necessária a criação de obras históricas que respondessem a as novas exigências intelectuais.

Agora, por que a obra fundadora da historiografia moderna da antiguidade clássica trata precisamente do declínio e da queda do Império Romano? Para responder, devemos levar em conta a perspectiva histórica dos iluminados. Até à revolução industrial, que então se iniciava, nunca tinha existido na Europa uma civilização tão desenvolvida nem um Estado tão poderoso como o romano; Além disso, como Voltaire expressa na sua introdução ao *Século de Luís XIV*, o Iluminismo tendia a equiparar o progresso da cultura ao império da razão e via a história como uma sucessão alternada de cultura e barbárie. Na verdade, o próprio Voltaire, no referido local, considera o “século de Luís XIV” e a época dos Antoninos (sc. Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Cômodo) como períodos da cultura. . Que esta não era uma visão exclusiva sua é comprovado pelo fato de que, ao se deparar com o problema de explicar a transição deste período da cultura (Romana) para o período subsequente de barbárie (Idade Média), Montesquieu escreveu suas *Considerações sobre a Grandeza dos Romanos e sobre sua Decadência* (1734) que, aliás, não pode ser considerada uma obra histórica por se tratar de reflexões antes filosóficas. Recapitulando, a ideia iluminista de progresso cultural tornou necessário explicar como

uma sociedade governada pela razão foi substituída por uma inferior, já que era governada pela superstição.

Dadas as considerações gerais anteriores, não devemos nos surpreender com a forma como Gibbon descreve a maneira como ele concebeu a escrita de seu *Declínio e Queda do Império Romano* (Memórias, 16):

Foi em Roma, no dia 15 de outubro de 1764, enquanto eu meditava entre as ruínas do Capitólio, enquanto frades descalços cantavam as vésperas no templo de Júpiter, que me veio à mente a ideia de escrever sobre o declínio e queda da cidade. pela primeira vez. .

A imagem não poderia ser mais clara: nas ruínas do centro do maior poder alguma vez conhecido, os seus indignos herdeiros celebravam os seus próprios ritos.

Na verdade, a ascensão do cristianismo ocupa um lugar privilegiado entre as causas da queda de Roma, e na mais importante digressão da obra intitulada “Observações gerais sobre a queda do Império Romano no Ocidente” (IV . 103-112). Na verdade, nesta passagem Gibbon começa observando que “o declínio de Roma foi o efeito natural e inevitável de uma grandeza imoderada” e, mais especificamente, argumenta que a divisão do poder governamental entre o Ocidente e o Oriente deteriorou a força e fomentou os vícios de um reino “duplo”. A seguir, ele considera o papel do Cristianismo nesse processo (106):

Visto que a felicidade numa vida futura é o grande objetivo da religião, podemos ouvir sem surpresa ou escândalo que a introdução, ou pelo menos o mau uso do Cristianismo, teve alguma influência sobre o declínio e queda do Império Romano. O clero pregou com sucesso as doutrinas da paciência e da pusilanimidade; as virtudes ativas da sociedade foram desencorajadas; e os últimos vestígios do espírito militar foram sepultados no claustro: grande parte da riqueza pública e privada foi consagrada às ilusórias exigências da caridade e da devoção; e o pagamento dos soldados foi prodigalizado com as multidões inúteis de ambos os sexos que só podiam alegar em sua defesa os méritos da abstinência e da castidade.

Antes de analisar o conteúdo desta passagem gostaria de fazer uma consideração sobre o estilo em que ela é feita. Bem considerada, esta é uma acusação direta e contundente ao Cristianismo, mas a *forma* como é feita é irrepreensível, pois nenhum cristão pode negar que a vida futura é mais importante que a presente, que a paciência e a pusilanimidade correspondem mais plenamente à sua visão de o mundo ardor e bravura, que é melhor gastar dinheiro em obras de caridade e devoção do que em empreendimentos militares. Além disso, o autor admite a possibilidade de que tudo isto não passe de um excesso ou abuso do cristianismo, ou seja, não considera uma atitude inevitável, e qualifica este factor como “alguma influência”. Estas características não poderiam fazer deste trabalho mais do que uma bomba ideológica, e não devemos surpreender-nos que a Inquisição rapidamente o incluiu no seu Índice.

Passando à explicação histórica propriamente dita, vemos que ela pode ser dividida em dois aspectos: a religião cristã entra como fator de decadência, mas não em si nem diretamente, mas pelos seus efeitos dissolventes na prática, já que sua introdução teve como consequência, por um lado, que os jovens, em vez de soldados, se tornaram monges e que as potenciais mães se tornaram freiras; por outro, que a economia, em vez de alimentar a reprodução e a proteção da sociedade, voltou-se para a manutenção dessas pessoas. A atitude de Gibbon também desempenhou um papel muito importante na história do México desde que a consolidação dos vouchers reais foi decretada em 1804; Refiro-me à ideologia

secularizante, implicitamente defendida por Gibbon em 1788 (data de publicação deste volume), pedra de toque na disputa entre conservadores e liberais mexicanos de 1804 a 1867 e novamente de 1917 a 1929. Esta é, portanto, uma preocupação e uma ideia que não é de forma alguma exclusiva de Gibbon, mas tem esteve na base do pensamento iluminista primeiro e do pensamento positivista depois. Não há dúvida de que esta constitui uma das principais causas do interesse e da importância deste trabalho.

Uma vez definido o papel fundamental que a religião cristã tem na explicação de Gibbon sobre o declínio e queda de Roma, é conveniente concentrar a análise nos dois capítulos dedicados a explicar o triunfo do cristianismo e a sua perseguição: o xv (I. 430-500, publicado originalmente em 1776) e xvi (II. 1-69, publicado originalmente em 1781). Deve-se notar que a importância de ambos os capítulos foi notada pelo seu aparecimento e que em 1788 foram publicados separadamente em tradução alemã (em Hamburgo).

O trabalho de Gibbon é fundamentalmente narrativo e a narrativa trata principalmente de política. Há, no entanto, capítulos que interrompem o fluxo da história para abordar algum aspecto importante que chamaríamos de estrutural. É o caso dos capítulos em questão, inseridos entre a morte de Diocleciano e a fundação de Constantinopla.

O título do capítulo xv é “O Progresso da Religião Cristã: Sentimentos, Costumes, Números e Condições dos Primeiros Cristãos”.

A primeira coisa que Gibbon faz é explicar o motivo do capítulo (430):

Uma investigação sincera mas racional do progresso e estabelecimento do Cristianismo pode ser considerada um parte muito essencial da história do Império Romano. Enquanto aquele grande corpo era invadido pela violência aberta, ou minado pela lenta decadência, uma religião pura e humilde gradualmente se insinuou nas mentes dos homens, cresceu no silêncio e na escuridão, extraiu novo vigor da oposição e ele finalmente ergueu a insígnia triunfante do atravessar as ruínas do Capitólio.

Mais uma vez aparece a poderosa imagem dos símbolos cristãos que se erguem nas ruínas romanas, novamente vemos, agora expressamente, a atribuição de um papel fundamental à razão acima da fé e agora percebemos que a religião já não é apenas um factor que tinha “ alguma influência” no declínio de Roma, mas “uma parte muito essencial da sua [...] história [...]” Tudo isto leva a uma declaração muito enérgica e clara que contrasta, por um lado, a abertura à violência e a decadência inerente e , por outro, como a pureza e a humildade cristãs vão penetrando gradativamente na mente dos romanos. Gibbon nunca diz que o império foi arruinado porque o Cristianismo triunfou, mas tudo o que ele diz nesta passagem transmite esta ideia.

Não menos importantes são os próximos dois parágrafos que se referem às fontes, o primeiro, e às causas do progresso do Cristianismo, o segundo.

Vale citá-los *na íntegra* para analisá-los:

Esta investigação, apesar da sua utilidade ou interesse, é acompanhada de duas dificuldades peculiares. Os materiais Relatos escassos e suspeitos da história eclesiástica raramente nos permitem dissipar a nuvem negra que paira sobre a primeira era da Igreja. A grande lei da imparcialidade muitas vezes obriga-nos a revelar as imperfeições de professores não inspirados e crentes *no Evangelho* , e para um observador descuidado as suas falhas podem parecer lançar uma sombra sobre a fé que professavam. Mas o escândalo do cristão devoto e o triunfo falacioso do infiel cessariam assim que se lembrassem não apenas por quem, mas também a quem, a revelação divina foi dada.

Esta observação do método vai além da crítica textual e testemunhal da *Bíblia* já defendida pela Reforma. Parte de um pressuposto que, como diz o próprio Gibbon, não

mina necessariamente a fé na revelação cristã, e é o facto de os historiadores eclesiásticos da antiguidade serem, como humanos, imperfeitos e sem inspiração. A consequência é inevitável:

O teólogo pode permitir-se a agradável tarefa de descobrir a Religião tal como ela veio do Céu, adornada pela sua pureza nativa. Um dever mais melancólico é imposto ao historiador. Ele tem que descobrir a inevitável mistura de erro e corrupção que ela contraiu numa longa residência na terra, entre uma raça de seres fracos e degenerados.

Aqui você pode perceber o sarcasmo que caracteriza o trabalho de Gibbon. Voltando aos argumentos do nosso autor, em consequência da diferenciação que faz entre os estudos de um teólogo e os de um historiador, a enunciação das causas é a seguinte (p. 431):

Nossa curiosidade é naturalmente impelida a investigar por que meios a fé cristã obteve uma vitória tão notável sobre as religiões estabelecidas na terra. A esta questão pode ser dada uma resposta óbvia mas insatisfatória: que foi devido à evidência convincente da própria doutrina e da providência governante do seu grande autor. Mas como a razão e a verdade raramente encontram uma recepção tão favorável no mundo, e como a sabedoria da Providência frequentemente condescende em usar as paixões do coração humano e as circunstâncias gerais da humanidade para executar o seu propósito, resta-nos, embora com a devida submissão, certamente perguntar quais foram as causas primárias e quais foram as secundárias do rápido crescimento da Igreja Cristã.

A capacidade polêmica de Gibbon de fazer as declarações mais ousadas da maneira mais hábil e irrepreensível possível é notada mais uma vez. Como se pode verificar, este historiador começa por reconhecer a verdade e a razão do Cristianismo e em nenhum momento duvida que esta foi a causa mais importante do seu crescimento, nenhum cristão pode negar que a razão o auxilia quando afirma, num aparente paradoxo, que esta verdade e essa razão não são aquelas que geralmente triunfam na história, ou seja, insinua que estas não podem ter sido razões suficientes para o triunfo do cristianismo. O Cristianismo também não nega o livre arbítrio do homem ou as suas imperfeições. Superado esse obstáculo, Gibbon propõe cinco causas secundárias para a ascensão do Cristianismo:

1. "O zelo inflexível e, se podemos usar a expressão, intolerante dos cristãos."
2. "A Doutrina de uma Vida Futura."
3. "Os poderes milagrosos atribuídos à Igreja primitiva."
4. "A moral pura e austera dos cristãos."
5. "A união e disciplina da república cristã."

As 69 páginas restantes do capítulo são dedicadas a expor esses fatores. Gibbon termina reconhecendo a insignificância dos convertidos cristãos antes do reinado de Constantino e afirma (p. 497): "Em vez de empregar em nossa defesa as ficções de tempos posteriores, será mais prudente transformar a ocasião do escândalo em uma questão de edificação" e depois enumera todos os filósofos e literatos famosos pelas suas virtudes e notórios pela sua curiosidade e precisão que, no entanto, nunca mencionaram ou levaram em conta a doutrina cristã.

As limitações de espaço e de tempo obrigam-me a fazer apenas um exame superficial do capítulo XVI, cujo o título é "A conduta do governo romano para com os romanos desde o reinado de Nero até o de Constantino".

Uma das principais demandas do povo esclarecido era a tolerância. Muitos dos seus argumentos e combates intelectuais foram dirigidos contra o dogmatismo da Igreja Católica e, acima de tudo, contra as consequências práticas – a perseguição – dessa atitude espiritual.

A perseguição aos cristãos por um governo considerado racional, como o Império Romano, era, portanto, um problema.

Gibbon lida com isso de três maneiras.

Em primeiro lugar, explica-o pela posição social e ideológica dos cristãos, que se recusavam a adorar o imperador embora não constituíssem uma minoria nacional como os judeus.

Em segundo lugar, tenta discernir a verdadeira dimensão da perseguição (esporádica, ineficaz, local) e até minimizá-la.

Por fim, explica o ponto de vista do governo romano, ou seja, como, do seu próprio ponto de vista, os governantes romanos eram tolerantes, uma vez que ofereciam sacrifícios ao imperador ou negavam a fé cristã, o que um pagão não poderia deixar de parecer natural, para um cristão, por outro lado, significava colocar em perigo a sua vida eterna.

O surgimento do Cristianismo é um aspecto fundamental da obra de Gibbon, mas não é o único. As limitações acima mencionadas me constrangeram lidar com este com exclusão dos outros. Em todo o caso, isto permite-nos observar como o Cristianismo influenciou a explicação da queda do Império (tomada das consciências), como o nosso autor explica o crescimento desta religião (note-se que a sua gênese, um tema muito espinhoso, não faz parte do da história) e como apresenta a perseguição aos cristãos. Tratei, ainda que superficialmente, da forma como essas ideias ousadas são apresentadas e desenvolvidas.

Para finalizar, quero apenas lembrar que *O Declínio e Queda do Império Romano não é uma obra que fornece dados novos, é tudo baseado em fontes conhecidas por todos na época e que foram listadas e editadas pelos humanistas da época*. Antiquários do século XVI e do século XVII.

O que distingue o trabalho de Gibbon é a atitude do autor. Ele não se contenta mais em editar, traduzir ou comentar autores antigos nem se limita a descobrir o que aconteceu. A sua preocupação fundamental consiste em considerar um problema premente para a sua época – como é possível que a civilização tenha passado da civilização à barbárie – e tentar resolvê-lo a partir de ideias que predominavam naquela época: o papel nocivo da religião.

Refira-se que, convertido ao catolicismo na sua juventude, Gibbon teve que deixar a Universidade de Oxford, de onde foi para Lausanne para continuar os seus estudos com professores particulares e acompanhando a oportunidade da mudança de interesses e que, conseqüentemente, No seu surgimento, o trabalho em questão estava longe de ser acadêmico e teve grande aceitação, em consequência das características que acabamos de mencionar.

Não parece necessário provar que as preocupações de Gibbon ainda se aplicam. Basta levar em conta toda a propaganda governamental que sofremos atualmente e que persiste em falar da modernização como se esta pudesse ser um fim em si mesmo, claro e desejável também para todos. Por outro lado, é conveniente lembrar que nem todos os materialistas são jacobinos ou mecanicistas, mas há aqueles que aspiram a uma visão estrutural e dialética e continuam a pensar que a religião é uma forma de alienação, ainda que em certas circunstâncias históricas ou geográficas pode tornar-se um meio de libertação.

Tudo isso sugere que, precisamente por expressar tão fielmente seu próprio tempo, Gibbon também é um historiador do nosso.

BIBLIOGRAFIA

Sobre a historiografia bizantina: L. Brehier, *Le monde byzantin. La civilização bizantina*, Paris, Edições Albin Michel, 1950, pp. 296-306 (tradução espanhola publicada no México pela UTEHA).

Sobre a cultura renascentista, ver PO Kristeller, *Renaissance Thought. The Classic, Scholastic and Humanist Strains*, Nova York, Harper and Row Publishers, 1961.

Sobre a historiografia a partir do Renascimento, consulte a citada obra de Fueter. *O discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*, de Maquiavel, foi incluído nas *Obras Políticas* (Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1971). Uma tradução espanhola de *O Século de Luís XIV* foi publicado no México pelo Fondo de Cultura Económica (1978). Sua introdução está incluída em *Pensamento Histórico: Ontem e Hoje* (3 vols., México, UNAM , 1991, II , pp. 87-90). As “Considerations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence” podem ser consultadas nas *Oeuvres complètes* de Montesquieu, 2 vols., Paris, Gallimard, 1949-1951, pp. 69-209.

Sobre a visão histórica da ilustração: E. Cassirer, *O pensamento da ilustração*, México, Fondo de Cultura Económica, 1972. A passagem citada sobre a gênese da obra de Gibbon encontra-se em seus diários. Sobre as memórias deste autor, cf. B. Radice, “Introdução do Editor” a E. Gibbon, *Memoirs of My Life*, Harmondsworth, Penguin Books, 1984, pp. 9-27. O *Declínio e Queda do Império Romano* foi publicado em Londres de 1776 a 1788 (seis volumes). Pode agora ser consultado numa edição de Dent (Londres, 1910, numerosas reimpressões). Há uma tradução para o espanhol.

O declínio e a queda do Império Romano foram recentemente discutidos por Perry Anderson, *Transitions from Antiquity to Feudalism* (México, Siglo XXI Editores, 1979: *Passages from Antiquity to Feudalism*, Londres, New Left Books, 1974).

Sobre a ascensão do Cristianismo: M. Chadwick, *The Early Church*, Harmondsworth, Penguin Books, 1967 (numerosas reimpressões) e M. Eliade, *História de crenças e ideias religiosas*, Madrid, Ediciones Cristiandad, 1978, II , pp. 323-402 (a edição original em francês foi publicada em 1976 em Paris, pela Payot).

A literatura cristã primitiva é tratada por M. Simonetti, *Antica Greek and Latin Christian Letteratura*, Florença, GC Sansoni, 1969.

Sobre a perseguição aos cristãos em Roma: GEM de Ste Croix, “Por que os primeiros cristãos foram perseguidos? Uma réplica”, em MI Finley (ed.), *Estudos sobre história antiga*, Madrid, Akal Editor, 1981, pp. 233-273 (a edição original é de 1974).

III. JOHANN GUSTAV DROYSEN (1808-1884)

D ROYSEN, embora pouco conhecido, foi sem dúvida um dos historiadores mais importantes e influentes do século passado.

No tratamento de sua obra polemizarei com o livro *“Helenismo”. História e problemas de um conceito de época* (Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983) de Reinhold Bichler.

Mas antes de entrar no assunto devo apresentar alguns dados.

Droysen publicou seu trabalho sobre a era helenística em duas edições. Pela primeira vez, aos 25 anos, apareceu no ano seguinte a *História de Alexandre o Grande, a História do Helenismo. Primeira parte. História dos sucessores de Alexandre*, e em 1843 a segunda parte, *História da formação do sistema estatal helenístico com um apêndice sobre a fundação das cidades helenísticas*. A conclusão da obra foi impedida pela nomeação dada a Droysen como professor de história na Universidade de Kiel, o que o obrigou a dedicar-se à história moderna. Muitos anos depois, saiu uma nova edição da referida obra com algumas correções e, mais importante, uma reestruturação radical: a história de Alexandre, o Grande, apareceu como *História do Helenismo, Parte Um* (1877), o volume seguinte foi chamado *História do Helenismo, Parte Dois. Historia de los diádocos* (1878) e o restante tornou-se a *Terceira Parte. História dos epígonos* (1878).

Naturalmente, as ideias de Droysen mudaram nos 44 anos entre uma edição e a seguinte, e os argumentos de Bichler baseiam-se parcialmente nessa divergência. Devo esclarecer que não pretendo nem posso questionar os dados de Bichler e que minha crítica trata apenas de sua interpretação de tais fatos, que remetem a um problema que todos os ramos da história enfrentam: a periodização.

No prólogo da primeira parte da edição original da *História do Helenismo* (1836, 5 apud Bichler, 33), Droysen declara sua intenção de tratar dos “notáveis desenvolvimentos alcançados pelas conquistas de Alexandre, o Grande” e que “podem ser designado com o nome de Helenismo”, referindo-se “à mistura da vida ocidental e oriental”, já que este era o nome usado na antiguidade para designar a língua daqueles mestiços.

Bichler demonstra que a palavra *hellenistés* aparece pela primeira vez nos *Atos dos Apóstolos* (século I d.C.) e que designa simplesmente os falantes do grego, podendo ser aplicada tanto a judeus como a gentios (22-32). Ou seja, Droysen está errado e na antiguidade não existia uma palavra para designar a mistura das culturas oriental e ocidental.

Imediatamente a seguir, o historiógrafo austríaco prova que a expressão não foi introduzida por Droysen, pois no início do século XVII J. van der Driesche (Drusisus) já

falava de um dialeto helenístico; em 1606, Joseph Scaliger (*Animadversiones in chronologia Eusebii*, Leiden) definiu *hellenistés* como o judeu que usava a *Bíblia grega* na sinagoga (*apud* Bichler, 35); Na geração seguinte, D. Heinse (Heinsius) e C. de Saumaise (Salmasius) discutiram sobre a natureza de uma *língua helenística*, o *Grand dictionnaire historique* (Paris, 1674) registrou que os helenistas eram judeus da diáspora que falavam grego, e esta definição tornou-se comum nos dicionários do século XVII e aparece na *Encyclopédie*. Este uso também passou para a história, e JB Bossuet (1681) disse que os judeus do Egito “tornaram-se um grego misturado com hebraísmos, que é chamado de língua helenística” (*Discours sur l'histoire Universelle*, Ei. 8 *apud* Bichler, 38). Finalmente, em suas *Explicações do Novo Testamento de uma Fonte Oriental recém-publicada* (1775), JG Herder disse que as conquistas de Alexandre produziram uma mistura de ideias gregas e orientais, nas quais o grego se tornou “a vestimenta das ideias asiáticas”. , “A sabedoria caldeia e persa chegou na forma do helenismo à filosofia platônica, a muitas outras seitas e, finalmente, à Gnose”, formando um “mar de ideias e línguas misturadas” no qual estava submerso o espírito do próprio Cristo . Esta ideia é repetida nas *Ideias sobre a Filosofia da História da Humanidade* (1784-1791). Em consequência, O conceito de helenismo já era corrente quando Droysen escreveu a sua obra e encontramos-o utilizado por BG Niebuhr (*Palestras Históricas e Filológicas: Historische und philologische Vorträge*, Berlim, 1848-1851; Niebuhr faleceu em 1831).

Tudo isto significa algo que não deveria surpreender: as ideias e o trabalho de Droysen enquadram-se na sequência de gestação e desenvolvimento de um conceito. Então, em que consiste a contribuição de Droysen?

Recapitulando o que foi discutido neste capítulo até agora, pode-se dizer que, na época de Droysen, o *helenístico* era usado para designar os falantes do grego antigo e era aplicado em particular aos judeus, enquanto o *helenismo* era usado para designar a mistura de culturas. Grego e oriental. O que Droysen faz é postular que essa mistura cultural é o fenômeno fundamental que caracteriza uma época que começou como resultado das conquistas de Alexandre, aplicar-lhe o nome de *helenística* e empreender uma síntese histórica dela. Nem mais nem menos.

É claro que a helenização dos orientais foi discutida, o uso da palavra *helenística* foi criticado, mas o que não é discutível é que o trabalho e a orientação de Droysen deram o tom para essas discussões, bem como para as investigações daqueles que sido fruto.

Contudo, em 1925, Richard Laqueur notou que nem mesmo Droysen tinha uma ideia clara do que consistia a helenização, uma vez que por vezes era representada como a mera extensão da cultura grega no Oriente e outras vezes era vista como uma mistura cultural. (*apud* Bichler, 59). Consequentemente, Laqueur deplorou o uso da palavra *helenística* , mas absteve-se de propor outra porque "este conceito... tornou-se entretanto uma definição quase cronológica" (*Hellenismus. Akademische Rede um Jahresfeier der hessischen Ludwig Universität am 1. Juli 1924*, Giessen, 1925, 5 *apud* Bichler, *ibidem*).

Por sua vez, Bichler mostra que, com efeito, Droysen não é consistente no uso de termos e conceitos, pois às vezes fala de fatores helênicos e outras vezes se refere a eles como helenísticos, enquanto em alemão *Hellenismus* é o substantivo que serviu para designar tanto o helenismo quanto a era helenística.

Tudo isto ainda é interessante, mas parece-me que o fundamental é discernir em que sentido se pode dizer que as conquistas de Alexandre abrem uma nova era e se esta é

definida pela mistura cultural, pois são estes os elementos que permitirão para apreciarmos o trabalho de Droysen.

Antes de considerar em que sentido a história grega pode ser considerada como entrando em um novo período em 323 a.C. algumas coisas sobre a periodização precisam ser explicadas.

É claro que os períodos históricos não são delimitados na história como *rerum gestarum*. Não é o caso, por exemplo, de que à meia-noite de 27 de setembro de 1821 o México se tornou independente, enquanto a Idade Média não poderia ter sido assim antes do início do Renascimento e do seu isolamento. entre ele e a antiguidade clássica, etc. Em outras palavras, a periodização é um julgamento que os historiadores fazem e não difere qualitativamente de qualquer outro julgamento. Isto significa, nem é preciso dizer, que nunca se encontrará a história a delimitar-se, mas apenas se detectará uma harmonia (ou uma discordância) entre as nossas propostas de interpretação e os testemunhos. É esta harmonia que torna qualquer periodização relevante.

Consequentemente, o que é decisivo na avaliação da proposta de Droysen não é a sua originalidade ou a sua coerência no uso do vocabulário, como sugere Bichler, mas a harmonia entre ela e os factos históricos, e esta harmonia resulta obviamente numa melhor compreensão por parte de nós, os leitores ou sucessores (ou epígonos, como ele diria) de Droysen. O facto de Bichler nem sequer pensar em tentar um julgamento desta natureza não é um sinal de generosidade intelectual ou de grandeza de espírito.

Agora, para julgar a periodização de Droysen, deve-se fazer referência à história e ao modo como a cesura de 323 molda os acontecimentos históricos.

Parece-me que o mais adequado a fazer é regressar ao ano 404, que é a ruptura anterior mais aceite, sobretudo a partir da obra de Claude Mossé, *O Fim da Democracia Ateniense*, publicada em 1962.

Assim, 404 corresponde ao fim da Guerra do Peloponeso, fim que ocorreu com a derrota de Atenas e o triunfo de Esparta. Esta vitória ocorreu em condições muito especiais, pois foi consequência do subsídio Persa que permitiu aos espartanos construir uma frota. Mais importante ainda, o sucesso de Esparta reduziu-a a um agente persa, uma vez que esta *pólis* carecia de possibilidades próprias de estabelecer a sua hegemonia sobre a Grécia e baseara a sua predominância no Peloponeso na manutenção conservadora do *status quo*. Por causa disto, o acordo de 404 que começou a ruir nesse mesmo ano – com a restauração da democracia em Atenas – era muito instável e causou, paradoxalmente, um declínio lacónico.

O primeiro momento em que esse período pode ser quebrado é em 387. Data em que Antalcidas, estadista ateniense, assinou um tratado de paz diretamente com o rei da Pérsia, rompendo com o papel de intermediário de Esparta.

No entanto, o facto de esta *pólis* continuar a exercer hegemonia sobre a Grécia, ainda que de forma cada vez mais precária, significa que o estabelecimento de uma ruptura aqui apaga esta continuidade e, em vez disso, enfatiza acordos entre gregos e persas que, como você vê, seriam frágeis. e de curta duração.

Outra situação propícia para estabelecer uma ruptura histórica é 371, ano em que os espartanos foram derrotados em Leuctra pela Beócia (sob o comando de Epaminondas), rompendo definitivamente a primazia espartana na Grécia. Embora este corte tenha sido preferido pelos historiadores contemporâneos que escreveram antes das conquistas de

Alexandre (sc. Xenofonte e Teopompo) não me parece muito conveniente, porque o que pode ser chamado de hegemonia da Beócia só durou nove anos e porque esta derrota, tão importante para Esparta, para a Grécia apenas significou a substituição de uma hegemonia fraca por outra um pouco menos.

A Batalha de Mantinea, na qual terminou o domínio da Beócia em 362, resultou no colapso de todas as tentativas hegemónicas e no surgimento de potências regionais, mas essa situação também não durou muito, uma vez que Filipe da Macedónia, após conquistar o norte da Grécia, e o Ocidente, derrotou uma coligação de gregos em Queroneia em 338 e, através da liga dos gregos, baseada em Corinto, impôs com muita força a sua própria supremacia. Ora, não faria sentido fixar uma mudança de época em 359, data da ascensão de Filipe ao trono, porque este acontecimento tinha naquela época uma importância meramente local, enquanto 338 representa o fim, pelo menos durante 160 anos, de a independência efectiva dos gregos metropolitanos (em oposição aos do mundo colonial). Se colocarmos neste momento uma mudança de época, estaríamos subestimando as conquistas de Alexandre e dos Estados Helenísticos e isso implicaria definir como central uma área (Grécia) que, precisamente por causa da referida derrota, começa a sofrer um processo de marginalização da qual já nunca seria recuperada, pelo que não parece aconselhável fixar aqui a cesura histórica.

Na segunda edição de sua obra, Droysen definiu o início da era helenística em 336, quando Alexandre III, o Grande, ascendeu ao trono. Isso envolve subtrair importância ao facto de este rei nada mais ter feito do que continuar o trabalho e a tarefa já definidos pelo seu pai e, em vez disso, destacar a conquista do Império Persa como parte do que viria depois e não como um precedente.

A primeira data que Droysen propôs como o início da era helenística é 323, e acabou por ser a mais popular. Isto enfatiza que a origem dos reinos helenísticos se encontra no problema da sucessão de Alexandre e separa a conquista da Pérsia da história dos reinos helenísticos.

Outra data possível para estabelecer uma mudança de época poderia ser 306, quando os diádocos adotaram o título de rei. Tal posição estaria baseada em aspectos formais e descartaria a irreabilidade do governo de Filipe III Arrhídeus e Alexandre IV.

O início de uma nova era também poderia ser marcado em 279, ano da invasão gaulesa da Grécia e da Anatólia, invasão que acabou por definir os reinos (Macedónia, Síria e Egipto) e as dinastias (Antigonidas, Selúcidas e Lágidas) que dominariam o mundo helenístico e que com uma divisão neste momento seriam destacados, negligenciando em vez disso os processos que lhes deram origem.

Assim, 272 é a última data possível para fixar o início de um período e é o ano a que chega Jerónimo de Cárdis nas suas *Histórias*. Foi então que o rei Pirro do Épiro morreu. O problema desta data é que ela dá importância a um rei muito activo mas cujas obras não surtiram efeito, e uma ocasião já não memorável: sua morte em Argos, numa campanha fútil e inconsequente para dominar o Peloponeso.

Como já foi dito, Droysen deixou sua obra inacabada e é inútil especular quanto tempo ele concebeu que duraria a era helenística. De qualquer forma, é um facto que a interacção entre a cultura grega e a oriental continuou a ocorrer durante mais de mil anos, mas uma mudança fundamental foi o desaparecimento dos reinos helenísticos, o que por sua vez implicou a deslocação dos gregos como classe . ou casta dominante.

Recapitulando, pode-se dizer que 323 é o limite que considera a génese dos estados helenísticos um facto decisivo e que tem em conta a deslocação da Grécia, enquanto outros limites são a expressão de diferentes pontos de vista, que podem ser melhores ou pior. Para esclarecer isto, devemos agora considerar em que consistia esta mistura de culturas.

Não parece necessário notar que a história do intercâmbio cultural entre a Grécia e o Oriente remonta à origem da própria cultura grega (*cerca de 1000 aC*) e tem antecedentes do Neolítico. Como diferenciar essa interação a partir da ideia de uma era helenística?

Como foi recordado, no século IV o que foi conseguido nas Guerras Persas foi perdido, e embora a Grécia como tal não tenha sido sujeita ao pagamento de tributos aos Persas nem convertida em satrapia, a Pérsia encontrou mecanismos (pagamento de subsídios, tratados) para controlar as *pólis* da Grécia metropolitana. A ascensão da Macedónia, a subjugação da Grécia através da sua remoção da esfera do poder persa e, sobretudo, a guerra contra a Pérsia, revelou-se um fenómeno de transição para a nova relação, uma transição que consistiu na destruição do Império Persa, na aniquilação dos seus governantes e na formação de um novo império que se dividiu quase imediatamente após ser fundado. Como resultado disto, surgem estados que preservam apenas os níveis mais baixos da burocracia anterior (com excepção dos padres), mas que nas suas esferas mais altas são caracterizados pelo controlo exclusivo de gregos e macedónios. Embora uma visão eurocêntrica e colonialista tenha prevalecido na visão da helenização, desde o final da Segunda Guerra Mundial (e o seu gérmen já pode ser visto em Droysen), tornou-se claro que as culturas orientais permaneceram vivas e sobreviveram à helenização, que a evolução económica e a estrutura social dessas sociedades não foi fundamentalmente alterada, uma vez que os gregos e macedónios constituíam apenas um enclave, que a “fundação” das *póleis* constituiu na maioria dos casos uma reorganização administrativa e que as relações de produção escravista, que eram a base económica das *póleis metropolitanas*, nunca conseguiram substituir os asiáticos (no sentido marxista). Também foi esclarecido que a política cultural dos reis helenísticos não teve repercussões nas massas asiáticas. No entanto, tendo aceite tudo isto, deve reconhecer-se, por outro lado, que a existência dos estados helenísticos mudou radicalmente as relações entre a nova elite greco-macedónia e a Assuntos asiáticos. Recorde-se também que a fundação do museu de Alexandria permitiu a edição de toda a literatura grega escrita até então, empreendimento cujos efeitos se fazem sentir ainda hoje (por exemplo, a divisão das *Histórias de Heródoto* em nove livros é um deles).) e incentivou o desenvolvimento de uma nova corrente poética, a poesia alexandrina, à qual pertenceram, entre outros, Calímaco, Apolônio de Rodes e Teofrasto, e cujos efeitos na poesia lírica e bucólica ainda persistem. Além disso, deve-se levar em conta que surgiram movimentos culturais entre os conquistados que tendiam a assimilar aspectos da cultura da nova elite e dos quais há exemplos como o de Mâneto entre os egípcios, de Beroso entre os babilônios e a tradução para o Grego da *Bíblia*, chamado Setenta ou *Septuaginta* e feito pelos judeus alexandrinos.

Mas parece-me que o fundamental é o que o próprio Droysen pensava: que o Cristianismo não pode ser explicado sem uma era helenística. É claro que se pode objetar que Cristo, se existiu, pregou mais de cinquenta anos depois de o último reino helenístico ter sido incorporado ao Império Romano, e que o Cristianismo só começou a se tornar uma religião com características próprias mais de trinta anos depois. da morte de Jesus, se ele morreu na quarta década do primeiro século . Poderíamos também argumentar que esta

religião não era mais do que um fenómeno marginal antes do édito de tolerância de Constantino, no início do século IV, quase quatrocentos anos depois do suicídio de Cleópatra. Todas estas objecções poderiam ser respondidas com a simples consideração de que precisamente a partir desse momento o Cristianismo se tornou um dos elementos definidores da cultura europeia e, após a sua expansão, da cultura mundial, e que foi precisamente isto que levou à suceso deste conceito de período.

Ora, para avaliar o mérito e a qualidade do esforço de Droysen, convém analisar a forma como, em termos muito gerais, esta época foi concebida a partir do momento em que ocorreu, ou seja, a partir da morte de Alexandre.

Deve-se notar, porém, que como em tantos outros casos, a conveniência intelectual de uma determinada tarefa nem sempre está associada à possibilidade de sua realização e poucos temas historiográficos são tão difíceis quanto o período helenístico, pois, como será lembrado, É dada a crescente produção historiográfica, temos apenas cinco livros completos e fragmentos retirados de citações da época do Império Romano ou Bizantino.

Mas não devemos deixar-nos desanimar por esta dificuldade, mas sim felicitar-nos por, em meados deste século, Felix Jacoby ter empreendido a tarefa hercúlea de recolher, editar e comentar a maior parte destes miseráveis restos daquele que foi um grande monumento.

Os primeiros historiadores que trataram do que para nós é a era helenística foram Jerônimo de Cardia e Duris de Samos. Embora Droysen tenha proposto que seu trabalho era uma reacção ao de Este, na verdade não se sabe qual foi feito primeiro. De qualquer forma, a comparação entre as duas obras é muito reveladora. Aparentemente, Duris de Samos (que morreu depois de 281) escreveu uma obra chamada *Histórias* ou *Histórias da Macedônia*, que abrangeu de 370 a 280. A diferença no título não é fundamental, pois, devido ao conteúdo dos fragmentos, fica claro que ele estava preocupado não apenas com a Macedônia, mas também com a Grécia e as regiões conquistadas por Filipe e Alexandre. No entanto, como salienta Jacoby, isto sugere que o trabalho se concentrou neste reino no seu período de maior desenvolvimento. Muito significativo é o fato (T 5) de a obra ter começado com a morte de Amintas, pai de Filipe, já que Xenofonte e Anaxímenes de Lâmpsaco haviam enviado seus próprios *helênicos* (título também significativo) para a batalha de Mantinea em 371, fato que marcou o fim da hegemonia que Esparta havia adquirido ao derrotar Atenas na Guerra do Peloponeso e que deu origem a uma hegemonia tebana de nove anos. Ao destacar a morte de Amintas, um acontecimento marginal na época, e ao menosprezar os assuntos da Grécia em favor dos da Macedônia, Duris estava a reinterpretar a história. Jacoby supõe que o livro IX (talvez 26) das *Histórias de Duris* terminou com a morte de Alexandre, mas, como ele mesmo observa (FGrHis II C, p. 117): "A estrutura das *Histórias* não pode ser fixada com segurança devido ao escassez dos fragmentos com indicação do número do livro... de onde provêm."

Seja como for, o fragmento 55 indica que a obra de Duris incluiu a guerra entre Lisímaco e Seleuco que resultou na morte do primeiro em 281, o que significou estritamente o fim do período dos sucessores ou diádocos. O que importa aqui é o facto de Duris não ver uma ruptura em 323, mas sim periodizar por hegemonias (espartano-macedónio) e chegar ao último sucessor, tomando o desenvolvimento da Macedônia como tema central.

Jerônimo de Cardia (360-256) apresenta um quadro diferente. Sua obra foi intitulada *Histórias*, *Histórias dos Diádocos* ou *Histórias dos Epígonos* e, segundo Jacoby, abrangeu de

323 a 272. Este mesmo estudioso disse que Jerônimo era “um homem cujo significado é inversamente proporcional ao nosso conhecimento dele.”

Para entender o que Jacoby quis dizer, basta mencionar que restam apenas 19 fragmentos de sua obra, um deles duvidoso.

Para passar ao que interessa aqui, deve-se dizer que nenhuma evidência objetiva foi preservada que indique quando as histórias de Jerônimo começaram, mas nenhuma outra data além da morte de Alexandre pode ser concebida.

Quanto ao título, é impossível que esta fosse a *História dos epígonos*, pois epígonos só podem ser entendidos como “aqueles que nasceram depois” e estes epígonos o são em relação aos sucessores diretos de Alexandre, os diádocos. Como foi dito, este título é impossível porque se sabe (F 15) que a obra abrangeu até a morte de Pirro em 272, quando a era dos epígonos estava apenas começando (terminou por volta de 220). O título *Historias de los diádocos* é quase tão provável quanto *Historias* porque pode ser simplesmente uma referência precisa não ao título, mas ao conteúdo da obra.

Pelo que disse sobre Jerônimo, deveria ficar claro que ele foi o primeiro a conceber uma cesura histórica após a morte de Alexandre, o que provavelmente se deve à sua experiência pessoal, já que enquanto Duris era tirano de sua ilha e, como tal, não sofreu muito os efeitos das conquistas e da morte de Alexandre, Jerônimo foi secretário de homens intimamente ligados às guerras que tanto moldaram o caráter desta época: primeiro, de Eumenes de Cária, sátrapa da Capadócia na morte de Alexandre, e depois Antígono Monoftalmo e Demetrius Poliorcetes.

Filarco pertenceu à geração seguinte, que escreveu *Histórias* em 28 livros que abrangeram o período dos epígonos, ou seja, desde a morte de Pirro até a de Cleomenes (219). Isso indica que embora tenha estado ligado a Duris, pelo menos pela escolha do início da obra, ele se concebeu como um continuador de Jerônimo, consagrando assim a divisão de 323.

Esta visão consolidou-se nas duas gerações seguintes, uma vez que Políbio, embora não o reconheça, continua a obra de Filarco e leva as suas *Histórias* até 145, enquanto Posidônio escreveu algumas *Histórias depois de Políbio* que talvez se tenham estendido até à época de Sila.

Aparentemente foi a partir de Posidônio que os alicerces do mundo helenístico foram rompidos com a anexação da Macedônia, “Ásia”, Capadócia e Síria ao Império Romano, e quando apenas o Egito e reinos helenísticos menores (como o Ponto) permaneceram, ele foi quebrada também a tradição histórica helenística.

A historiografia romana já havia surgido antes, mas baseava-se numa concepção romanocêntrica e, conseqüentemente, toda a história extra-romana era considerada apenas na medida em que tinha algo a ver com a história de Roma, pelo que o problema da periodização não se colocava noutros domínios. histórias. Esta visão, que acabou por se impor, está na base do eclipse da era helenística como tema historiográfico.

Por outro lado, na segunda metade do século 1 aC. C., última geração helenística, há obras dedicadas a alguma figura histórica, como a de Teófanos de Mitélene sobre Pompeu, ou a uma *polis*, como a de Mênnon de Heraclea sozinho, e finalmente grandes sínteses, como os de Timágenes de Alexandria, Diodoro da Sicília e Nicolau de Damasco. É claro que estas últimas obras tiveram que incluir e interpretar a época helenística, o que torna necessário levá-las em consideração para compreender como mudou a visão desta época.

Infelizmente, isso só pode ser feito com a *Biblioteca Histórica* de Diodoro, pois as outras duas obras foram perdidas.

Antes de proceder à análise, é, no entanto, aconselhável lembrar que estas sínteses não eram consideradas obras estritamente históricas pelos antigos. Tal Esta atitude baseava-se no facto de não terem sido feitas com base em testemunhos orais sujeitos a crítica, mas antes de serem precisamente resumos de obras diversas, resumos que também eram feitos, se não de forma acrítica, certamente sem qualquer pretensão hermenêutica; Tratava-se mais do que tudo de resumir e, com isso, facilitar a transmissão de informações históricas.

A obra de Diodoro compreendeu quarenta livros; Tudo começou com a história do Egito e terminou por volta do ano 60 AC. C. Foi uma história universal que moldou a visão desta história, pois depois de tratar do Oriente Próximo (I-III) tratou da Grécia (IV-XXVII) e finalmente desta e de Roma (XXVIII-XL).

É importante notar que Diodoro termina o livro XVII com a morte de Alexandre e inicia o livro XVIII com os diádocos (em sua obra encontramos a primeira menção deles com esse nome: XVIII.42). Este corte implica também a concepção de um corte histórico. Para determinar como Diodoro o concebeu, podemos recorrer à introdução do Livro XVII (1.2), onde Diodoro afirma:

O livro anterior, que é o décimo sexto do tratado completo, começou no reinado de Filipe, filho de Amintas. Incluía todas as coisas que aconteceram, tanto as de Filipe até a sua morte, como as dos outros reis, cidades e *pólis* durante o tempo deste reinado, que foi de vinte e quatro anos. Nisto, ao narrar os acontecimentos sucessivos, começaremos com o reinado de Alexandre e, incluindo os feitos deste rei até à sua morte, contaremos também os acontecimentos simultâneos nas partes conhecidas do mundo habitado. Pois bem, desta forma, mais do que tudo, assumimos que os factos se tornam memoráveis: colocados pela matéria e com inícios e fins contínuos.

A passagem citada implica que Diodoro está organizando sua narrativa em torno dos acontecimentos macedônios, completando-os com os de outros reinos, cidades e *pólis* e dividindo-os por reinado. Esta é a causa da separação da matéria entre os livros XVII e XVIII, o dedicado a Alexandre e este último concentrado nos diádocos porque efetivamente detinham o poder. Por outras palavras, a era helenística não é concebida como tal e a morte de Alexandre é atribuída tanta importância como a de Filipe.

Uma figura curiosa corresponde ao império de Augusto: Pompeu Trogus, um gaulês que escreveu as *Histórias Filipinas*, obra que pelo próprio título difere das histórias romanas às quais Trogus sem dúvida teve acesso mais fácil, pois escreveu em latim; Foi, com efeito, uma história universal análoga à de Diodoro. Infelizmente, este trabalho só é conhecido pelo resumo que Justin fez em data desconhecida, bem como pelo prólogo, que contém um resumo ainda mais resumido do conteúdo. As *Filípicas* eram compostas por 44 livros, dos quais a parte central eram os livros VII a IX, sobre Filipe.

Eu Assíria

II - VI Citas, Medos, Persas e Gregos

VII - IX Filpos

X - XII Alexandre

XIII - XL Macedônia e os diadoques

XLI - XLII Pártia

XLIII - XLIV Europa Ocidental

É notável que não houve livros especificamente dedicados a Roma. Somente no livro XLIII sua história é discutida até Tarquínio Prisco, o quinto rei romano; Caso contrário, ela só será tratada como conquistadora nas guerras correspondentes.

Mas a obra de Trogo ficou sem seguidor e a historiografia dedicou a sua atenção a Roma, enquanto os reinos helenísticos perdiam consideração.

Assim, no século II DC. C. floresceu o movimento cultural denominado “segundo sofisma”, que tentava reavivar o que eram considerados os valores da Grécia clássica e, por outro lado, desprezava toda a cultura helenística grega e a do século I d.C. C. Provavelmente quem melhor exprime esta visão é Aristides, num discurso dedicado (em ambos os sentidos da palavra) a Roma, no qual afirma que os reinos helenísticos são “mais parecidos com um roubo do que com um reino” (24).

Nesse mesmo século, Plutarco incluiu em suas *Vidas paralelas* biografias de Eumenes, Filopomen, Demétrio, Pirro, Arato, Agis e Cleomenes, mas deve-se notar que Demétrio é a única cópia Expoente grego não de uma virtude, mas de um vício (faz par com Antonio); que, embora Eumenes fosse tesoureiro de Alexandre e sátrapa da Capadócia, ele não era macedônio, mas grego, enquanto as outras biografias são dedicadas a políticos gregos que tiveram seu campo de ação na Grécia metropolitana, embora não haja uma única vida positiva sobre qualquer macedônio ou rei ou político oriental. Portanto, não se deve ignorar o fato de Plutarco chamar Filopoêmen de “o último grego” (253-183), visto que ele foi um estrategista da Confederação Aqueia que tentou levar a cabo uma política independente de Roma, embora não em sua contra. Isto implica, com efeito, que os reinos helenísticos não eram vistos como um desenvolvimento ou continuação da história da Grécia, mas precisamente como a sua negação.

Apesar de tudo isso, a historiografia helenística sobreviveu até que o Império Bizantino e Constantino VII Porfirogênio coletasse um grande número de passagens, assim como Fócio. Esta continuidade adormecida só foi quebrada na Terceira Cruzada, quando os latinos tomaram Constantinopla e estabeleceram um reino católico. E embora na Renascença as obras de Diodoro e Políbio tenham sido impressas e lidas, não havia ideia da era helenística como uma entidade cronológica separada.

Hegel deve então ser visto como o continuador desta tendência historiográfica, vendo a era que Droysen inventaria como o período do “declínio do espírito grego”.

Não se deve, portanto, concordar com Bichler, que, seguindo Beloch e reconhecendo a impossibilidade de substituição do termo período helenístico, propõe um expediente intelectualmente empobrecedor que consiste em considerar este período uma espécie de gaveta conceitual vazia que englobaria o que ocorreu no Mediterrâneo. bacia, Irã e Bactria entre 323 e 30 AC. c.

A esta posição podemos contrastar uma afirmação do próprio Droysen que critica pontos de vista empíricos: os historiadores “devem saber o que querem procurar; só então eles encontrarão algo. É preciso questionar as coisas corretamente. Então eles darão uma resposta.”

BIBLIOGRAFIA

A segunda edição da *História do Helenismo, primeira parte*, foi traduzida por Wenceslao Roces e publicada com o título de *Alexandre o Grande* (México, Fondo de Cultura Económica, 1946, com reimpressões).

A segunda edição da *História do Helenismo* foi republicada por Erich Bayer e publicada (1980) em brochura em Munique pela Deutsche Taschenbuch Verlag (3 vols.).

A periodização da história grega é discutida por Roldán (*op. cit.*, pp. 80-91), mas – tanto quanto sei – nunca recebeu um tratamento abrangente e abrangente.

O uso da palavra *hellenistés* nos *Atos dos Apóstolos* é tratado por M. Hengel, “Zwischen Jesus und Paulus. Die ‘Hellenisten’, die ‘Sieben’ und Stephanus”, *Zeitschrift für Theologie und Kirche*, LXXII, 1975, pp. 151-206.

Sobre o conceito de helenista em Drusius, Scaliger, Heinsius e Salmasius, cf. Bichler, *op. cit.*, pp. 35-37.

Os *Erläuterungen zum Neuen Testament aus einer neueröffneten morgenländischen Quellen*, de JG Herder, estão incluídos em seu *Sämtliche Werke*, editado por B. Suphan, Berlim, 1884, VII, pp. 335-470. As próprias ideias de Herder para uma filosofia da história da humanidade foram publicadas em Buenos Aires por Losada (1959) na tradução de J. Rovira Armengol.

La fin de la démocratie athénienne, de Claude Mossé, foi reimpresso, junto com “La vie économique d’Athènes au IV e siècle” em Nova York, pela Arno Press (1979). Ela também escreveu aquela que é, na minha opinião, a melhor síntese sobre o século IV : “Le IV e siècle (403-336)”, em E. Will (ed.), *Le monde grec et l’Orient*, 2 vols., 2ª. ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1972-1975, II, pp. 9-244.

Sobre o mundo helenístico, cf. *ibid.*, II, pp. 337-645; H. Kreissig (ed.), *Griechische Geschichte bis 146 vuz (História da Grécia até 146 aC)*, 3ª ed., Berlim VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1985, pp. 225-267; Claire Préaux, *Le monde helenístico. La Grèce et l’Orient (323-146 av. J.-C.)*, 2 vols., Paris, Presses Universitaires de France, 1978 (há uma tradução para o espanhol, em dois volumes, publicada em Barcelona pela Labor); FW Walbank, *The Hellenistic World*, Glasgow, Fontana, 1981 (há uma tradução espanhola publicada em Madrid pela Tusquets) e F. Chamoux, *La civilização helénistique*, Paris, Art-haud, 1981.

Duas datas são as favoritas para concluir esta era: 146 (a tomada e destruição de Corinto) e 30 AC. C. (derrota final de Cleópatra). Na minha opinião, o segundo é mais conveniente, pois o primeiro marca mais um episódio da conquista romana da Grécia (que não estava organizada como província naquela época), enquanto a morte da rainha egípcia pôs fim ao último reino helenístico e levou a a ereção do Egito em uma província romana.

M. Bernal (*Atena Negra: As Raízes Afro-asiáticas da Civilização Clássica. Ei. The Fabrication of Ancient Greece 1785-1985*, Londres, Free Association Books, 1987) faz uma recapitulação e reavaliação da influência oriental - especialmente egípcia - na cultura grega, chegando ao ponto de considerá-la um mero transmissor (cf. crítica de Jasper Griffin, na *New York Review of Books*, junho de 1989).

Sobre o reinado de Alexandre: Siegfried Lauffer, *Alexander der Große*, Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1978.

A. Kuhrt e S. Sherwin-White editaram um livro heterodoxo e refrescante sobre Helenização: *Helenismo no Oriente: Civilizações Gregas e Não-Gregas da Síria à Ásia Central após Alexander*, Berkeley, California University Press, 1987.

PM Fraser, em sua obra *Alexandria Ptolemaica* (3 vols., Oxford, Clarendon Press, 1972) dedica uma parte à cultura helenística alexandrina (I, pp. 305-793; II, pp. 462-1102).

Sobre a historiografia helenística: A. Díaz Tejera, “Tendências na historiografia helenística”, em J. Alsina C. *et al.*, *Estudios sobre o mundo helenístico*, Sevilha, Publicaciones de la Universidad, 1971, pp. 33-55; L. Canfora, “Storiografia”, em R. Bianchi-Bandinelli (ed.), *Storia e civiltà dei greci*, 10 vols., Milão, Bompiani, 1977-1978, IX, pp. 315-340 (há uma tradução em espanhol publicada em Barcelona pela Icaria, 1979-1980); J. Lens Tuero, “historiografia helenística”, em A. Díaz Tejera *et al.*, *Unidade e pluralidade no mundo antigo. Atas do V Congresso Espanhol de Estudos Clássicos*, 2 vols., Madrid, 1983, I, pp. 305-350; WR Connor, “Escrita histórica no século IV aC e no período helenístico”, em PE Easterling e BMW Knox (eds.), *The Cambridge History of Classical Literature: I Greek Literature*, Cambridge, University Press, 1985, pp. 458-471 e R. Martínez Lacy, “Rumo à historiografia helenística”, *Nova Tellus*, V, 1987, pp. 103-113.

O trabalho de Jacoby é *Fragmente der griechischen Historiker*, Berlim 1923. Jerônimo de Cardia foi estudado por Jane Hornblower (*Hieronymus of Cardia*, Oxford, University Press, 1981) e Duris, por RB Kebric (*In the Shadow of Macedon: Duris of Samos*, Wiesbaden, Steiner, 1977).

A obra de Diodoro está sendo estudada novamente por Catherine Rubincam. Veja seu “A organização e composição da *Biblioteca de Diodoro*”, EMC, XXXI, 1987, pp. 313-328 e “Referências cruzadas na *Bibliothèque historique* of Diodorus”, *Phoenix*, XLIII, 1989, pp. 39-51.

EL Bowie trata brilhantemente do segundo sofisma em “The Greeks and their past in the second sophistry”, em MI Finley (ed.), *Estudios sobre história antiga*, tradução de R. López, Madrid, Akal Editor, 1981, pp. 185-231.

Sobre Trogo: L. Santi Amantini e E. Salomone, *Fonti e valore storico di Pompeo Trogo*, 2 vols., Genova, Università, 1972-1973.

Sobre Hegel e o Oriente (incluindo sua rejeição da era helenística), E. Schulin, *Die weltgeschichtliche Erfassung des Orients bei Hegel und Ranke (A concepção histórica universal do Oriente em Hegel e Ranke)*, Göttingen, 1958.

A crítica de Droysen ao empirismo é encontrada em sua *Historica. Lições de enciclopédia e metodologia da história*, tradução de E. Garzón V. e R. Gutiérrez G., Barcelona, Editorial Alfa, 1983.

4. THEODOR MOMMSEN (1817-1903)

UMA VEZ Mommsen disse: “ Aqueles que, como eu, viveram momentos históricos, começam a ver que a história não se escreve ou se faz sem ódio ou amor” (*apud* Roces, p.

Parece apropriado começar esta exposição com um comentário sobre este pronunciamento. Quais foram então os momentos históricos vividos por Mommsen?

Em 1848, enquanto lecionava numa escola em Hamburgo, participou na revolução daquele ano e foi ferido nas barricadas montadas pelos rebeldes de Hamburgo.

Três anos depois foi expulso da cátedra em Leipzig por se opor, nos jornais e nas fileiras do partido liberal que lutava pela unidade alemã, à política do rei da Saxónia, reino do qual Leipzig fazia parte.

Refira-se que esta expulsão, que o obrigou a trabalhar no exílio em Zurique, deu-lhe também a oportunidade de escrever os três primeiros volumes da *História de Roma* em apenas seis anos. O sucesso da obra – escrita com muito amor e muito ódio – foi imediato e permitiu o regresso de Mommsen, desta vez a Berlim e, eventualmente, o seu ingresso na Academia de Ciências (uma espécie de Colégio Nacional).

As paixões de Mommsen eram tão fortes que o esmagador sucesso académico não conseguiu apaziguá-las ou moderá-las e Mommsen continuou a ser politicamente ativo, tornando-se deputado e senador por um partido liberal por muitos anos. Sua vida política foi muito ativa e sua posição o levou a atacar o governo conservador de Bismarck, que moveu uma ação contra ele e o repreendeu por sua perspectiva histórica de três mil anos que o impedia de compreender o presente. Veremos que a situação era precisamente a oposta e que a sua apaixonada participação política lhe deu um ponto de vista específico sobre a história de Roma.

Em todo caso, é preciso destacar que foi a *História de Roma* que lhe permitiu tornar-se o único historiador a receber o Prêmio Nobel de Literatura, o que indica que o seu caso não era o de um “grilo” qualquer, mas que Mommsen era um historiador “grilo”, ou seja, uma pessoa para quem a história e a política estavam intimamente ligadas, de tal forma que uma não poderia ser feita sem a outra; Prova disso é que sua bibliografia é composta por mais de mil e quinhentos títulos.

O número impressiona, mas a qualidade não é menor. Tendo começado como jurista, Mommsen escreveu um enorme manual (cinco volumes em três volumes) de *direito público romano* (1871-1881) e outro de *Fundamentos do direito penal romano* (1899), obras básicas ainda hoje. Além disso, aproveitando uma viagem de estudos, empreendeu a publicação das inscrições latinas, que deram origem ao *Corpus Christi. inscriptionum latinarum*, que começou a editar em 1863 e do qual participou na edição de mais sete volumes (até 1902). Esta obra, tendo distribuído centenas de milhares de exemplares epigráficos, ainda está em processo de publicação.

Qual é então o lugar da *História de Roma* neste conjunto de obras? Os três primeiros volumes foram publicados entre 1854 e 1856 e o quinto em 1885; a sala nunca foi terminada.

A separação de trinta anos entre o terceiro e o quinto volumes indica uma diferença essencial, pois os três primeiros formam uma síntese cronológica da história de Roma desde a sua fundação até o assassinato de Júlio César, enquanto o último volume, com o subtítulo *O Império Romano do Césares*, é propriamente uma história da civilização nas províncias do império. Sendo impossível e desaconselhável apresentar aqui um estudo completo desta obra, centrarei a análise num conceito – a unificação nacional – e num período específico: a monarquia. Devo também observar que limitei minha discussão aos primeiros dez capítulos.

Para começar, será necessário, portanto, definir qual parte estou analisando e qual o seu lugar na obra como um todo.

Como já disse, os três primeiros volumes da obra em questão são uma exposição da história de Roma desde o início até César. O primeiro livro abrange desde as origens até a expulsão dos reis de Roma e contém os seguintes capítulos:

- Ei . Introdução.
- II . As imigrações mais antigas para a Itália.
- III . As colônias latinas.
- 4 . As origens de Roma.
- V . A constituição primitiva de Roma.
- SERRA . Não-cidadãos e a constituição reformada.
- VII . A hegemonia de Roma no Lácio.
- VIII . As cepas Umbro-Sabellianas. Os primórdios dos samnitas.
- IX . Os etruscos.
- X . Os gregos na Itália: domínio dos mares pelos etruscos e cartagineses (termina na p. 188).
- XI . Lei e tribunal.
- XII . Religião.
- XIII . Agricultura, indústria e comércio.
- XIV . Medições e escrita.
- XV . Arte (termina na pág. 253).

Dado que as passagens a analisar correspondem aos primeiros dez capítulos e, grosso modo, a dois terços do livro, e dado que estes capítulos correspondem a problemas políticos, enquanto os outros cinco são dedicados a temas bastante culturais (direito, religião, economia, o sistema de medidas e a escrita e a arte), esta parte é a mais adequada para analisar o papel que nela desempenha o conceito de unificação nacional. Além disso, centrar-nos no início da história romana permitir-nos-á discernir o papel que Mommsen atribuiu a esse processo na gênese de Roma. Isso é Você verá justamente na análise, que farei na mesma ordem em que Mommsen apresenta seus comentários.

A primeira passagem vem do capítulo II .

No anterior, Mommsen definiu a história antiga e explicou o lugar que nela ocupava a história da Itália.

O segundo capítulo intitula-se “As mais antigas imigrações para Itália” e começa por elencar e explicar as características das “linhagens indígenas da Itália”, passando aos itálicos, às suas relações com os gregos e depois às dos latinos e às dos os Umbro-Sabelianos (povo italiano que ocupava a cordilheira dos Apeninos, espinha dorsal da Itália).

A partir daí passa para a “cultura indo-europeia” e concentra-se na “cultura greco-italica”, seguindo um método histórico-linguístico. É quando se começa a discutir este tema da “cultura greco-italiana” que Mommsen (34) diz:

Se a tarefa de estabelecer o grau de cultura que os europeus alcançaram antes da separação das raças pertence antes à história geral do mundo, é, no entanto, uma tarefa especial da história italiana estabelecer, na medida do possível, em que estado estava o Nação greco-italica quando os itálicos se separaram. Esta já não é uma obra supérflua porque, através dela, determinamos o ponto de partida da civilização itálica: a origem da história nacional.

As ideias aqui apresentadas eram bastante comuns e ainda têm alguma validade (veja a importância do conceito de mestiçagem na explicação da gênese da nacionalidade mexicana). Em todo o caso, o facto de estas ideias terem sido atuais não as isenta da sua análise.

Primeiramente, é notável que a história seja aqui apresentada como uma história das nações, ou seja, seus protagonistas são as nacionalidades, portanto a tarefa fundamental do historiador seria rever a gênese e a evolução dessas entidades. Isto implica também que estes protagonistas não estão fora ou acima deste processo, mas que as nações surgem, crescem e declinam e o seu estudo é tarefa do historiador.

Outra ideia importante consiste em assumir, ou melhor, pressupor que as nações são constituídas por uma linhagem, ou seja, existe uma sucessão genético-demográfica que as compõe.

Consequentemente, Mommsen expõe as características da nação indo-européia, então a greco-italica, para chegar ao início do próprio tema da obra: a história itálica. Isto deve ser surpreendente numa *História de Roma*; Para recuperar desta surpresa, é preciso quebrar a regra definida no início da análise e voltar ao capítulo I, onde, ao afirmar o lugar da história da Itália no campo mais amplo da história antiga, Mommsen esclareceu (22) :

Narraremos aqui a história da Itália e não a história de Roma [...] O que normalmente é definido como dominação romana sobre a Itália nos parece antes como o união de todas as linhas itálicas em um único Estado, e, de todas essas linhas, os romanos eram os mais poderosos, mas apenas um ramo deles.

A primeira coisa que salta à vista é o início – “narraremos” – que situa de forma simples e clara a obra de Mommsen no vasto campo da história narrativa.

Mas, mais de acordo com o que ele trouxe para esta passagem, está a definição da história da Itália com a exclusão da de Roma, e a sua explicação: Roma representava apenas a linhagem dominante dentro da Itália.

Isto é bastante problemático e até anti-histórico, uma vez que Roma era uma cidade (*civitas* como Estado) que, a partir de uma posição geográfica e estratégica favorável, começou a dominar o Lácio, o sul da Itália, a Etrúria e, portanto, toda a Itália, enquanto ao mesmo tempo co-optando pelas suas elites, os grandes proprietários de terras. Não é correto dizer que os romanos eram uma raça, pois, justamente, a sua expansão é marcada por esta integração dos governantes das outras cidades, bem como das suas famílias, sem falar no não menos importante caso dos libertos, que Eles também foram incorporados à cidadania romana.

Todos estes desvios fazem sentido, porém, se estiverem ligados à perspectiva histórica de Mommsen, fazendo uma analogia com a Alemanha do século passado, quando a Prússia conseguiu deslocar a Áustria (1866) e unificar a nação (menos a Áustria) sob a sua

hegemonia. Obviamente, isso ainda não estava acontecendo quando Mommsen escreveu este volume, mas foi uma tarefa histórica que se colocava à burguesia alemã pelo menos desde a revolução de 1848, tarefa que ela realizou aliando-se ao Estado e aos junkers prussianos, evitando ao mesmo tempo o perigo de ser esmagada pelo proletariado, cuja participação numa revolução já tinha sido previsto e promovido por Marx e Engels, pela Liga dos Comunistas e outros socialistas desde antes de 1848. Foi precisamente ao não renunciar aos ideais liberais burgueses que Mommsen confrontaria Bismarck e os conservadores, que defendiam os interesses da nobreza não deslocada.

Naturalmente, esta perspectiva da história como registo de processos de unidade nacional levantou a necessidade de situar o processo de unificação italiana por Roma no contexto da história antiga e tornou particularmente necessária a comparação com a Grécia, por isso, depois de falar da incapacidade de os gregos para alcançar a unidade nacional, diz Mommsen (45):

Por outro lado, o italiano renunciou resolutamente ao livre arbítrio por amor à liberdade e aprendeu a obedecer ao pai para saber obedecer ao Estado. Mesmo que o indivíduo perecesse desta sujeição e secasse o mais belo germe, ele adquiriria assim uma pátria e um sentimento patriótico que os gregos nunca conheceram, e só ele entre todos os povos civis (*Kulturvölker*) da antiguidade conquistou a unidade nacional com uma constituição fundado no autocontrole e alcançado a unidade nacional, o que finalmente lhe permitiu o domínio sobre a desintegrada linhagem helênica e sobre o mundo inteiro.

É necessário tentar definir o que para Mommsen era uma cidade civil, pois só isso pode nos dar a chave desta passagem. Devemos levar em conta, no entanto, uma ausência fundamental: a de uma definição de nação (ver p. 84). Apesar desta ausência, é evidente que, em qualquer circunstância, o Egipto era uma nação e ninguém duvidou que tenha alcançado a sua unidade política sob a primeira dinastia, pelo que é muito provável que o nosso autor não o considerasse uma sociedade civil.

Ora, o que a diferencia de Roma é a sua estrutura despótica, o que sugere que para este autor as sociedades civis antigas seriam autônomas, como as sociedades fenícia e grega.

Quanto à concepção dos mecanismos de unificação italiana, esta é tipicamente liberal: o indivíduo renuncia a uma parte da sua liberdade para aceder a um nível superior dessa mesma liberdade e a grande qualidade dos romanos consiste em ter compreendido isto, algo que, por outro lado, os gregos nunca conseguiram.

Para terminar esta passagem, deve-se notar que o domínio sobre outros povos é considerado um bem tão óbvio que é simplesmente dado como certo.

A seguinte passagem (p. 56) permite-nos analisar a visão de unidade nacional de Mommsen em termos mais concretos e em novas dimensões:

As diversas experiências pelas quais os átomos políticos mais antigos, os distritos, foram procurados ou evitados no Lácio, passaram sem deixar testemunhos relevantes, e é conveniente limitar-nos a estabelecer um facto único e permanente, ou seja, estas partículas políticas não abdicaram à sua individualidade em favor do centro comum, mas alimentaram e aumentaram o sentimento de unidade nacional, e assim prepararam o progresso e a transição deste particularismo local, com o qual toda história de um povo começa e deve começar, para aquela unidade nacional, com o qual toda história de um povo termina ou, pelo menos, deveria terminar.

Esta passagem tem duas implicações: uma forma de tratar as fontes e uma concepção histórica.

Na verdade, Mommsen rejeita as lendas sobre a expansão de Roma no Lácio e na Itália central e limita-se ao que parece “um facto único e permanente”, mas esse suposto facto é na verdade um desenvolvimento da concepção liberal de liberdade já detectada.

Se, no trecho analisado anteriormente, o indivíduo alcançou maior grau de liberdade ao subordinar-se ao pai e assim aprender a obedecer ao Estado, neste momento do processo eles são os “átomos políticos”, ou seja, as entidades políticas que já não podem dividir, aqueles que ao se unirem não só perderam a identidade, mas isso foi o alimento de uma unidade superior.

Mas o que mais chama a atenção é a visão teleológica afirmada no final: o particularismo local é o início de toda a história e a unidade nacional é o seu fim, portanto as pessoas que não o alcançam devem ser consideradas, em termos históricos, frustradas.

A passagem a seguir é apenas um corolário da anterior:

A linhagem corajosa e tenaz dos itálicos certamente teve hostilidades internas e com as nações vizinhas; Com o florescimento do país e o crescimento da cultura, a hostilidade terá gradualmente se transformado em guerra, a pilhagem em conquista e os poderes políticos terão começado a se formar [pág. 111].

Ou seja, à medida que o Estado Romano crescia, também cresciam as suas empresas e o seu alcance.

Mommsen explica (p. 114) por que foi precisamente Roma que unificou a Itália e não qualquer outra cidade:

Da própria fusão de vários distritos numa cidade surgiram Roma no Lácio e Atenas na Ática, e foi a mesma fusão que o sábio Tales aconselhou à ameaçada liga das cidades jónicas como único meio de salvar a sua nacionalidade. Roma, no entanto, melhor do que qualquer outro distrito italiano, permaneceu fiel, de forma mais consistente, mais fiel e mais feliz, a este princípio de unidade, e precisamente como a posição eminente de Atenas na Hélade é a consequência da sua centralização precoce, assim Roma deve sua grandeza unicamente ao mesmo sistema seguido com mais energia.

Nesta passagem detectamos uma explicação ou uma aplicação concreta da ideia acima exposta, segundo a qual os distritos tendem a alargar-se.

Note-se, no entanto, que esta aplicação conduz a abusos, uma vez que a Jónia não pode de forma alguma ser considerada um distrito como o Lácio e a Ática, uma vez que é uma série de vales comparáveis ao centro da Itália ou ao centro da Grécia.

Além disso, não está claro se Mommsen pensava que estas *póleis* constituíam uma nacionalidade jónica ou se a sua unidade tinha contribuído para a unidade nacional grega, cuja frustração não seria então uma consequência apenas do fracasso de Atenas, mas foi a certa altura uma possibilidade partilhada por vários distritos.

Além disso, é interessante a ideia de que a sua unificação precoce permitiu que Atenas e Roma alcançassem preeminência nos seus respectivos países.

Mommsen tira conclusões destas observações na p. 115:

Desde [...] [a conquista de Alba Longa] Roma pôde sustentar-se como potência marítima contra todo o país, como cidade contra as comunidades rurais, como Estado constituído em forte unidade contra a confederação: e desde então, apenas com Com com a ajuda dos romanos, os latinos conseguiram defender as suas costas contra os cartagineses, os helenos e os etruscos e manter e alargar as suas fronteiras continentais contra os inquietos vizinhos de origem sabelica.

A coisa mais impressionante sobre esta passagem é a sua validade. Aqui se destaca o fato de que a posição do autor permite detectar o significado e a importância de uma série de relações entre Roma, os latinos e seus vizinhos, relações inovadoras que resultaram, de

fato, na superação das barreiras da “cidade-estado” e a forma de um império territorial à escala mediterrânica.

A clarividência de Mommsen é mostrada novamente, em outro nível, na página seguinte, onde ele fala sobre a Liga Latina:

A paridade de tratamento acordada em todas as questões, sejam comerciais, de crédito ou de herança, vinculou cada vez mais os interesses das comunidades, já unidas pela igualdade de língua ou de costumes, através de inúmeras relações de troca comercial; Assim, desta comunidade foram obtidas as vantagens que temos nos nossos tempos com a abolição das barreiras alfandegárias.

A este respeito, o que David Thomson diz (*Europe since Napoleon*, Harmondsworth, Penguin Books, 1966, p. 163) sobre a Alemanha é esclarecedor:

Em 1818, o governo aboliu as fronteiras alfandegárias internas que dividiam uma província da Prússia de outra e estabeleceu uma tarifa uniforme contra o resto do mundo. Em 1826, vários dos estados alemães menores cercados pelos territórios dispersos da Prússia estavam unidos. ao sistema, e através de negociações com outros estados, uma grande área de comércio livre cresceu entre a Alemanha e a Alemanha, no norte e no sul, e entre Hanôver e a Saxônia, no norte. Em 1834, os três sindicatos foram misturados na *Zollverein* ou liga alfandegária, que compreendia 17 estados e cerca de 26 milhões de pessoas.

Como se pode ver, Mommsen está a equiparar, de certa forma, a Prússia do século XIX na Alemanha com a antiga Roma em Itália, e a liga alfandegária alemã com a paridade comercial, de crédito e de herança existente entre os membros da Liga Latina.

As opiniões de Mommsen sobre a unificação alemã ressurgem na página 128, onde, falando dos samnitas, ele diz:

A política desta confederação nunca foi - como a dos romanos - agressiva, mas limitou-se à defesa das fronteiras, porque só num Estado unitário a força é tão concentrada, a paixão política é tão poderosa, que o engrandecimento do território pode ser desenvolvido e concluído de acordo com um projeto previamente estabelecido.

O aspecto racial da concepção de Mommsen, que identifica os povos com linhagens, fica evidente na página 130:

O povo dos etruscos formava uma antítese clara com os itálicos latinos e os sabelianos [...] A constituição física já distinguia as duas nações [...] O que nós O que sabemos sobre os usos e costumes desta nação mostra-nos também uma diferença profunda e original com as linhagens greco-italianas [...]

e depois afirma que a língua é o “documento de nacionalidade mais importante”.

Aquí sólo cabe señalar que, a partir de la obra de Pallottino, de mediados de este siglo, la corriente se ha invertido y que a pesar de que se reconoce que el etrusco no es un idioma indoeuropeo, hay una continuidad cultural que fue conformando la cultura etrusca en Italia a partir del neolítico (cultura protovillanoviana —villanoviana— etrusca) y se piensa que la extensión etrusca por el sur hasta Campania y por el norte hasta el valle del Po (Emilia) fue un factor crucial en el desarrollo cultural de toda a península.

Este contraste étnico é, no entanto, qualificado pelo próprio Mommsen (p. 135):

Embora os romanos tivessem a sensação de que os etruscos eram estrangeiros e os latinos eram compatriotas, parece, no entanto, que temiam muito menos os povos da margem direita do Tibre do que as suas linhagens relacionadas, como os gabinos e os de Alba.

Daí se conclui que a linhagem não é concebida como fator determinante na visão de história de Mommsen.

Pode-se concluir com outra citação, retirada da introdução à segunda edição da *História de Roma* e incluído por Roces em sua tradução do quinto volume (pp. ix e 23):

A história é uma ciência doutrinadora exclusivamente no sentido de que a observação das culturas antigas nos revela as condições orgânicas de cada civilização, as forças fundamentais, que são iguais em toda parte, e a combinação e entrelaçamento dessas forças, que diferem em toda parte, estimulando assim e encorajando-nos, não a imitarmos servilmente o passado, mas a sermos inspirados por ele, no nosso próprio trabalho criativo.

Quase se pode dizer que aqui Mommsen explica a natureza das observações que acabamos de analisar, pois nelas vemos como este historiador se inspira nos romanos para contribuir para a unificação alemã, mas esta inspiração não é uma imitação servil, mas sim o que Mommsen acreditava. encontrou na história de Roma as forças fundamentais que resultaram na unificação da Itália, mas combinadas e entrelaçadas de outra forma.

Seria fácil agora apontar o anti-historicismo a que esta forma de ver a história levou Mommsen. Seria melhor notar como a paixão dominante da sua vida lhe serviu para definir todo um problema que, originado na situação do seu tempo, lhe permitiu desenvolver um ponto de vista sobre a história, tornando-se assim um poderoso meio hermenêutico e abrindo caminho para ele chegar ao público mais amplo que qualquer historiador pode esperar.

BIBLIOGRAFIA

A tradução, com prólogo de Wenceslao Roces, é Teodoro Mommsen, *El mundo de los Césares*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945 (e numerosas reimpressões). Esta obra abrange apenas o volume V, enquanto os três primeiros volumes foram traduzidos por A. García Moreno e publicados originalmente em 1876 e 1877. Existem numerosas edições desta tradução (por exemplo: Buenos Aires, Joaquín Gil, 1953). O texto original foi publicado, com posfácio de K. Christ, em 8 vols., em Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1976.

Sobre a história da Alemanha no século passado: Antonio Ramos Oliveira, *História social e política da Alemanha*, 2 vols., 2ª ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1964 (Breviarios, 71) e J. Streisand, *Deutsche Geschichte von den Anfängen bis zur Gegenwart. Eine Einführung*, 4ª ed., Colônia, Pahl-Rugenstein, 1983.

Mommsen é discutido nas páginas 84 a 118 e 363 a 365 da obra *Von Gibbon zu Rostovtzeff* de K. Christ, cit. supra.

A história de Roma foi recentemente discutida por José Manuel Roldán Hervás e outros (*Historia de Roma*, 2 vols., Madrid, Cátedra, 1987-1988). Karl Christ escreveu um ensaio bibliográfico sobre o assunto: *Römische Geschichte. Einführung, Quellenkunde, Bibliographie* (3ª ed., Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980).

Sobre os indo-europeus, ver Pedro Bosch-Gimpera, *El problema indoeuropeo*, México, UNAM, 1960 e F. Villar, *Lenguas y gentes indoeuropeas*, Madrid, Ediciones Istmo, 1971.

B. Borojov trata do *nacionalismo e da luta de classes* (México, Cuadernos de Pasado y Presente, 1979), enquanto V. Zamora ("Il liberalismo moderno", em L. Firpo [ed.], *Storia delle idee politiche economiche e sociali*, 6 vols., Torino, UTET, 1972, VI) trata do liberalismo.

As relações entre Roma e Itália são o tema de *The Making of Roman Italy* (Ithaca, Cornell University Press, 1982) de ET Salmon.

FW Walbank abordou o problema da Grécia antiga como nação em "The Problem of Greek Nationality", *Selected Papers. Estudos em História e Historiografia Grega e Romana*, Cambridge, University Press, 1985, pp. 1-19.

O absolutismo é discutido por Perry Anderson em *Lineages of the Absolutist State* (Londres, New Left Books, 1975), do qual há uma tradução para o espanhol (*El Estado absoluto*, México, Siglo XXI Editores, 1979). Sobre a constituição romana: F. di Martino, *Storia della costituzione Romana*, 5 vols., 2ª ed., Nápoles, Jovene, 1972-1975.

A relação entre Atenas e Ática é o tema de *Demos: The Discovery of Classical Attika*, Cambridge, University Press, 1985. Sobre Tales e Jônia Arcaica: A. Snodgrass, *Grécia Arcaica. The Age of Experiment*, Londres, JM Dent and Sons, 1980, pp. 162-167.

A. Alföldi trata da Liga Latina em *Das frühe Rom und die Latiner*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977, bem como A. Bernardi, *Nomen Latinum*, Pavia, Typography of the Book, 1973.

ET Salmon também estudou os Samnitas em *Samnium e os Samnitas*, Cambridge, University Press, 1967.

A etruscologia é a obra fundamental de Massimo Pallottino (6ª ed., Milão, Hoepli, 1968, há edições posteriores, tradução espanhola publicada em Buenos Aires por Eudeba).

V. JUSTO SIERRA MÉNDEZ (1848-1912)

NESTE CAPÍTULO limito-me a explorar dois aspectos relacionados com o *Compêndio de História Antiga de Sierra* : as circunstâncias históricas em que foi escrito e nas quais pode ter influenciado, e as fontes da obra e o uso que Sierra lhes deu. Portanto, não pretendo fazer um julgamento global nem de Sierra nem do compêndio em questão e proponho, mais do que conclusões, ideias que possam servir para uma investigação mais aprofundada ou sugerir algo para aqueles que compartilham interesse na trajetória e o destino da tradição clássica em países como o nosso chamados, significativamente, embora talvez inadequadamente por muitos, de latino-americanos.

Como se sabe, a partir da independência do México (1821) houve um período de cinquenta anos marcado por julgamentos constitucionais, golpes de estado e invasões estrangeiras.

Após a derrota dos franceses em 1867, foi finalmente estabelecido um governo estável que, seguindo a política e a ideologia liberais, defendia a secularização da sociedade e, em particular, da educação.

O pilar da educação foi a Escola Preparatória Nacional fundada em 1867 por Benito Juárez e sob a direção de Gabino Barreda. Esta era uma escola secundária onde, num espírito moderno, era ministrado um currículo enciclopédico que incluía ciências e humanidades e tinha a duração de cinco anos, após os quais o graduado poderia passar para uma escola profissional daquelas que substituíram a universidade, fechada em 1865 por Maximiliano de Habsburgo .

Barreda adotou o positivismo como filosofia orientadora da nova escola e isso contribuiu poderosamente para fazer desta tendência a ideologia do regime, mesmo depois da queda do governo de Porfirio Díaz em 1911.

Embora, como se sabe, Auguste Comte, o fundador do positivismo, aspirasse substituir a história pela sociologia, o currículo da nova escola incluía o ensino da história. Dada a importância da nova instituição e o carácter não académico que o estudo desta disciplina tinha naquela época, a qualidade dos três primeiros professores de “Cronologia, história geral e nacional” da escola não deveria surpreender. O primeiro foi Manuel Payno (1810-1897), ex-ministro da Fazenda e futuro autor de *Los bandidos de Río Frío* (1889-1891), um dos romances mexicanos mais importantes do século passado. Payno foi sucedido por Ignacio Manuel Altamirano (1834-1893), que pode ser considerado um dos fundadores da literatura nacional. Depois de alguns meses, Altamirano foi seguido por Sierra, que, como autor do *Compêndio de História Antiga*, é o personagem central deste capítulo.

Sierra nasceu em Campeche em 1848, durante a guerra contra os Estados Unidos, quando os “gringos” ocuparam a Cidade do México e a “casta divina”, ou seja, a oligarquia crioula de Yucatán, ofereceu a anexação do seu estado à Espanha ou o invasor desde que o

libertasse da ameaça dos maias, que são descritos pelo próprio Sierra como selvagens (*OC* III, 105). Para o bem ou para o mal, nem a Espanha nem os Estados Unidos aceitaram a oferta de Yucatán (foi o próprio pai de Sierra, Justo Sierra O'Reilly [1814-1861], que foi enviado para Washington); Por outro lado, o governo federal mexicano, livre da invasão que teve como principal consequência a perda de mais da metade do território nacional, conseguiu ajudar os brancos a combater os maias e Yucatán permaneceu unido ao México.

Sierra cresceu e foi educada até os treze anos em Mérida, onde aprendeu francês, e após a morte do pai chegou à Cidade do México, onde estudou no Liceo Franco-Mexicano, o Colegio de San Ildefonso, antecedente direto da Escola Preparatória Nacional e da Escola de Jurisprudência.

Ainda era estudante de direito quando Sierra foi descoberta por Altamirano, que o apresentou a algumas famosas noites literárias que praticamente marcaram a gênese da cultura mexicana como tal.

Em 1876 e 1877 houve uma crise política em que a atitude de Sierra foi significativa.

No início dessa situação, Sebastián Lerdo de Tejada (1823-1889), liberal, sucessor de Juárez, que havia inserido na constituição as leis secularizantes chamadas leis de “reforma” e que, apesar de não ter incorporado pessoas próximas a ele nos cargos mais altos, queria usar o aparato estatal para ser reeleito.

À sua frente estava Porfirio Díaz Mori (1830-1916), o general que mais se destacou na guerra de intervenção e que naquela época representava os interesses dos jovens liberais. Díaz, sob o pretexto da arbitrariedade de Lerdo, proclamou um plano subversivo, o Plano de Tuxtepec, e empreendeu a derrubada do governo pela força das armas.

Como terceiro na discórdia surgiu José María Iglesias (1823-1889), presidente do Supremo Tribunal de Justiça e *vice-presidente ex officio*. Iglesias defendeu a causa da pátria invadida com as suas *Revistas Históricas da Guerra de Intervenção*. Este jurista denunciou as manobras ilegais de Lerdo para se reeleger e declarou que, a partir do dia 1º. Em dezembro de 1876, data de início do próximo mandato presidencial, ele se tornaria o único presidente legal.

Lerdo foi reeleito mas, com o seu exército derrotado em Tecoac, a leste da capital, exilou-se, enquanto Iglesias, refugiado em Querétaro, norte da Cidade do México, tentou por quase todos os meios, mas em vão, chegar um acordo com Díaz e teve que se retirar da disputa devido à derrota de seus seguidores na Unión de Adobes, a oeste da Cidade do México.

Como resultado desta crise, Díaz assumiu poder e deu-lhe uma aparência de legalidade com novas eleições. Vale lembrar que, triunfalmente, declarou: “Que ninguém fique para sempre no exercício do poder e esta será a última revolução”, mas depois foi reeleito sete vezes e governou por mais de trinta anos, até ele mesmo foi derrubado por uma verdadeira revolução.

Como disse, a atitude da Sierra em relação a estes acontecimentos foi significativa. Com efeito, no início da crise, Sierra, então advogado e jornalista, declarou-se “dezembrista”, isto é, um apoiante de Iglesias. O presidente legalista encarregou-o então de preparar o boletim do seu governo, mas após a derrota, Sierra, como a maioria dos seguidores do legalismo, mudou de lado. Esta atitude explica-se pelo facto de, como foi dito, a força social que impulsionou Díaz foram as jovens gerações de políticos liberais que aspiravam a ascender na administração. Assim, em sua *História Moderna do México*, Cosío Villegas deixa claro que

o principal obstáculo para Díaz e Iglesias chegarem a um acordo foi a pressão dos seguidores do general, que esperavam monopolizar todos os cargos governamentais como resultado da expulsão violenta do outro facções (Juaristas, Lerdistas e Iglesiasistas).

Após a queda de Lerdo e o fracasso de Iglesias, desencadeou-se uma campanha jornalística que assumiu a forma de um debate entre Lerdistas (*El Federal* e *La República*) e Porfiristas (especialmente *El Combate*). Enquanto o primeiro defendeu cada vez mais abstratamente o regime passado e os direitos do seu presidente, este último tentou atrair a atenção de Díaz, ganhar a sua simpatia e, por isso, obter “empregos”. O método consistia em difamar o governo passado e compará-lo desfavoravelmente com o do seu sucessor.

Naquela época, o jornal mais interessante era o *La Libertad*, que, segundo Cosío, era o mais moderno e inteligente de todos. Um de seus editores era ninguém menos que Justo Sierra. A linha deste jornal era propor que o triunfo da revolta de Tuxtepec e a consequente derrota de Lerdo e Iglesias tinham dois significados: primeiro, que os velhos liberais dogmáticos e extremistas tinham sido substituídos por uma nova geração pragmática e, além disso, que o desejo de paz dos mexicanos prevaleceu sobre quaisquer considerações legais. O próprio Sierra escreveu um artigo no qual, com argumentos capciosos, contestou a legitimidade das ações de Iglesias.

Foi neste momento histórico que Sierra escreveu o seu *Compêndio*.

Na verdade, Altamirano assumiu a cátedra de história em 28 de dezembro de 1876, menos de dois meses após a captura da Cidade do México por Díaz (20 de novembro de 1876) e a entregou ao seu discípulo favorito cinco meses depois, que foi o mesmo época em que Sierra regressou da sua infeliz aventura legalista. Esta cronologia não é coincidência, uma vez que Payno foi demitido do cargo de professor por não simpatizar com o regime golpista, enquanto Altamirano sempre foi porfirista. Sierra atribui a transferência da classe à “amizade sempre nobre e altruísta do Maestro Altamirano para comigo” (*OC* v III . 61). Além disso, deve-se ter em conta que enquanto Iglesias estava exilado em Nova Iorque à espera da reação do país contra o usurpador, o seu partido estava em desordem e muitos dos seus membros, como Sierra, renderam-se ao general vitorioso.

Claude Dumas, biógrafo do nosso personagem, destaca que para ocupar a cátedra o novo professor de história teve que jurar fidelidade não só à Constituição, mas também ao Plano de Tuxtepec.

Segundo o próprio Sierra (*ibidem*), ele concordou com Barreda e Ignacio Ramírez, Ministro da Justiça e Instrução Pública do novo regime, em ensinar apenas história antiga e não completar o programa, que incluía toda a história universal e mexicana. Sierra explica isso citando a grande extensão do assunto e a natureza carregada do plano de estudos.

A primeira tarefa do novo professor foi redigir o *Compêndio* (que seria publicado pela primeira vez em 1879), pois, como ele mesmo explicaria:

Não houve textos. Foi necessário empreender um trabalho de retificação, de transformação dos textos clássicos, que absorveu todo o nosso tempo e ao qual não me resignava com certeza, contando mentiras e fábulas aos meus alunos. Apesar da diligência, do talento, do entusiasmo ardente pelos estudos históricos da minha jovens colaboradores, mal conseguimos chegar ao fim da história dos romanos.

Por isso decidi preparar um compêndio, que condensaria todas as principais obras que renovaram a história antiga e as conclusões da história científica. Hoje que é publicado este texto, o que poupa muito tempo ao professor, na minha opinião é chegado o momento de tentar partir de estudos particularizados sobre a história antiga... e assim preparar um estudo... da história de o país [*ibidem*, pp. 61-62].

Vamos explicar isso em partes.

Aparentemente, Payno concentrou-se na história do México, pois escreveu um *Compêndio para a história do México, para uso dos estabelecimentos de ensino públicos da República Mexicana* e nada sobre história geral. Em sua própria obra, Sierra cita (29n., 31n. e 514) Max Duncker (1811-1886), historiador alemão, autor de uma *História da Antiguidade*, cuja tradução para o espanhol – em pelo menos três volumes – foi publicada em Madrid. em 1875. Seu tamanho sugere que não era administrável em um curso preparatório como o de Sierra. Por outro lado, em carta de Guillermo Prieto a Sierra (1890) menciona um antigo conto de Víctor Duruy (1811-1894), sobre o qual lhe conta: “retiraram seu texto para colocar Duruy”. Sabe-se que este autor escreveu uma *História do Povo Romano* e uma *História Grega* (1887-1889) e talvez Prieto se refira a ambas. O A primeira obra já foi publicada em 1880, pois o próprio Sierra a cita em seu *Compêndio*, mas o historiador mexicano abordou não só a história de Roma, mas também a pré-história, o antigo Oriente Próximo e a Grécia clássica, de modo que o livro de Duruy era insuficiente. Não se sabe como, por que e nem mesmo em que escola (não parece credível que o próprio Sierra tenha sido imposto um texto diferente do seu para a sua turma) retiraram o texto de Sierra para colocar o de Duruy.

Por outro lado, Moisés González Navarro (*História Moderna do México*, iv , pág. 631) afirma, referindo-se a todo o período do governo Díaz: “Para a história universal, Lévy Álvarez, Vicente González e, com o tempo, Justo Sierra foram cada vez mais estudados”.

Dado que González Navarro fala de história universal em geral, é muito provável que ele esteja se referindo aqui ao *Compêndio de História Geral do próprio Sierra* (1891), mas faz uma observação interessante sobre o trabalho de Álvarez no *Compêndio de História Antiga* (p. 13).):

A experiência tem-nos mostrado que o método de sincronismo rigoroso ao longo dos períodos seculares seguido pelo professor Lévy Álvarez tem a desvantagem de interromper, contra toda a lógica, a série de acontecimentos e de tornar a narrativa demasiado fragmentária.

Disto se segue que a obra de Álvarez foi publicada antes de 1880 e tratava, pelo menos em parte, sobre a história da antiguidade. Não consegui saber mais nada sobre o trabalho de Vicente González.

Para recapitular os textos, é preciso dizer que Payno não escreveu um compêndio de história geral, que as obras de Duncker e Duruy não eram totalmente adequadas e que as de Álvarez apresentavam graves defeitos no método de exposição. Isso indica que Sierra estava mentindo quando simplesmente disse “não havia mensagens de texto”.

Talvez valha a pena notar que depois do *Compêndio de Sierra* apareceram dois outros livros sobre história universal, a *Breve introdução ao estudo da história universal* (1884), de Guillermo Prieto, que lecionou no Colégio Militar, e *A evolução da cultura helênica* (1894) . por Manuel Torres Torija.

Quanto aos textos clássicos a que Sierra alude, a expressão não permite discernir se se refere a autores antigos (como Diodoro ou Tito Lívio) ou a clássicos modernos, como Niebuhr ou Gibbon, cujas obras também são citadas por Sierra em seu *Compêndio*.

Em todo o caso, esta é a explicação que o autor dá da preparação da sua obra. Sabe-se que o novo professor de história obteve licença de cinquenta dias a partir de 12 de março de 1878, e Dumas conjectura que essa licença foi solicitada para terminar o trabalho em

questão, pelo qual também havia recebido um subsídio de US\$ 200 no mês anterior (. OC XIV, 587-589) pelo governo.

Devido a uma polêmica com o jornal conservador *La Voz de México*, parece que a obra começou a ser publicada em parcelas em janeiro, mas não tenho notícias de cópias delas. Com efeito, a primeira edição foi publicada pela gráfica José María Sandoval em 1879 e a segunda, no ano seguinte, pela gráfica “La Libertad”. O facto de a sua *História Geral ter surgido em 1891*, que inclui de forma mais sintética a história antiga e abrange até ao século XIX, sugere que Sierra expandiu o seu percurso até abranger toda a história geral.

Na época em que escreveu o *Compêndio*, seu autor tinha trinta anos e, embora fosse um escritor prolífico, havia escrito apenas poemas, artigos jornalísticos e uma peça de teatro. Este foi seu primeiro livro e o primeiro de uma série de obras históricas que fariam dele o mais importante historiador mexicano de sua geração. Estas obras foram a já mencionada *História Geral* (México, Escritório Tipográfico do Ministério de Obras Públicas, 1891), os capítulos “História Política” e a “Era Atual” do *México, sua evolução social* (3 vols., México, J. Ballescá, 1900-1902), capítulos que hoje são conhecidos como *A evolução política do povo mexicano* e, por fim, *Juárez, sua obra e seu tempo* (México, J. Ballescá, 1905-1906).

Edmundo O’Gorman afirma que, apesar do título, a obra em questão não é um compêndio (OC x, 8). Se por compêndio entendemos o que o dicionário define como uma “apresentação breve e resumida, oral ou escrita, da parte mais substancial de um assunto já explicado detalhadamente”, O’Gorman está certo, mas por outro lado devemos ter em conta que o próprio Sierra, consciente das características da sua própria obra, deixou-lhe esse título e sempre se referiu a ela como um “compêndio” (cf. OC VIII, 60-64). Na realidade, é um termo relativo, pois, em primeiro lugar, haverá sempre relações menos breves e sumárias e, além disso, aquilo que é “a parte mais substancial de um assunto” é passível de discussão.

O tema que mais me interessa desenvolver no resto do capítulo é precisamente a relação entre as mais longas e extensas narrativas da história da antiguidade clássica e o seu compêndio feito por Sierra, ou seja, as fontes das partes correspondentes à Grécia e Roma (pp. 131-288 e 311-535). Por conveniência, concentrar-me-ei na era helenística (pp. 266-288, 373-381, 400-404 e 430-437).

A primeira coisa a notar a este respeito é que Sierra não concebe a era helenística como tal nem cita Droysen, o divulgador do termo, cuja *História do Helenismo* só foi traduzida para o francês em 1883, língua que Sierra utilizou. estar atento ao desenvolvimento cultural europeu (cf. OC XIX, 498-500). Por outro lado, doze anos depois, na *História Geral* aparece uma seção dedicada a essa época e intitulada “Helenismo” (OC XI, 98-104) e onde cita justamente a tradução francesa de Droysen.

Isto não significa que Sierra não tenha apreciado a importância deste período, como ele próprio afirma (OC x, 266):

Com [as conquistas de Alexandre] [...] é determinada uma reação preponderante da Grécia no Oriente, tornada capital para o progresso humano não apenas porque resultou na iniciação de uma imensa fração do mundo antigo em uma civilização superior, mas porque em parte alcançando a unidade da Grécia e do Oriente e integrando-os, preparou o caminho para a unificação do Império Romano, talvez o acontecimento mais importante da história da humanidade.

Devemos notar aqui a influência de Herbert Spencer, cofundador da sociologia, cientista e filósofo que desenvolveu, ao mesmo tempo que Darwin, o conceito de evolução biológica e também tentou aplicá-lo ao estudo da sociedade. Os conceitos atuais de evolução e

progresso devem algo a este estudioso, embora seja claro que ele não é o único a ter concebido estas categorias. Esta influência também se reflete no título da obra citada, *México, sua evolução social*.

Para analisar a passagem que acabamos de citar começarei pelo final. Ali Sierra afirma que a unificação do Império Romano foi talvez o acontecimento mais importante da história da humanidade, o que está em perfeita harmonia com as ideias de Spencer, que sustentava que tudo na realidade vai do homogêneo ao heterogêneo e as sociedades, do do simples ao complexo, por isso tendem a crescer ou, nas palavras de Timasheff (p. 56): “Uma pequena comunidade torna-se uma grande cidade, um pequeno Estado torna-se um império”.

Assim, as sociedades simples são constituídas por famílias, seguem-se as sociedades compostas formadas por famílias unidas em clãs e, posteriormente, surgem sociedades duplamente compostas “de clãs unidos em tribos” e surgem sociedades triplamente compostas, de tribos que formam nações ou estados (*ibid.*, pp. 58-59).

É então interessante notar que Sierra cita *Sociology de Spencer*, talvez referindo-se a *The Study of Sociology*, que é dito (*ibid.*, p. 51) ser “o mais legível dos trabalhos de Spencer”. Essa influência torna-se perceptível, por exemplo, quando Sierra diz: “A já complexa célula do organismo social é a família” (p. 179).

Voltando à passagem helenística, notaremos a importância que Sierra atribui à formação de um grande império como Roma, o que está em total acordo com as ideias de Spencer. Não deveria surpreender, então, que o autor folclórico sugira que este acontecimento foi o mais importante da história, uma vez que devemos recordar que até recentemente não tinha havido outro Estado europeu mais poderoso ou extenso.

Relacionado com isto, não deveria ser surpreendente que, de acordo com Mommsen (*História Romana*), Sierra veja na Grécia uma civilização frustrada pela sua falta de unidade nacional e, embora mais tarde (em 1900) e numa carta à sua esposa o nosso autor declarar a sua preferência pela arte grega em detrimento da romana, a desunião da Grécia é o que, para Sierra, explicaria a sua submissão e incorporação em Roma, como chega a dizer (p. 375): “Filipe [V da Macedônia] [...] não soube se preparar [...] para se preparar, formando um único Estado compacto da Grécia, para resistir ao confronto das legiões romanas [...]”

Outro aspecto intelectual que pode ser detectado em nossa passagem helenística é o eurocentrismo, que se reflete na ideia de superioridade da cultura grega (europeia) que, com a conquista de Alexandre, é imposta a uma inferior (oriental). De referir aqui que numa carta a Segismundo Moret, então líder do Partido Liberal Espanhol, Sierra declarou-se espanhol, e que numa carta à sua esposa, quando viajava para a Europa, disse que iria finalmente abordar o fonte da civilização. Isto está relacionado com a descrição que o professor faz dos maias rebeldes como selvagens. Claro, também é verdade que, como Secretário da Instrução Pública, Sierra promoveu a restauração de Teotihuacán e o transporte da cruz maia de Palenque para o Museu Nacional. Esta é uma atitude contraditória característica de todos os positivistas e já notada por Zea, embora seja claro que o eurocentrismo não foi exclusivo dos positivistas nem da burguesia mexicana, mas foi um preconceito dominante naquela época e que ainda sobrevive.

Por fim, limito-me a salientar que o termo “reação preponderante” não me parece ser mera fraseologia ou expressão puramente retórica num autor conhecido pela sua

linguagem precisa, pelo que me parece que a sua origem deve ser procurada na sociologia de Spencer, que por sua vez se caracterizou pela criação de expressões técnicas sonoras.

Tratarei agora das fontes antigas do *Compêndio*.

Estes são difíceis de detectar num trabalho de síntese como o de Sierra. A seguinte passagem que descreve a situação na corte macedônia na Babilônia por ocasião da morte de Alexandre (p. 267) pode ser usada como exemplo disso:

Após a morte de Alexandre, os generais da infantaria e da cavalaria do seu exército formaram dois lados diferentes para disputar o poder; Finalmente chegou-se a uma combinação em virtude da qual Filipe Arridaos, irmão de Alexandre, quase um idiota, foi reconhecido como rei. Pérdisas foi nomeado seu tutor e primeiro-ministro [...]

Sierra continua listando a distribuição de cargos entre os amigos e cortesãos de Alexandre e conclui: "Seleuco comandou os guardas a cavalo, talvez a posição mais importante depois da de Pérdisas perto do monarca."

As fontes antigas sobre estes acontecimentos são as *Histórias dos Diádocos* de Arriano (fr. 1, 1-8), a *Crônica* de Dexipo (fr. 1.1-7), a *Biblioteca Histórica* de Diodoro (XVIII. 2-4), a *Epítome* de Trogus por Justin (Dado que o próprio Sierra declara que quase não tem conhecimentos de grego e Latim muito limitado, Arriano, Dexipo e Justino devem ser descartados desde o início. Seria necessário saber se havia traduções disponíveis (para francês ou espanhol) das obras de Diodoro e Curtius. Sabe-se que houve uma tradução espanhola de Plutarco de Antonio Ranz Romanillos, publicada entre 1820 e 1830.

Contudo, deve-se notar que esta passagem não segue rigorosamente nenhuma das fontes citadas, o que abre duas possibilidades: que se trate de uma síntese de diversas fontes antigas ou que a fonte ou fontes devam ser procuradas em uma obra moderna. Em qualquer caso, a ausência de referências específicas não deveria surpreender num compêndio.

Apesar das dificuldades em rastrear as fontes em cada caso, as coisas mudam se olharmos de uma perspectiva mais geral. Por exemplo, se analisarmos as cinco páginas em que Sierra trata da Grécia entre a morte de Alexandre e a batalha de Salasía (que escreve Selasia), a princípio a influência de Plutarco, que dedica uma de suas *Vidas, torna-se suspeita* ao derrotou naquele lugar Cleomenes III de Esparta. Além disso, Sierra começa a história mencionando as ações de outros personagens plutarqueus: Phocion e Demóstenes (p. 268).

As lutas dos diádocos (pp. 268-271) podem facilmente advir das *Vidas* de Fócion, Eumenes e Demétrio.

A invasão dos gauleses (p. 271) não é tratada por Plutarco. Suas fontes são justas. xxiv. 4-8; xxv. 1-2; DS xxii. 3-4; 9, Guia de Pausânias *para a Grécia* (i. 4; 16.2 e x. 19.5-23), a *Crônica Pôntica* de Heraclea de Memnon (frs. 8.8 e 11), a *Crônica* de Eusébio (I [Schoene] 235-236) e as *Histórias* de Políbio (iv. 46). Dado que este último trabalho apresenta dados radicalmente diferentes e que os restantes são bastante remotos, é muito provável que Sierra tenha extraído estes dados de um trabalho moderno.

nota-se uma forte influência da Vida de Arato, embora a citação final de Políbio (que não consegui localizar) possa indicar que Sierra também utilizou as suas *Histórias*.

O ponto de vista sobre a Confederação Etólia e a molície tebana vem sem dúvida de Políbio, mas esta influência pode ser indireta (pp. 271-272).

Finalmente, a história sobre as reformas de Agis e Cleomenes em Esparta (pp. 272-273) depende evidentemente de Plutarco, cuja obra Sierra segue fielmente, para comentar no final: "A Macedônia tinha recuperado a sua ascendência na Grécia, cuja agonia estava a terminar. . já".

No que diz respeito às fontes modernas, o que mais chama a atenção é a sua relevância, algo já notado por O'Gorman. Não é incomum que Sierra se refira a trabalhos publicados no mesmo ano em que o *Compêndio* foi escrito.

No apêndice apresento a lista das obras modernas citadas por Sierra na parte dedicada à antiguidade clássica de seu tratado de história antiga. Conclui-se que Grote foi o autor mais utilizado para a parte grega, e Mommsen para a parte romana.

O *Compêndio de História Antiga de Justo Sierra*, preparado como livro didático para o ensino médio, foi, como diz O'Gorman, uma obra capital na historiografia mexicana não apenas, como afirma o autor, por sua abordagem científica evolucionista, mas também como um livro único. pelo seu tema e pela qualidade da investigação que fundamenta o trabalho.

Sierra estava confiante de que o estudo da história geral daria origem a investigações particulares que contribuiriam para a compreensão do curso da história mexicana em seu contexto geral, mas a divisão sensata do tema "Cronologia, história geral e nacional" em "História Universal "" e "História do México" no ensino médio, bem como a determinação dos historiadores mexicanos de estudar apenas a história de seu próprio país frustraram essa esperança.

O Compêndio da Sierra surge, portanto, como um exemplo a seguir.

BIBLIOGRAFIA

Sobre o período histórico: D. Cosío Villegas (ed.), *História Moderna do México*, 10 vols., México, Hermes, 1955-1972, t. IV - VIII. Particularmente sobre cultura, ver volume IV desta obra, ou José Luis Martínez, "México em busca de sua expressão", em D. Cosío Villegas (ed.), *Historia general de México*, 4 vols., 2ª. ed., México, El Colegio de México, 1977, III, pp. 283-337, 313-337.

As obras de Sierra estão registradas na *Bibliografia Geral de Don Justo Sierra* de José Ignacio Mantecón e outros (México, UNAM, 1969). Suas *Obras Completas (OC)* foram publicadas em quatorze volumes pela UNAM de 1948 a 1950 e reeditadas em 1977 e 1984. A *bibliografia* deixou evidentes suas omissões.

O *Compêndio de História Antiga* foi incluído como volume X do *OC*. Seu editor foi Edmundo O'Gorman, que utilizou o texto da segunda edição (cópias da primeira só foram localizadas posteriormente, cf. *Bibliografia* nº. 580 e as fotos das respectivas capas das edições nas pp. 56 e 57). Este editor renomeou-o como *História Antiga*.

As seguintes obras foram escritas sobre a vida de Sierra: Gabriel Ferrer de Mendiola, *Justo Sierra, el maestro de América*, México, Editorial Xóchitl, 1947; Agustín Yáñez, "Dom Justo Sierra. Sua vida, suas idéias e seu trabalho. Estudo geral" em *OC*, Eu, pp. 9-218, editado separadamente no México, UNAM, 1950 (e reimpresso em 1962), e C. Dumas, *Justo Sierra y el México de su tiempo*, edição de M. Pou M., tradução de C. Ortega, 2 vols., México, UNAM, 1986.

Sobre o preparatório, ver E. Lemoine V., *A Escola Preparatória Nacional no período de Gabino Barreda, 1867-1878*, México, UNAM, 1970, e C. Díaz y de Ovando e E. García Barragán, *A Escola Preparatória Nacional: os problemas e os dias, 1867-1910*, 2 vols., México, UNAM, 1972.

Sobre a sociologia positivista e o trabalho de Spencer: NS Timasheff, *Teoria Sociológica. Sua natureza e desenvolvimento*, México, Fondo de Cultura Económica, 1961 (com reimpressões), e J. Rumney, *Spencer*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944 (reimpresso em 1978, contém uma bibliografia muito completa).

Sobre o positivismo no México, a obra fundamental é a de Leopoldo Zea, *El positivismo en México* (2 vols., México, Fondo de Cultura Económica, 1943 e numerosas reimpressões). Particularmente sobre a positividade de Sierra: Daisy Rivero A. e Iliana Rojas R., *Justo Sierra e a filosofía positivista no México*, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

O único estudo geral do *Compêndio de Sierra* é a introdução de O'Gorman à sua edição (OC X, 5-9).

APÊNDICE

Segue abaixo a lista dos autores citados por Sierra na parte correspondente à antiguidade clássica (pp. 131-288 e 311-535) do *Compêndio de história antiga*. Caso seja possível, foram incluídas as datas de nascimento e falecimento, a área profissional e de pesquisa do autor e os títulos de suas obras significativas, principalmente quando for certo ou houver a possibilidade de terem sido consultado pela Sierra. Também são registrados o tema sobre o qual o autor é mencionado, a página do *Compêndio* onde se encontra a menção e, em alguns casos, um comentário. As informações foram extraídas de diversas enciclopédias por mim e pelo estudante Benito Gabino Flores. Os títulos dos livros não foram padronizados. As abreviaturas utilizadas para designar as enciclopédias estão decifradas no final do apêndice. Os autores são apresentados em ordem alfabética.

ÀS BREVIATURAS

DP AM Garibay K. (ed.), *Porrúa Dicionário de história, biografia e geografia do México. Suplemento*, México, Editorial Porrúa, 1966.

E.C. *Dicionário enciclopédico Espasa*, 24 v., 8ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1979.

El G. de Sanctis *et al.* (eds.), *Enciclopedia Italiana di scienze, lettere ed arti*, 31 v., Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1949-1952.

O XXS P. Augé (ed.), *Encyclopédie Larousse du xx e. século*, 7 v., Paris, Librairie Larousse, 1928-1953.

EUI *Enciclopédia universal europeia-americana ilustrada*, 108 v., Madrid, Espasa-Calpe, 1908-1985.

G.E. *Der grosse Brockhaus*, 18 v., 16ª ed., Wiesbaden, FA Brockhaus, 1952-1960.

GE M. Berthelot *et al.* (eds.), *La grande encyclopédie. Inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts*, 31 v., Paris, H. Lamirault (sf).

GR K. Cristo, *Von Gibbon zu Rostovtzeff. Leben und Werk führender Althistoriker der Neuzeit*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979.

MEL *Léxico Enzyklopädisches de Meyer*.

Autor

Arbois de Jubainville, Henri d' (1827-1910)
Historiador, arqueólogo e filólogo. Professor de línguas celtas no Colégio da França.

Local de construção

Artigos na *Revue Celtique*. (com Dottin), *Cours de la littérature celtique; Os primeiros habitantes da Europa*, 1877.

Emitir

pág.					145n
origem	dos	nomes	"Heleno"	e	"Jônico".
pág.					312n
origem		do	nome		"Itália".
pág.					313

colonização da Itália pelos ibéricos.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Aubé, Louis (1826-1887)
Professor e estudioso. Lecionou no Liceu Condorcet.

Local de construção

História das perseguições à Igreja, v. I, 1876, II, 1878, III - IV, 1881-1885.

Emitir

pág.		491
------	--	-----

trabalhos sobre o Império Romano.

Fonte

G.E.

Comente

Autor
Beaufort, Louis de (-1795)
Cronologista.

Local de construção
Dissertação sobre a incerteza dos cinq premiers siècles de la république romaine,
Utrecht, 1738.

Emitir
pág. 319
cronologia das origens de Roma.

Fonte
G.E.

Comente
“O livro foi quase esquecido quando Michelet e Taine o trouxeram de volta à atenção
do público” (GE).

Autor
Beulé, Charles-Ernest (1826-1874)
Arqueólogo e político. Ministro do Interior.

Local de construção
Artigos na *Revue des deux mondes* (cf. “A oficina de Fídias”, *Revue des deux mondes*,
1861, citado por Sierra, OC, XIV, pág. 226); *Fouilles e descobertos*, 1875.

Emitir
pág. 147
Príamo como rei oriental.
pág. 226
o Zeus Olímpico de Fídias.
pág. 474
“o drama do Vesúvio”.

Fonte
G.E.

Comente
“De 1864 até sua morte não houve nenhuma descoberta arqueológica importante que
ele não contasse... Ele escreveu artigos na *Revue des deux mondes* inspirado no desejo
de tornar o progresso da ciência arqueológica conhecido ao público alfabetizado” (GE)

. Sierra escreveu seu obituário: “Beulé e Kaulbach”, *El Federalista*, 29 de abril de 1874, p. 3 = OC, III, pp. 170-174.

Autor

Blanc, Auguste-Alexandre-Philippe-Charles (1813-1882)
Escritor e crítico de arte, irmão de Louis. Professor do Colégio de França.

Local de construção

Grammaire des arts du dessin, 1867.

Emitir

pág. 28
comparação da proporção arquitetônica oriental e grega.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Padre católico e arqueólogo de Bruzza .

Local de construção

Emitir

pág. 320
descoberta de inscrições gregas na muralha Serviana.

Fonte

Comente

Autor

Bunsen, Christian Karl Josias Fr. von (1791-1860)
Diplomata e teólogo. Fundador da Escola Alemã em Roma e discípulo de Niebuhr.

Local de construção

Die Zeichen der Zeit, 2 vols., 1855; *Gott in der Geschichte oder der Fortschritt des Glaubens an eine sittliche Weltordnung*, 3 vols., Leipzig, 1857-1858 (há uma tradução, resumida, para o francês).

Emitir

pág. 230n
impressão da estátua do Zeus Olímpico de Fídias em um bispo da Renascença alemã
(com referência explícita a *Deus na história*).

Fonte

G.E.

Comente

“O autor pretende estabelecer, mas por meios racionais e sem recorrer à autoridade da Igreja, que as diversas religiões antigas contêm alguns pontos de vista religiosos, uma espécie de revelação da divindade, que convergem e dão origem ao Cristianismo. , revelação suprema e definitiva” (*GE*).

Autor

Burnouf Emile-Louis (1821-1907)
Filólogo e historiador da religião.

Local de construção

O *Il.* e o *Od.*, trabalha sobre a história da literatura grega; *Estudo de mitologia comparada*; *A ciência das religiões*; *Vida e pensamento*; *Origens da poesia helênica*.

Emitir

pág. 150
a *Ilíada* e a *Odisseia*, de diferentes autores (com referência explícita a *Origens da poesia...*).

pág. 189
a unidade dos poemas homéricos data da época de Pisístrato.
pág. 224

Filiação sânscrita dos deuses helênicos (com referência ao *op. cit.*).

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Calliaud

Local de construção

Emitir

pág. 203
Dario mandou construir um templo no “grande” oásis egípcio “para onde os reis Saítas enviaram colônias gregas”.

Fonte

Comente

Autor

Clinton, Henry Fynes (1781-1852)
Filólogo, membro do Parlamento Britânico.

Local de construção

Fasti Bellenici, uma cronologia civil e literária da Grécia, 1824-1834; Fasti Romani, uma cronologia civil e literária de Roma e Constantinopla desde a morte de Augusto até a morte de Heráclio, 1845-1850.

Emitir

pág. 250n
cronologia do século 4 aC. C.p.
462
cronologia do nascimento de Cristo.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Corssen, Wilhelm (1820-1875)
Filólogo.

Local de construção

Über die Sprache der Etrusker, 1873-1875.

Emitir

pág. 314
Filiação indo-européia da língua etrusca.

Fonte

EUI

Comente

Autor
Curtius, Ernst (1814-1896)
Arqueólogo e historiador. Professor de história antiga na Universidade de Berlim.

Local de construção
Die Ionier vor der ionischen Wanderung, 1855; Beiträge zur geographischen Onomatologie der griechischen Sprache, 1861; Griechische Geschichte, 1857-1861; Atlas von Atenas, 1878.

Emitir
pág. 145
significado da palavra "Jônico".
pág. 147
grafia da palavra "ílio".
pág. 152
origem dos Jônicos.
pág. 223
identidade dos Pelasgianos e dos Jônicos.
pág. 225
características de Cibele em Deméter e Atenas.

Fonte
GR, pp. 68-83 e 362-363

Comente

Autor
Delbet, Ernest-Pierre-Julien (1831-1908)
Médico, político e publicitário.

Local de construção
(Com Perrot e Guillaume), *Explorações da Ásia Menor*, Paris, 1872.

Emitir
pág. 225n.
Origem asiática de Hércules.

Fonte
EUI

Comente
veja *infra sub* Perrot.

Autor

Desjardins, Ernest-Emile-Antoine (1832-1886)
Epígrafe e historiador. Professor de geografia na Escola Normal Superior.

Local de construção

Géographie de la Gaule romaine, Paris, Hachette

Emitir

pág. 367n.
A rota de Aníbal na Gália (com referência explícita à *Géographie de la Gaule*).

Fonte

EUI

Comente

Autor

Draper

Local de construção

Emitir

pág. 286
o museu de Alexandria como berço da ciência.

Fonte

Comente

Autor

Dubois-Reymond, Emil (1818-1896)
Fisiologista. Professor em Berlim. Especialista em eletricidade biológica.

Local de construção

Über die Grenzen des Naturerkennens. Reden, 1912.

Emitir

pág. 509
(chamado Dubois-Raymond)
falta de desenvolvimento da ciência romana.

Fonte
EUI

Comente

Autor
Duncker, Maximilian Wolfgang (1811-1896)
Historiador.

Local de construção
História da antiguidade, 3 vols., Madrid, 1875.

Emitir
pág. 514
falsidade da vitória de M. Aurélio Cláudio sobre os alemães.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Duruy, Jean-Victor (1811-1894)
Historiador, Ministro da Instrução Pública.

Local de construção
História do povo romano, 7 vols., 1870-1879; *História Grega*, 1887-1889.

Emitir
pág. 315n
avanços na cultura etrusca.
pág. 415n
avanços da cultura gaulesa.
pág. 483
Governo de Adriano (*cf.* Duruy “a quem seguimos constantemente neste período...”).
pág. 491
trabalhos sobre o Império Romano.
pág. 500
o Senado sob Sétimo Severo.
pág. 509
gerais romanos e invasões bárbaras.

pág.
declínio na população do Império Romano durante o século III DC. c.

510n

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Erasmus,
Escritor e filósofo.

Desiderio

(1467-1536)

Local de construção
Opera omnia emendatoria et auctoria, Leiden, 1703-1706.

Emitir
pág.
fontes sobre as origens de Roma.

319

Fonte
EUI

Comente
Lange trata disso em sua *Histoire du materialisme (vide infra)*, Eu , pp. 200; 323 e 354.

Autor
Fick,
Indo-germanista. Professor de linguística comparada em Berlim.

agosto

(1833-1916)

Local de construção
Vergleichendes Wörterbuch der indogermanischen Sprache, 2 vols., 2ª ed., 1870; *Die griechische Personennamen nach ihrer Bildung erklärt*, 1874.

Emitir
pág.
Descendência mongol dos finlandeses

132

Fonte
MEL

Comente

Autor

Fustel de Coulanges, Numa Denis (1830-1889)
Historiador. Professor em Paris.

Local de construção

La cité antiqu, Estrasburgo, 1864; artigos na *Revue des deux mondes*, 1870.

Emitir

pág. 180n
“naquilo que se pode chamar de teoria da cidade primitiva, acompanhamos o excelente
trabalho de... Fustel... A cidade antiga.”
pág. 322n
origem de Roma (com referência expressa).
pág. 333n
luta entre os reis e a aristocracia romana (com referência).
pág. 335
(sem nomear) destino dos reis romanos.
pág. 422n
crítica a Guiraud (*vide infra*).
pág. 510n
declínio na população do Império Romano durante o século III DC. c.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Gibbon, Edward (1737-1794)
Historiador. Membro do Parlamento Britânico.

Local de construção

História do Declínio e Queda do Império Romano, Londres, 1776-1788.

Emitir

pág. 518
citação sobre o personagem de Diocleciano.
pág. 521
tolerância do Cristianismo por parte do império.
pág. 525
legislação de Constantino.

Fonte

GR, pp. 8-25 e 356-357

Comente

Autor

Grimm, Wilhelm (1786-1859)
Arqueólogo e escritor. Professor em Göttingen.

Local de construção

Irische Elfenmärchen, Leipzig, 1826; *Deutsches Wörterbuch*, 1852.

Emitir

pág. 132
os finlandeses como o último remanescente da população original da Europa.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Grimm, Jakob, Ludwig Karl (1785-1863)
Filólogo, arqueólogo e escritor.

Local de construção

Emitir

Fonte

Comente

Autor

Grote, George (1794-1871)
Historiador.

Local de construção

História da Grécia, 12 vols., Londres, 1846-1856.

Emitir

pág. 138
“a agregação helênica”.
pág. 149

injustiça do apelo de Cócira a Esparta (431).
pág. 255
Demóstenes como “o mais belo ornamento da Grécia”.
pág. 264
execução de Filotas e Parmênion.
pág. 280
Timoleão.
pág. 283
erro da “opinião vulgar sobre os sofistas”.

Fonte

Comente

Autor

Guillaume, Edmond (1826-1894)
Arquiteto.

Local de construção

(Com Perrot e Delbet), *Explorações da Ásia Menor*, Paris, 1872; *História da arte e do ornamento*, 1886.

Emitir

pág. 225n.
Origem asiática de Hércules.

Fonte

EUI

Comente

veja infra sub Perrot.

Autor

Guiraud, Paul (1850-1907)
Historiador. Professor em Paris.

Local de construção

Le différend entre César et le Sénat, tese, Paris, 1878 (Paris, Hachette, 1879).

Emitir

pág. 422n.
relações entre César e o Senado (com referência detalhada).

Fonte
G.E.

Comente

Autor
Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831)
Filósofo. Professor em Berlim.

Local de construção
Filosofia da história;
Filosofia da religião;
Estético; História da Filosofia.

Emitir
pág. 266
julgamento sobre Alexandre.
pág. 283
erro da “opinião vulgar sobre os sofistas”.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Helbig, Wolfgang (1839-1915)
Arqueólogo, segundo secretário do Instituto Arqueológico Alemão em Roma.

Local de construção
Wandgemälde der vom Vesuv verschüttete Städte Campaniens, Leipzig, 1868; Das homerische Epos an den Denkmälern erläutert, 2ª ed., 1887.

Emitir
pág. 312n
as terramaras.

Fonte
G.E.

Comente

Autor

Hirschfeld, Otto (1843-1922)
Historiador e epígrafe. Professor em Berlim. Discípulo e colaborador de Mommsen no *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Local de construção

Die kaiserlichen Verwaltungsbeamten bis auf Diokletian, 1877.

Emitir

pág. 458
"evolução das instituições" sob Cláudio.
pág. 491
trabalhos sobre o Império Romano.

Fonte

El

Comente

Autor

Hoek

Local de construção

Emitir

pág. 449n
admirador de Tibério.

Fonte

Comente

Autor

Humboldt, Karl Wilhelm Fr. von (1767-1835)
Crítico e filólogo.

Local de construção

Exame de pesquisas sobre os primeiros habitantes da Espanha; Carta sobre a língua chinesa.

Emitir

pág. 133nos
bascos como o resto dos ibéricos.

Fonte
E.C.

Comente

Karapanos, Konstantinos (Carapanos, Constantine) (1840-1914)
Político e arqueólogo. Ministro das Finanças da Grécia.

Local de construção
Dodone et ses ruines, 1878.

Emitir
pág. 139n
local de Dodona.

Fonte
G.E.

Comente

Autor
Kirchhoff, Adolf (1826-1908)
Filólogo. Professor em Berlim.

Local de construção
Eurípides, 3 vols., 1867-1868; *Die homerische Odysee und ihre Entstehung*, 1859;
Composição da Odisséia, 1869; *Studien zur Geschichte des griechischen Alphabets*, 1863.

Emitir
pág. 321
origem da escrita romana.

Fonte
G.E.
GB

Comente

Autor
Kühn, Franz Felix Adalbert (1812-1881)
Acadêmico. Professor no Koelln *Gymnasium (Berlim)*.

Local de construção

Zur ältesten Geschichte der Indo-Germanischen Völker, Berlim, 1845; *Die Herabkunft des Feuers und des Göttertranks*, Berlim, 1859.

Emitir

pág. 224
Afiliação sânscrita dos deuses gregos.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Lachmann, Karl Konrad Friedrich Wilhelm (1793-1851)
Filólogo. Professor em Berlim.

Local de construção

Betrachtungen über Homers Ilias, 3ª ed., 1874.

Emitir

pág. 189
unidade dos poemas homéricos.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Lange, Friedrich Albert (1828-1875)
Fundador do Neo-Kantianismo.

Local de construção

História do materialismo.

Emitir

pág. 283
erro da “opinião vulgar sobre os sofistas”.
pág. 284
Platão como “pai do espiritismo”.
pág. 285n
os espíritas inibiram o desenvolvimento da ciência na Grécia.

pág. 286
o museu de Alexandria como “berço da ciência”.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Laurent

Local de construção
História da humanidade, 2 vols. (SD.)

Emitir
pág. 146
a idade heróica (*isto é*, aquela narrada por Homero) não foi uma idade de ouro.

Fonte

Comente

Autor
Layard, Austen Henry (1817-1894)
Arqueólogo. Subsecretário de Relações Exteriores da Grã-Bretanha.

Local de construção
Descobertas nas ruínas de Nínive e Babilônia; Os monumentos de Nínive.

Emitir
pág. 227
baixos-relevos de Pteria
(Capadócia) semelhantes aos de Nínive.

Fonte
E.C.

Comente

Autor

Lenormant,
Historiador.

François

(1837-1883)

Local de construção

Manual da história antiga do Oriente; História dos povos orientais e da Índia; História do povo judeu.

Emitir

pág.

149

cronologia do cerco de Tróia.

Fonte

E.C.

Comente

Autor

Lepsius,
egiptólogo.

Karl

Richard

(1810-1884)

Local de construção

O Livro dos Reis do Antigo Egito; Cronologia dos Egípcios; A 12ª dinastia de reis egípcios.

Emitir

pág.

203

Dario mandou construir um templo no “grande” oásis egípcio “para onde os reis Saítas enviaram colônias gregas”.

Fonte

E.C.

Comente

Autor

Lewes,
Literário e crítico.

George

Henry

(1817-1878)

Local de construção

Lope de Vega e Calderón; Vida de Goethe; Aristóteles.

Emitir

pág.

283

erro da “opinião vulgar sobre os sofistas”.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Littré, Emile (1801-1881)
Filósofo positivista

Local de construção
Aplicação da filosofia positivista ao governo das sociedades.

Emitir
pág. 240
natureza da peste em Atenas.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Marquardt, Joachim (1812-1882)
Historiador. Diretor de diversas escolas.

Local de construção
Manuel d'antiquités romaines, IV-VII (administração, vida privada), 1873-1882.

Emitir
pág. 491
trabalhar no Império Romano.

Fonte
G.E.

Comente

Autor
Maspéro, Gastón (1846-1916)
Egiptólogo.

Local de construção
História antiga dos povos do Oriente.

Emitir
pág. 148
hegemonia dos troianos sobre Tróia.
pág. 247
guerra, essencial para os impérios orientais.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Maury, Louis-Ferdinand-Alfred (1817-1892)
Arqueólogo e estudioso.

Local de construção
História da religião da Grécia antiga, Paris, 1857-1858; *Croyances et légendes de l'antiquité*, Paris, 1863.

Emitir
pág. 132
Atlântida, região do Atlas.
pág. 141
analogias entre Agni e Asclépios.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Mendoza, Gumersindo
Doutor. Diretor do Museu de Arqueologia, História e Etnografia do México (1876-1883).

Local de construção
Artigos na *Natureza*; edição do *Atlas* de Diego Durán ; *Catálogo das coleções históricas e arqueológicas do Museu Nacional do México*, México.

Emitir

Fonte

PD

Comente

Autor

Merivale, Charles (1808-1893)

Historiador.

Local de construção

Queda da República Romana, 1853; *História dos Romanos sob o Império*, 1859-1862; *História Geral de Roma*, 1874; *Os triunviratos romanos*, 1876.

Emitir

pág. 449n

juízo geral sobre Tibério.

pág. 455

juízo geral sobre Calígula.

pág. 491

trabalhar no Império Romano.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Michelet, Júlio (1798-1874)

Historiador.

Local de construção

História Romana, 1831; *Introdução à história universal*; *Bible de l'humanité*, 1864 (tradução espanhola, 1877).

Emitir

pág. 317

extensa citação da *Histoire romaine* sobre os etruscos.

pág. 318

a crise da república romana como “dissolução da cidade”.

pág. 433

juízo sobre as últimas palavras de Brutus.

pág. 467

citação sobre Nero.
pág. 475
delicadeza e virtude de Domiciano.

Fonte
EUI

Comente

Autor
Mommsen, Theodor (1817-1903)
Arqueólogo e historiador.

Local de construção
Römische Geschichte, 4 vols., 1854-1856 (tradução espanhola de García Moreno, 1876-1877).
Corpus inscriptionum latinarum.

Emitir
pág. 312
filiação dos Iapygianos.
pág. 315
A aversão de Mommsen à arte etrusca.
pág. 320
as instituições primitivas de Roma.
pág. 321
origem da escrita romana.
pág. 322
localização geográfica de Roma.
pág. 323
“aspecto moral” da Roma primitiva.
pág. 335n
falta de participação popular na fundação da República.
pág. 342n
enviando três romanos para estudar as constituições gregas, p. 3. 4.
pág. 343
recursos em questões capitais em Roma.
pág. 3. 4. 5
os gauleses, landsknechts da antiguidade.
pág. 358
cidades confederadas não latinas.
pág. 366
Somente as cidades espanholas podem resistir como Sagunto contra Aníbal.

pág. 367

Aníbal passou por Little San Bernardo.

pág. 371

citação de Mommsen sobre um julgamento geral de Cipião Africano.

pág. 383

a crise da República como revolução.

pág. 406

Sila, o Don Juan da política.

pág. 422

A atitude de César em relação ao Senado era legal.

pág. 426

A vitória moral de César sobre os rebeldes na Campânia.

pág. 430

César como o mortal que mais trabalhou.

pág. 440

Otaviano fundou uma “diarquia”.

pág. 448

A diarquia dependia da vontade do príncipe.

pág. 458

As reformas de Cláudio.

pág. 491

corpus de inscrições.

Fonte

GR, pp. 84-118 e 363-365

Comente

Autor

Montaigne, Michel Eyquem de (1533-1592)

Literário e moralista.

Local de construção

Essais, Paris, 1872.

Emitir

pág. 266

O defensor de Alexandre.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Montesquieu, Charles de Secondat, barão de la Brède et de (1689-1755)
Publicitário, filósofo, jurista e historiador.

Local de construção

L'esprit des lois, Gênova, 1748 (em *Obras*, 1875-1879).

Emitir

pág. 266
O defensor de Alexandre.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Mounier

Local de construção

Vercingetorix e a independência gaulesa

Emitir

pág. 415n
lamenta a conquista romana da Gália.

Fonte

Comente

Autor

Müller, Friedrich Max (1823-1900)
Linguista, orientalista e antropólogo. Professor de Oxford.

Local de construção

Leçons sur la science du langage, tradução francesa, 1864; *Nouvelles leçons sur la science du langage*, tradução francesa, 1867; *Introdução à ciência comparada às religiões*, 1874.

Emitir

pág. 224

Afiliação sânscrita dos deuses gregos.

Fonte

ELXXS

Comente

Autor

Müller, Karl Ottfried (1797-1840)

Filólogo e arqueólogo. Professor em Göttingen.

Local de construção

Handbuch der Archäologie der Kunst, Wroclaw, 1830; *Denkmäler der alten Kunst*, 1832; *História da Literatura da Grécia Antiga*, Londres, 1840; *Die Dorier*, 2ª edição, Wroclaw, 1844.

Emitir

pág. 223

a não autoctonia da cultura grega (com referência a *Die Dorier* e à *História da Literatura...*)

pág. 232

Sua superioridade salvou as obras preservadas de Píndaro.

pág. 332

domínio dos etruscos sobre Roma.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Niebuhr, Barthold Georg (1776-1831)

Historiador.

Local de construção

Römische Geschichte, 3 vols., 1811-1832; *Vorträge über alte Geschichte, an der Universität zu Bonn gehalten*, edição de M. Niebuhr, 3 vols., 1847-1851; *Vorträge über alte Länder- und Völkerkunde...*, edição de M. Isler, 1851.

Emitir

pág. 320

tentativa de reconstruir a história antiga de Roma.

pág. 321
Épicos romanos e lendas primitivas.

Fonte
GR, pp. 26-49 e 357-359.

Comente

Autor
Orelli, Johannes Kaspar (1787-1849)
Filólogo. Professor em Zurique.

Local de construção
Cícero, 8 vols., 1826-1837.

Emitir
pág. 491
corpus de inscrições.

Fonte
El

Comente

Autor
Paparrigópoulos, Konstantinos (Paparrigopoulos, Constantin) (1815-1891)
Historiador. Professor em Atenas.

Local de construção
História deê hellenikoû éthnous, 5 vols., 2ª ed., Atenas, 1887-1888 (tradução francesa resumida da 1ª ed.: *Histoire de la Civilization helénique*, Paris, Hachette, 1878).

Emitir
pág. 146n
os poemas homéricos, fonte da cultura predoriana (com referência precisa).
pág. 147
citação sobre a historicidade do cerco de Tróia (com referência).
pág. 153
os dórios das ilhas, na verdade aqueus.
pág. 161
(sem nomeá-la) colonização arcaica, boa para o mundo, ruim para a Grécia.
pág. 230

inexistência da arte dórica (com referência).

pág. 287

abundância de gregos e helenizadores no Oriente (com referência).

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Perrot, Georges (1832-1914)

Arqueólogo. Professor em Paris.

Local de construção

(Com E. Guillaume), *Exploration archéologique de la Galatie et de la Bythinie*, 2 vols., 1862-1872; (com Ch. Chipiez), *Histoire de l'art dans l'antiquité*, 10 vols., 1881-1914.

Emitir

pág. 224

a deusa do amor, divindade da antiguidade grega e oriental.

pág. 225n

Origem asiática de Hércules (ver comentário).

pág. 227n.

ídolos fálicos.

Fonte

MEL

Comente

O *MEL* refere-se ao livro registrado na coluna bibliográfica, enquanto Sierra fala de *Explorações da Ásia Menor*, Paris, 1872, cujos autores seriam, além de Perrot, Guillaume e Delbet (*vide supra*).

Autor

Preller, Ludwig (1809-1861)

Filólogo. Ele trabalhou em Jena.

Local de construção

Metodologia grega; Mitologia romana; Historia philosophiae graecae et Romanae ex fontium locis contexta; Deuses da Roma Antiga, tradução para o espanhol de Dietz.

Emitir

pág. 323

o “aspecto moral” da Roma primitiva.

pág. 325n.

semones e indigetas (com referência precisa aos *Deuses...*).

Fonte

E.C.

Comente

Autor

Renan, Ernesto (1823-1892)

Historiador e filósofo. Professor do Colégio de França.

Local de construção

História geral; História do povo de Israel; Lembranças de infância e juventude.

Emitir

pág. 490n

legitimidade de Cômodo.

Fonte

E.C.

Comente

Autor

Renier, Charles-Alphonse-Léon (1809-1885)

Epígrafe. Diretor da Escola Prática de Estudos Superiores.

Local de construção

Mélanges d'épigraphie, 1854; *Recueil des inscriptions romaines de l'Algérie*, Paris, 1855-1858.

Emitir

pág. 491

corpus de inscrições

Fonte

EUI

Comente

Autor

Réville, Albert (1826-1906)

Teólogo.

Local de construção

Estudos históricos e dogmáticos, 1859; Theodore Parker, 1865; *Le mythe de Prométhée*.

Emitir

pág. 140

Origem sânscrita do nome Prometeu (com referência precisa a *Le mythe...*).

Emitir

EUI

Comente

Autor

Rougé, Olivier-Charles-Emmanuel (1811-1872)

Egiptólogo. Professor do Colégio de França.

Local de construção

Chrestomatie égyptienne, 4 vols., 1863-1876; *Pesquisa sobre os monumentos que podem ser atribuídos às seis primeiras dinastias de Manéthon*, 1864-1865.

Emitir

pág. 203

Política egípcia de Dario.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Schliemann, Heinrich (1822-1890)

Arqueólogo.

Local de construção

Antiguidades troianas; Tyrinos; Ithaka, der Pelopones und Troja, Leipzig, 1869.

Emitir

pág. 147
escavações em Hisalrik.
pág. 148
escavações em Ítaca.
pág. 160
construções ciclópicas em Ítaca.

Fonte
E.C.

Comente
cf. K. Zimmermann, "Heinrich Schliemann – ein Leben zwischen Traum und Wirklichkeit", *Klio*, LXIV, 1982, pp. 513-531.

Autor
Sismondi, Jean-Charles-Léonard Simonde de (1773-1842)
Economista e historiador.

Local de construção
História dos franceses, 31 vols.; *História das Repúblicas Italianas*, 16 vols.; *Da literatura do meio da Europa*.

Emitir
pág. 531
o Império Romano Ocidental sob Honório.

Fonte
E.C.

Comente

Autor
Smith, Reginald Bosworth (1838-1908)
Historiador, lecionou em Harrow.

Local de construção
Maomé e Maomedanismo, Cartago e os Cartagineses, Londres, 1878.

Emitir
pág. 360n
Cultos cartagineses (com *referência detalhada*).

Fonte

EUI

Comente

Autor

Soury, Jules-Auguste (1842-1915)

Filósofo. Subbibliotecário da Biblioteca Nacional da França.

Local de construção

Estudos históricos sobre as religiões, as artes, as civilizações da Ásia anterior e da Grécia, 1877; Jesus e os Evangelhos, 1878.

Emitir

pág. 227

citação sobre a arte lidofrúgia.

Fonte

G.E.

ELXXS

Comente

Autor

Spencer, Herbert (1820-1903)

Filósofo e sociólogo.

Local de construção

O Estudo da Sociologia, 1873; Ensaios: Moral, Político e Estético, Nova York, D. Appleton, 1878; Princípios de sociologia, Paris, G. Baillière, 1883-1890.

Emitir

pág. 139n

origem da religião grega (com referência a uma *Sociologia*).

pág. 179n

citação para mostrar a abordagem da escola evolucionária aos mitos (com referência a uma *Sociologia*).

pág. 180n

o culto aos ancestrais como origem da religião (com referência detalhada).

Fonte

E.C.

Comente

cf. J. Rumney, *Spencer*, tradução de T. Muñoz Molina, México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

Autor

Stark, Karl Bernard (1824-1878)

Arqueólogo, professor em Heidelberg.

Local de construção

Estudos arqueológicos, Westlar, 1852; *Niobe et les Niobides*, Leipzig, 1863; *La gigantomachie e o templo de Júpiter Tonnat em Roma*, Heidelberg, 1869; *Handbuch der Archäologie der Kunst*, Leipzig, 1878.

Emitir

pág. 449n

juízo geral sobre Tibério.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Strauss, David Friedrich (1808-1874)

Teólogo e escritor.

Local de construção

Das Leben Jesus, 1835-1836; *Der alte und neue Glaube*, 1872.

Emitir

pág. 462

historicidade de Jesus.

Fonte

E.C.

Comente

Autor

Thierry, Amédée-Simon-Dominique (1797-1873)

Historiador e político. Irmão de Agostinho.

Local de construção

“De la société romaine et de l'état du christianisme aux IVe. et Ve. siècles”, *Revue des deux mondes*, 1861-1865.

Local de construção

pág. 3. 4. 5

personagem dos gauleses.

pág. 503

Constituição Antoniniana.

Fonte

G.E.

Comente

Autor

Vico, Giambattista (1668-1743)

Filósofo. Professor em Nápoles.

Local de construção

Principi di scienza new d'intorno alla comune natura delle nazioni..., 3ª ed., 1744.

Emitir

pág. 320

reconstrução da história antiga de Roma.

pág. 342n

absurdo da viagem dos legisladores romanos às *pólis gregas*.

Fonte

E.C.

Comente

Autor

Whitney, William Dwight (1827-1894)

Lingüista e orientalista. Professor em Tubinga.

Local de construção

Linguagem e seu estudo, 2ª ed., Londres, 1876; *A vida e o crescimento da linguagem*, Londres, 1875.

Emitir

pág. 132

semelhança entre as línguas bascas e americanas.

Fonte

EUI

Comente

Autor

Zeller, Eduardo (1814-1908)

Filósofo.

Local de construção

Die Philosophie der Griechen, in ihrer geschichtlicher Entwicklung dargestellt, 1869-1881.

Emitir

pág. 235

A filosofia surgiu em um ambiente asiático.

Fonte

E.C.

Comente

SERRA. ROBERT VON PÖHLMANN (1852-1914)

DOS HISTORIANOS cuja obra é analisada neste estudo, esta é uma das menos conhecidas. O seu desconhecimento é inversamente proporcional à sua importância, algo que tentarei mostrar neste capítulo.

Pöhlmann foi um historiador muito prolífico desde tenra idade: seu primeiro livro, *A Expedição Romana do Imperador Henrique VII e a Política da Cúria, a Casa de Anjou e a Liga Guelph*, foi publicado quando ele tinha vinte e três anos e ele escreveu outros onze livros. Não se pode dizer que tenha sido ignorado, pois foi professor na Universidade de Erlangen de 1884 a 1901, depois tornou-se professor em Munique, em 1907 foi nomeado secretário da “classe histórica” da Academia de Ciências da Baviera e Em 1909, o Kaiser Guilherme II o enobreceu (daí o *von*).

Apesar de tudo isto, a sua obra não teve a ressonância que merece e não é por acaso que poucos estudos foram feitos sobre ele e que pouco se utilizou da sua maior obra, a *História da questão social e do socialismo no mundo. antigo*, que foi publicado pela primeira vez de 1893 a 1901 sob o título *História do Comunismo e Socialismo Antigos*. vou analisar a terceira edição, preparada por Friedrich Oertel e publicada postumamente em 1925.

O referido desprezo deve-se a diversas causas. Uma delas é que von Pöhlmann não era propriamente um classicista, mas originalmente estudou economia, de onde passou para a história medieval e apenas em 1879 para a história antiga; mas sempre dedicado aos problemas sociais e políticos.

Não deveria, portanto, surpreender que um historiador como Pöhlmann tenha estado interessado na “questão social” e no socialismo.

Por “questão social” – *soziale Frage*, em alemão – entendia-se na recém-unificada Alemanha o conjunto de problemas causados e questões relacionadas com a desigualdade de classes e agravadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial. Na antologia *Antecedentes e desenvolvimento do movimento operário espanhol (1835-1888)*, Clara Lida inclui vários documentos que utilizam esta frase. A mais antiga encontra-se numa definição de socialismo feita por Fernando Garrido no seu livro *Socialismo e democracia perante os seus adversários* (3ª ed., Louches, 1862; Lida não esclarece quando surgiu a primeira edição; pp. 131-132). Essa mesma antologia inclui alguns artigos intitulados “Os Pobres e o Ateneo de Madrid” que apareceram na *Revista Social* nos dias 14 e 21 de dezembro de 1877. Ali está registrado que em 1870 a Sociedad Económica Matritense e em 1877 O Ateneo de Madrid dedicou sessões separadas à discussão da questão social e em ambas as ocasiões excluíram o trabalhadores (pp. 411-416). Finalmente, essa mesma revista publicou em 14 de junho de 1883 um artigo sobre a agitação social no interior da Andaluzia com o título “A questão terrível!” (págs. 439-441). Em 1894 você pode perceber que o

termo havia se tornado banal apenas ao ouvir a zarzuela *La verbena de la paloma*, apresentada pela primeira vez em Madrid no dia 17 de fevereiro daquele ano. Com efeito, nesta obra há um diálogo entre dois policiais, galegos, no qual se referem ao discurso do governo em relação à questão social. O facto de se tratar de um diálogo obviamente empreendido para matar o tempo e de os dialogadores não parecerem ter maior noção do assunto prova que a expressão se tornou trivial e corriqueira. Esta expressão também se encontra no México, embora sob a forma de “o problema social”, apresentada pelo introdutor do socialismo neste país, Plotino Rhodakanaty, que na sua *Cartilha Socialista*, publicada em 1861, a utiliza diversas vezes. É, portanto, uma expressão comum entre socialistas utópicos e detratores do socialismo na época da ascensão da social-democracia, que pode ser situada entre 1870 e 1914.

O conceito de socialismo ainda é válido, por isso não necessita de maiores explicações, mas é necessário saber como o entendia Pöhlmann, em cuja opinião se tratava de um movimento cujos objetivos eram atingir “um estágio ‘superior’ de desenvolvimento humano” através da socialização da produção e “da vitória do princípio comunal sobre as formas de vida individualistas da sociedade atual” (pp. 3-4). É claro que von Pöhlmann era um anti-socialista e na verdade a sua obra é uma tentativa monumental (978 páginas na terceira edição) de refutar esta doutrina.

É óbvio que se Pöhlmann fala de um socialismo antigo, deve ter pensado também que haveria um capitalismo antigo e, de facto, a secção do segundo capítulo da obra intitula-se “O Estado aristocrático e os princípios do capitalismo e socialismo.” Refere-se ao século 7 aC. C. (Grécia arcaica) e começa da seguinte forma:

Apesar das deficiências da tradição, podemos considerar isso como conhecido: o socialismo como crítica do capital é o produto de uma era muito antiga na história grega. Já no decurso do século VII, a economia capitalista tinha atingido tal proporção e extensão nas regiões mais desenvolvidas social e economicamente do mundo helénico, que era sentida como um fardo pesado por amplas camadas da população. Aqui encontramos pela primeira vez uma classe social que, sendo produto do princípio económico capitalista, aparece também como portadora da sua negação socialista [pp. 128-129].

Não deveria, portanto, surpreender que, para Pöhlmann, o primeiro crítico deste capitalismo tenha sido Hesíodo.

Trata-se, portanto, de um historiador de um novo tipo (as suas numerosas críticas a Mommsen não são coincidência) que já não se preocupa em fazer grandes sínteses sobre a queda do Império Romano ou da era helenística, mas se esforça para aplicar os conceitos das ciências sociais de sua época para reinterpretar as sociedades antigas. Não deveria surpreender então que o seu método seja tão diferente do actual nem que as suas conclusões pareçam agora loucas, mas antes a sua audácia intelectual deve ser admirada e, a partir dessa perspectiva, a análise deve ser empreendida.

Neste empreendimento limitar-me-ei ao primeiro capítulo. Seguindo o procedimento utilizado com Mommsen, começarei por definir o lugar desta parte no contexto total da obra.

A *História da questão social e do socialismo na antiguidade* consiste em dois livros. A primeira é dedicada à “Hellas”, a Hélade, ou seja, a Grécia, e a segunda trata de “Roma e o Império Romano”. Segundo Cristo, o primeiro é superior ao segundo. O primeiro livro contém os seguintes capítulos:

1. "Comunismo das fases sociais mais antigas. Verdade e poesia" (pp. 3-114).
2. "Social-democracia" (pp. 114-419).
3. "A reação do Estado e da teoria filosófica social" (pp. 419-488).
4. "Planos organizacionais para a construção de um novo estado e ordem social" (II, pp. 3-268).
5. "O estado social mundial do fundador da Stoa" (II, pp. 268-274).
6. "O romance político" (pp. 274-324).

Enquanto o segundo livro é composto da seguinte forma:

1. "Os princípios do Estado e do comunismo agrário" (II, pp. 327-341).
2. "O desenvolvimento da ordem económica capitalista" (II, pp. 341-348).
3. "O movimento social à luz das concepções partidárias dominantes" (II, pp. 248-389).
4. "O crescimento da pobreza e a sua transformação em consciência social autónoma" (II, pp. 389-417).
5. "A crítica da sociedade" (II, pp. 417-437).
6. "Socialismo democrático e utopismo romântico" (II, pp. 437-463).
7. "Cristianismo" (II, pp. 464-508).

Aqui será analisado o primeiro décimo da obra, dedicado à ideia do comunismo primitivo e suas bases reais, tema no qual Pöhlmann exercerá suas habilidades como crítico da ideologia socialista e como historiador e que abrange toda a história da Grécia. Na verdade, o primeiro capítulo está subdividido da seguinte forma:

- I. "Comunismo da era primitiva" (pp. 3-12).
- II. "A comunidade doméstica e a questão da comunidade agrária em Homero" (pp. 12-36).
- III. "O estado comunista de Lipari" (pp. 36-41).
4. "Supostos vestígios de comunismo na Magna Grécia" (pp. 41-45).
- V. "A alimentação organizada pelo Estado dos cidadãos em Esparta e Creta e o socialismo do tipo sociedade guerreira" (pp. 46-61).
- SERRA. "A constituição agrária espartano-cretense" (pp. 61-80).
- VII. "O estado social da lenda e a lei natural socialista" (pp. 80-114).

Na primeira seção, Pöhlmann critica a ideia de Morgan (*Sociedade Antiga*, 1877) e Engels (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, 1888) de que a primeira forma de sociedade era comunista. Algumas das suas críticas são justas; tal é o caso da sua afirmação (p. 7) de que Morgan subestima a antiguidade da raça humana ou de que nas sociedades primitivas se misturam diferentes regimes de propriedade (*ibid.*).

Na sua introdução às *Formas que precederam a sociedade capitalista*, Hobsbawm aponta como Marx e Engels, num primeiro momento, conceberam como progressista tudo o que ajudasse o desenvolvimento capitalista (e é por isso que saudaram a conquista inglesa da Índia, e a conquista do norte do México até aos Estados Unidos), mas mais tarde, à medida que desenvolveram a sua visão do capitalismo, também começaram a apreciar formas comunais primitivas, como o *mir russo* ou as organizações sociais e políticas dos índios americanos. A comparação entre grupos étnicos primitivos e sua retrojeção à história e à pré-história tem sido muito bem sucedida e não tem sido exclusiva do marxismo, mas o desenvolvimento da arqueologia resultou na descoberta de que a raça humana surgiu muito antes do que Pöhlmann poderia imaginar.

Actualmente, apesar dos esforços de Childe para equiparar o Paleolítico e o Neolítico às fases de desenvolvimento propostas por Morgan e assumidas por Engels, devemos partir do facto, parece-me, de que embora a história da humanidade antes do surgimento dos Estados seja muito mais complexo do que parecia há um século, nenhum sinal de propriedade privada pode ser detectado antes do surgimento da agricultura e das cidades no Neolítico e, em vez disso, tudo indica uma comunidade de bens, um comunismo primitivo pré-legal. Outro problema é o caso dos vestígios de tal estrutura social na história da Grécia.

Precisamente, Pöhlmann aborda esta questão na segunda seção, intitulada “A comunidade doméstica e a questão da comunidade agrícola em Homero”. Aqui o nosso autor começa alertando que as afirmações homéricas não podem ser colocadas com precisão cronológica e, como o título indica, trata de duas questões: o *oikos* e a propriedade da terra.

Para analisar a primeira, Pöhlmann apoia-se na descrição da casa de Príamo na *Ilíada* (VI. pp. 243-250) e, infelizmente, faz apenas uma alusão à de Nestor (*Od.* III. pág. 413) e não leva em conta o mais conhecido, que é o de Odisseu.

Seja como for, Homero descreve um edifício com 50 quartos onde Príamo e Hécuba viviam com os filhos e suas filhas. Embora o poema não trate das relações sociais entre os membros daquela família, o historiador vê nessa descrição “uma imagem inconfundível das chamadas comunidades domésticas” (p. 13) em que famílias extensas trabalhavam juntas e partilhavam o dinheiro. produto desse trabalho, mas nega que sua origem tenha sido necessariamente primitiva, citando o problema de Esparta, onde havia lotes plantados por vários irmãos.

A seguir, Pöhlmann discute a passagem de Aristóteles (*Pol.* Ei. 1. 8. 1252b) segundo o qual as aldeias são grupos de famílias. Embora reconheça, como Tucídides (I. 10), que a aldeia foi a unidade de colonização da Grécia primitiva, ele afirma com razão (p. 16) que “as comunidades gentílicas não eram de forma alguma uma associação democrática, mas antes eram mais ou menos controlado por um chefe patriarcal.”

Atualmente existe um consenso de que “o mundo de Odisseu” não corresponde estritamente a nenhuma época histórica e, segundo Finley, pode-se dizer que corresponde à idade das trevas, embora o seu testemunho só possa ser usado numa perspectiva geral e com um método comparativo.

Nesse mundo, o *oikos* desempenha um papel fundamental, pois os poemas mostram uma comunidade fraca onde as unidades domésticas constituem o pilar. É claro que nem todos os *oikoi* eram iguais porque, com a propriedade privada, também havia diferenças no tamanho dos *oikoi*. Naturalmente, os *oikoi* de reis como Príamo e Nestor estavam entre os mais grandes e pareciam excepcionais, mas cada uma era uma unidade de produção e consumo. Em qualquer caso, a sua existência não pode ser usada para pagar ou descartar a existência anterior de um comunismo primitivo e não pode ser considerada uma sobrevivência dessa forma de organização social.

Na sua discussão sobre a comunidade da terra, Pöhlmann consegue demonstrar com mais sucesso a importância da agricultura do que em qualquer outro empreendimento. Deve-se admitir, porém, que a visão é a correta e que tudo indica que a propriedade da terra era tida como certa nos poemas homéricos, e é por isso que Finley disse (*WO*, p. 60): “A base da *oikos* “Era a terra deles.”

Pöhlmann prova que a visão sobre a existência de resíduos de propriedade comunal se baseia em preconceitos, mas vai longe demais quando afirma (p. 35) que o cultivo de vinhas e oliveiras é um “sintoma do desenvolvimento *original* da propriedade privada em a terra” (grifo meu) e é coerente quando afirma que se a propriedade existe desde os tempos homéricos, deve ter havido também uma questão social, mas é surpreendente que não faça alusão ao episódio de Tersites, o soldado que ousou falar em uma assembléia dos Aqueus para criticar Agamenon (*Il.* II. 211-271).

Relativamente ao comunismo dos Liparis, Pöhlmann tem razão quando salienta que se tratava do caso particular de uma sociedade guerreira (pp. 36-41) e é essa a interpretação que continua a prevalecer.

Quanto aos “supostos vestígios de comunismo na Magna Grécia” (pp. 41-45) o nosso autor sublinha com razão a falta de clareza das fontes.

As seções sobre “a alimentação organizada pelo Estado dos cidadãos em Esparta e Creta e o socialismo do tipo sociedade guerreira” (pp. 46-61) e “a constituição agrária espartano-cretense” (pp. 61-80) são talvez as mais lúcidas e completas. Pöhlmann abre o primeiro discutindo a ideia de uma comunidade original na propriedade da terra, baseada na lenda (Plu., *Lyk.*) segundo a qual Licurgo dividiu igualmente as terras e atribuiu nove mil lotes a tantos espartanos, e também com base na expressão “campo político” (*politiké khôra*) usada para designar parte da terra espartana segundo o testemunho de Políbio (VI. 45.3).

É verdade que a tradição sobre Licurgo não tem base histórica e que a lenda sobre a invasão dos dórios não apresenta vestígios de comunismo. Pöhlmann também tem razão quando salienta que a *politiké khôra* só pode ser entendida em contraste com a terra propriedade dos periecos.

A sua posição relativamente aos limites da propriedade devido à sua função social transcende o liberalismo e, com ele, os limites ideológicos do seu tempo.

Finalmente, Pöhlmann tem razão quando destaca a contradição entre uma suposta igualdade licúrgica (testemunhada pela primeira vez por Platão) e a desigualdade social cujos sinais são encontrados na *Odisseia*. Uma comparação dos testemunhos sobre a propriedade da terra em Esparta confirma a nossa opinião. O historiador, pois indica que sua distribuição nunca foi igual.

A última seção, dedicada ao lendário estado social e ao direito natural socialista, é a mais longa. Nele, Pöhlmann trata da visão idealizada de um estado natural (*Naturzustand*), bem como de algumas constituições, especialmente a espartana.

O nosso autor mostra, de facto, como alguns pensadores gregos, e sobretudo Éforo, propuseram a ideia de que, no seu estado natural, o homem viveu sem propriedade privada e que só o distanciamento dela deu origem à propriedade e causou uma aberrante e desigualdade social não natural.

Por outro lado, o próprio Éforo afirmou que, originalmente, a constituição espartana garantia a igualdade de propriedade entre os espartanos; Pöhlmann diz que esta ideia lhe foi sugerida pelo seu professor Isócrates, que idealizou os *pátrios politeia* atenienses.

Nosso historiador pensa que essas ideias, que surgiram no século IV a.C., não têm fundamento numa tradição histórica, mas são um produto meramente ideológico, razão pela qual conclui (p. 112):

Em todos os tempos conturbados, quando as instituições sociais e políticas existentes já não respondem às necessidades e desejos profundamente sentidos e começam a desmoronar-se, também nos deparamos com esta aspiração de sair deste processo destrutivo da vida presente em direção ao mundo do ideal.

Trata-se, portanto, de meras construções ideológicas sem fundamento.

Deve-se admitir, é claro, que o nosso autor está certo ao afirmar que os pensadores gregos que desenvolveram uma visão de uma sociedade primitiva sem propriedade não se basearam numa tradição histórica e que a sua idealização de Esparta os forçou a desenvolver explicações para a sociedade decadente. situação desta *polis* quando escreveram, situação que não correspondia ao modelo.

Onde Pöhlmann erra é no seu ponto de vista modernista. É possível – e até necessário – concordar com ele que, em tempos de crise, os pensadores tendem à idealização, mas também é verdade que tais processos teóricos não são todos igualmente fantasiosos e que as circunstâncias históricas específicas da crise determinam a validade como alternativa teórica dessas elaborações mentais. Portanto, o pensamento socialista do século passado não pode ser equiparado às doutrinas do estado de natureza e de uma constituição igualitária que surgiu na Grécia no século IV aC. C. sem esvaziá-los da sua especificidade histórica.

Marx e Engels afirmaram precisamente que a humanidade se encontrava na encruzilhada mais importante da sua história, porque pela primeira vez desde o surgimento da civilização se colocava a possibilidade de acesso ao socialismo.

Este facto histórico inédito foi o que – segundo eles – conferiu um carácter científico à sua proposta e este facto implicou a presença de uma classe social, o proletariado, que não pode libertar-se sem com isso libertar toda a sociedade que, devido ao capitalismo, tornou-se uma sociedade global. Marx e Engels nunca negaram ter antecessores e contemporâneos nem duvidaram que os primeiros remontassem a períodos históricos anteriores, mas embora na antiguidade tivesse sido idealizada uma sociedade sem propriedade, do seu ponto de vista o verdadeiro suporte histórico que conferiria um carácter científico e uma possibilidade de concretização destas ideias.

Pöhlmann não contesta isto porque para ele todas as sociedades são iguais. As diferenças, por exemplo, entre um escravo e um proletário industrial podem ser subsumidas (embora o nosso autor não o diga) na categoria dos pobres ou dos explorados, e a forma como uma sociedade funciona é sempre a mesma, por isso a História é reduzida a ciclos de progresso e estagnação no mesmo plano.

Dizer isto é apenas afirmar a diferença entre uma concepção historicista como o marxismo e o liberalismo que está na base da visão modernista da história.

Mas a caracterização das ideias que Pöhlmann levanta nesta seção não se esgota com o que foi dito. Para completá-lo, é necessário acrescentar que, em sua análise da concepção de constituição primitiva e da visão idealizada em Esparta, este autor traz à luz toda uma corrente de pensamento político que, a partir de Platão e Isócrates, inclui Éforo, Zenão, Dicearco, Políbio e Plutarco. O facto de as obras de Éforo, Zenão e Dicearco serem preservadas apenas em fragmentos (e a de Políbio parcialmente) torna mais valioso o tratamento que o nosso autor dá às suas obras, ao mesmo tempo que o seu ponto de vista o inclina a apresentá-las a partir de uma perspectiva que lhe permite destacar determinados aspectos com tanta ênfase que tornem a análise muito interessante e estimulante. Até

agora foram poucos os historiadores que trataram destas questões e nenhum com a mestria de Pöhlmann.

Menção especial merece a discussão sobre a idealização de Esparta, posteriormente estudada por Ollier em *The Spartan Mirage* e por Tigerstedt em *The Legend of Sparta in Classical Antiquity*. Na verdade, como afirma Pöhlmann, no século IV a.C. C. uma série de pensadores gregos (principalmente Platão, Xenofonte - que Pöhlmann não inclui - e Éforo) apresentaram a constituição espartana como modelo e o primeiro disse que originalmente a propriedade da terra era equitativa.

É verdade que foram os problemas económicos, sociais e políticos da época que levaram os referidos autores a idealizar Esparta, mas estes problemas tinham uma série de características que Pöhlmann não menciona. A crise enfrentada pelos gregos do século IV a.C. C. foi desencadeado pela derrota ateniense na Guerra do Peloponeso. Não por acaso, esta situação tem sido objecto de estudo numa importante obra, *O Fim da Democracia Ateniense* de Claude Mossé, na qual a autora exprime ideias que posteriormente qualificaria ou revisaria no segundo volume de *O Mundo Grego e o Oriente*. Nesta última obra, Mossé diz que no século IV a.C. C. houve desenvolvimento económico, mas este tendeu a entrar em conflito com as estruturas políticas, ou seja, com a *polis*. Outra característica da primeira metade deste século, que é quando surgiu a miragem espartana, foi a hegemonia espartana que já foi discutida ao discutir Droysen.

Além disso, no momento da sua formulação por Platão e Xenofonte, a sua *pólis*, Atenas, tinha restaurado a democracia e reafirmado a sua independência da ordem imposta por Esparta e pela Pérsia na sequência da derrota ateniense na Guerra do Peloponeso, pelo que a idealização de Esparta não poderia deixar de ter um carácter de oposição militante contra a constituição democrática ateniense. O mesmo pode ser dito da idealização de Isócrates da antiga constituição ateniense.

Esparta e a antiga Atenas foram assim apresentadas como verdadeiros projectos anticonstitucionais e isso só pode ser a expressão e consequência de perspectivas históricas e de classe alternativas ou, por outras palavras, na ausência de uma classe que tivesse a possibilidade ou o interesse de se libertar de do sistema, os horizontes históricos também foram fechados no nível ideológico, e qualquer mudança poderia ser concebida apenas como um retorno ao passado ou a uma condição idealizada.

Tudo isso escapa a Pöhlmann devido à sua posição liberal e modernizadora que abstraiu dessas circunstâncias históricas, portanto pode-se dizer que, ao mesmo tempo que sua obra revela alguns aspectos da história, esconde outros.

O que revela é um mundo de contradições sociais e uma certa idealização do passado por parte dos socialistas e neste processo trata de problemas que só então haviam entrado no campo de visão da historiografia da antiguidade e que, no entanto, agora estão no centro das preocupações dos estudiosos.

O que esconde é o funcionamento específico daquilo que para os marxistas são formações sociais distintas e, ao fazê-lo, paradoxalmente, torna o complexo processo da história um desenvolvimento uniforme e repetitivo, praticamente cíclico.

Esta contradição faz de Pöhlmann um historiador peculiar. Na sua época tratou de temas que os seus colegas consideravam sem importância ou de mau gosto para se juntarem no estudo dos problemas económicos e sociais com pessoas cuja ideologia ia contra todos os seus princípios, enquanto a sua atitude crítica em relação a eles os separava

do público que poderia. se interessou por seu trabalho. No entanto, a síntese que conseguiu, apesar dos seus defeitos e limitações, raramente encontrou rival, enquanto a sua posição crítica lhe conferiu uma autoridade de grande historiador. Essa estatura e a ignorância em que se realiza o seu trabalho tornam muito necessário conhecê-lo.

BIBLIOGRAFIA

A expedição romana... foi publicada em Göttingen em 1875. *A história da questão social...* apareceu como *Geschichte der sozialen Fragen und des Sozialismus in der antiken Welt*, introdução de K. Christ, apêndice de F. Oertel, 2 vols., 4ª ed., Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1984. A questão social é definida na p. 234 do primeiro volume.

A antologia de Lidia foi publicada em Madrid pela Siglo XXI Editores em 1975. La *Cartilla* de Rhodakanaty foi incluída por Carlos M. Rama em *Utopismo socialista (1830-1893)*, com prólogo, seleção, notas e cronologia, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977, pp. 189-206. Veja por exemplo pág. 190, onde o título da primeira lição é "O problema social". Marx usa a frase polemicamente: *MEW*, IV, pp. 340-343.

O modernismo ainda é relevante na historiografia, e uma dessas interpretações da Grécia arcaica é *The Economic and Social Growth of Early Greece 800-500 BC*, de Chester G. Starr (Nova York: Oxford University Press, 1977). Contra, ver MM Austin e P. Vidal-Naquet, *Economic and Social History of Ancient Greece. Uma introdução* (Londres, BT Batsford, 1977, pp. 49-77; há uma versão em francês publicada por Armand Colin e uma tradução em espanhol publicada por Paidós).

P. Millett escreveu um artigo sobre os aspectos socioeconômicos da obra de Hesíodo, "Hesíodo e seu mundo", *PCPhS*, 210, 1984, pp. 84-115.

Somente no primeiro capítulo de *A Questão Social...*, Mommsen é mencionado nas pp. 9 e 29.

A obra de Morgan foi traduzida para o espanhol e publicada em Madrid pela editora Akal. Da *Origem da Família...* existem inúmeras edições e traduções; Recentemente apareceu uma obra comemorativa dos cem anos de publicação deste livro: *Familie, Staat und Gesellschaftsformation. Grundprobleme vorkapitalistischen Epochen einhundert Jahre nach Friedrich Engels Werk "Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats"* (*Família, Estado e formação social. Problemas fundamentais dos tempos pré-capitalistas, cem anos depois da obra de Frederick Engels...*), editado por J. Hermann e J. Köhn e publicado em Berlim pela Akademie-Verlag (1988).

A introdução de EJ Hobsbawm apareceu em Londres, publicada por Lawrence e Wishart em 1964 (pp. 9-65), traduzida para o espanhol por MN e M. Murmis e publicada em Buenos Aires em 1971 (Cuadernos de Pasado y Presente, pp. 5 -47).

Sobre o Paleolítico, ver J. Wymer, *The Paleolithic Age*, Londres, Croom Helm, 1982, onde as ideias de Engels e Morgan são aceitas. Gordon Childe tratou destas ideias em "Pré-história e Marxismo", um artigo incluído em *Presencia de Vere Gordon Childe*, editado por JA Pérez (México, Instituto Nacional de Antropologia e História, 1981, pp. 363-368). Sobre a emergência da propriedade privada e do Estado: M. Mann, *The Sources of Social Power. Volume I: Uma História do Poder desde o início até 1760 DC*, Cambridge, University Press, 1986, pp. 34-104.

Moses Finley tratou dos *oikos* homéricos em *O Mundo de Odisseu*, 2ª. ed., Londres, Chatto e Windus, 1977, pp. 53-63 (há uma tradução em espanhol publicada no México pelo Fondo de Cultura Económica). Ver também *The Family in Classical Greece*, de WK Lacey (London, Thames and Hudson, 1968, pp. 33-50).

Sobre a formação de aldeias baseadas no *oikoi* em Aristóteles, ver WL Newman, *The Politics of Aristotle*, 4 vols., New York, Arno Press, 1973, II, pp. 118-119.

As sociedades gentílicas foram estudadas por D. Roussel, *Tribu et cité. Etudes sur les groupes sociaux dans les cités grecques aux époques archaïque et classique*, Paris, Les Belles Lettres, 1976, e F. Bourriot, *Recherches sur la nature du génos: étude d'histoire sociale athénienne-périodes archaïque et classique*, 2 vols. , Lille, Université de Lille III, 1976, revisado por RC Smith, *EMC*, XIX, 1985, pp. 51-61.

Sobre a historicidade dos poemas homéricos, além do já mencionado livro de Finley, ver AM Snodgrass, *The Dark Age of Greece*, Edinburgh, University Press, 1971, pp. 388-394 (onde se afirma, p. 393, que "a contribuição dos poemas homéricos, embora de valor incalculável para a Grécia do século VIII, se peneirada com cuidado suficiente, na minha opinião não pode ser admitida na história da idade das trevas") e JV Luce, *Homer and the Heroic Age*, Londres, Tâmis e Hudson, 1975 (Luce afirma que a história dos poemas é histórica e que eles servem para documentar a cultura micênica). A opinião predominante é a de Finley, expressa no texto.

Que eu saiba, não houve nenhum estudo sobre a propriedade da terra na Grécia depois do de P. Guiraud, *La propriété foncière en Grèce jusqu'à la conquête romaine*, reimpressão publicada em Nova Iorque pela Arno Press em 1979 da edição original publicada em Paris (Imprimerie Nationale, 1893). Pöhlmann não cita esta obra no primeiro capítulo da sua

Questão Social... embora Guiraud partilhe as suas ideias e sobre o comunismo agrário primitivo afirme (p. 21): "Não há um único texto em toda a literatura antiga que, devidamente interpretado, confirma tal afirmação" (de que existia este tipo de comunismo).

Sobre o comunismo Lipari, ver RJ Buck, "Communism in the Lipari Islands", *CP*, LIV, 1959, pp. 34-39, e o citado trabalho de Austin e Vidal-Naquet (pp. 236-238 da versão inglesa).

Vários artigos sobre a propriedade da terra na Magna Grécia (Paris, Mouton, 1973) estão incluídos em *Problèmes de la terre en Grèce ancienne* (editado por MI Finley).

Sparta, editado por Karl Christ (Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986) é uma coleção de artigos importantes, com um estudo introdutório e uma bibliografia. Creta foi estudada por RF Willetts em *Ancient Crete: A Social History from Early Times Until the Roman Occupation*, Londres, Routledge, 1965.

Sobre a propriedade da terra em Esparta, cf. minha introdução a Plutarco de Queroneia, *Vidas de Agis e Cleómenes*, México, UNAM, 1987, pp. XLV-L.

Sue Blondell (*As Origens da Civilização no Pensamento Grego e Romano*, Londres: Croom Helm, 1986) trata das ideias dos gregos e romanos sobre a origem da civilização. Reimar Müller trata "do mito da idade de ouro" (pp. 18-21), "da ideia do estado natural entre estóicos e cínicos" (pp. 71-74) e "dos romances utópicos helenísticos" (pp. 75-88) no livro escrito por ele e R. Günther, *Sozialutopian der Antike* (Leipzig, Edição, 1987).

Sobre Éforo, ver GL Barber, *The Historian Ephorus*, Cambridge, University Press, 1935. A sua visão de Esparta é analisada por Ollier (*Le mirage spartiate*, Nova Iorque, Arno Press, 1973, II, pp. 66-75).

MI Finley tratou da ideia de *pátrios politeia* em "A constituição ancestral", em *Uso e abuso da história*, tradução de A. Pérez-Ramos, Barcelona, Editorial Crítica, 1977, pp. 45-90.

A teoria política do século IV aC. C. é tratado por Mossé em *Le monde grec et l'Orient* (cit., Parte II, capítulo 3, pp. 189-221). A idealização teve um papel importante nisso.

A especificidade histórica do marxismo é explorada por E. Mandel em *O lugar do marxismo na história*, México, spi, 1988.

G. Lefèbvre trata da história liberal no capítulo XI (pp. 168-194) do seu *Nascimento da historiografia moderna* citado no capítulo 1 da parte II.

PT O trabalho de Tigerstedt foi publicado em três volumes em Estocolmo pela Almqvist & Wiksell de 1965 a 1978.

EM e N. Wood tratam da teoria política de Platão (entre outros) em *Ideologia de Classe e Teoria Política Antiga: Sócrates, Platão e Aristóteles no Contexto Social* (Oxford, Blackwell, 1978), enquanto WE Higgins trata das ideias políticas de Platão em *Xenofonte. o ateniense. O problema do Indivíduo e da Sociedade da Polis* (Albany, State University of New York Press, 1977). Ambos os atenienses ocupam lugar de destaque nas obras citadas de Ollier e Tigerstedt.

VII. MIJAIL IVANOVICH ROSTOVTZEFF (1870-1952)

EM CONTRASTE com Pöhlmann, Rostovtzeff foi um dos historiadores da antiguidade mais populares do século XX e, sem dúvida, o mais popular depois de Mommsen.

Rostovtzeff nasceu perto de Kiev, na Ucrânia, e era filho de um funcionário russo do Ministério da Educação czarista.

Depois de estudar latim com Tadeus Zielinski e arqueologia com NP Kondakov na Universidade de São Petersburgo, recebeu uma generosa bolsa do Ministério da Educação, que lhe permitiu – entre 1895 e 1898 – viajar pela Itália, Espanha e Norte de África no verão. e, no inverno, estuda em Viena, Paris e Londres.

Tendo traduzido *a Guerra Gálica de César para o russo*, tornou-se professor de latim em sua *alma mater* e ensinou história romana em uma escola secundária para jovens, onde aparentemente ilustrava suas aulas com transparências. Fez alguns estudos em arqueologia e história da arte e estava prestes a publicar um livro sobre *Helenismo e Iranianismo no sul da Rússia* (que seria publicado parcialmente e sem autorização do autor em 1925) quando os bolcheviques assumiram o controle. poder e Rostovtzeff exilou-se dois meses depois, em janeiro de 1918.

A grande tragédia que para o nosso autor representou o triunfo da primeira revolução socialista foi para a historiografia a origem da transformação de Rostovtzeff de um arqueólogo interessado em contextualizar a arqueologia russa no curso da arqueologia universal e da história no melhor historiador antigo do seu tempo. é claro que a sua fatídica experiência como burguês derrotado pela sua classe e forçado ao exílio serviu de fonte de inspiração e de matéria de reflexão de tal forma que, muitos anos depois da Revolução de Outubro, quando alguém lhe perguntou ao comentário que ele tinha basicamente escrito todo o seu trabalho sobre a revolução russa, ele respondeu: “E sobre o que mais ele poderia ter escrito?”

Rostovtzeff deixou então a Rússia e passou dois anos em Oxford, mas aparentemente nunca se adaptou ao idiossincrático sistema universitário inglês. No entanto, para além de uma infinidade de artigos políticos anti-soviéticos, o nosso autor escreveu *Iranianos e Gregos no Sul da Rússia* (1922), que é uma adaptação da obra que estava a preparar antes do exílio, e começou a escrever a sua *História Social e Económica do Império Romano*. Império e um livro didático, *História do mundo antigo*. A estes somam-se dezenas de artigos (sua bibliografia, incompleta, ultrapassa quinhentos títulos).

De Oxford, Rostovtzeff foi para a Universidade de Wisconsin em Madison em 1920. Em 1922 ele parou de participar dos movimentos políticos da Rússia Branca. (os “vermes” da época) e em 1925 foi para a Universidade de Yale. Sua *História Social e Econômica do*

Império Romano foi publicada em 1926 e foi um sucesso imediato. Momigliano, então com 18 anos, evoca a emoção causada por uma obra tão nova e poderosa na sua capacidade de recriar o que foi aquele império. Assim, foi publicado em alemão em 1929, em italiano em 1933 e em espanhol, pela Espasa-Calpe, em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola.

Rostovtzeff aproveitou sua ascendência para que a delegação soviética fosse rejeitada no Congresso Internacional de Historiadores realizado em Estocolmo em 1930, e em 1931 publicou uma tradução alemã de sua obra que apareceu na URSS e que leva o título *Skythien undder Bosporus (Scythia e o Bósforo)*. Em 1941 apareceu a sua obra-prima: a *História Social e Económica do Mundo Helenístico*, cuja validade subsiste, mas que apareceu em espanhol, publicada pela Espasa-Calpe, apenas em 1967.

Posteriormente, Rostovtzeff participou da exploração arqueológica de Dura Europos, cidade fundada por Seleuco no século III aC. C. e destruído pelo Sassanid Sapor no século 4 DC. C e cujo interesse reside em ter sido o ponto onde as caravanas que comercializavam entre a Pérsia e a Mesopotâmia, por um lado, e o Egito e o Mediterrâneo, por outro, deixaram o curso do Eufrates e entraram no deserto. Esta cidade fez sucessivamente parte do reino helenístico da Síria, do Império Romano, do reino sírio de Palmira e do Império Persa sob o governo dos Arsácidas e dos Sassânidas e, devido à sua localização, foi ponto de encontro das culturas grega, romana, síria, árabe e persa. Rostovtzeff organizou com a Universidade de Yale a expedição arqueológica que escavou este sítio e editou os relatórios preliminares (1929-1952) e o relatório final em seis volumes (1943-1949).

O grande mérito de Rostovtzeff consiste em ter conseguido levar em conta fontes arqueológicas, cuja publicação – ainda hoje – é difusa e descritiva, e fundi-las com fontes históricas e epigráficas para apresentar uma visão orgânica e coerente do passado. Nenhum historiador, até agora, foi capaz de igualá-lo, mesmo nessa qualidade, e no Congresso Internacional de Arqueologia Clássica realizado em Berlim Ocidental em 1988 e dedicado à arqueologia helenística tornou-se evidente que também neste campo não há ninguém que possa rivalizar com ele Rostovtzeff e, o que é pior, que apesar do exemplo do trabalho deste historiador, os arqueólogos não estão preocupados com a dimensão histórica do seu trabalho, mas se contentam em descrever as suas descobertas.

Agora, o que poderia ser chamado de combustível de Rostovtzeff, o que ele queria dizer e demonstrar, era um número limitado de ideias orientadoras que podem ser caracterizadas como uma ideologia abertamente burguesa e contra-revolucionária. No entanto, o chauvinismo em que caíram o governo e a intelectualidade soviéticos a partir da década de 1930 fez com que adoptassem uma atitude muito cautelosa em relação a ele e, embora não tenha realizado uma investigação exaustiva sobre o assunto (não posso corroborar isto no livro de Raskolnikoff citado no primeiro capítulo da segunda parte), tenho a impressão de que, na pior das hipóteses, os historiadores soviéticos simplesmente omitiram mencioná-lo, mas quando o fizeram disseram que apesar de ser um historiador burguês (algo de que sempre se vangloriou) apresenta esta ou aquela ideia. Para quem leu a historiografia soviética ou, em geral, obras de ciências sociais, deve ficar claro que esta é uma atitude totalmente incomum, uma vez que há uma tendência nestas obras de classificar qualquer autor ou teórico como burguês, a fim de desqualificá-lo. (como se todos os burgueses fossem iguais, tivessem a mesma ideologia e a sua classe já tivesse sido completamente derrotada). Não me surpreenderia, portanto, se uma das consequências da *glasnost* fosse a tradução para o russo e a publicação das obras de Rostovtzeff.

As ideias-chave mencionadas poderiam ser rapidamente resumidas (e facilmente criticadas), mas penso que é melhor deixá-las para o próprio Rostovtzeff. Concordo com Cristo que a sua obra culminante é aquela dedicada ao mundo helenístico, mas as suas ideias, como já disse, foram geradas pela Revolução Russa, pelo que estas ideias, sublimadas em 1941, aparecem muito mais evidentes em 1926 e, como Ele mesmo diz, elas são afirmadas com clareza cristalina em seu prefácio à *História Social e Econômica do Império Romano* (p. xi):

Para ilustrar meu ponto de vista e meu método, poderia resumir brevemente os principais resultados aos quais O estudo cuidadoso do aspecto social e econômico da história imperial me conduziu. Esse esboço pode ajudar o leitor a navegar pelos capítulos do livro.

Procederei à análise deste prefácio, completando-o com observações e definições inseridas no corpo desta obra (pp. XII-XIII):

Uma aliança entre a burguesia italiana e o proletariado, liderada por políticos ambiciosos e líderes militares, resultou no colapso da hegemonia das duas ordens privilegiadas de Roma – a senatorial e a equestre – que juntas formaram a classe semifeudal de proprietários de terras e de empresários. que deviam a sua prosperidade material à exploração dos recursos do Estado e o seu poder político à sua riqueza. A actividade de Augusto deu expressão a esta vitória das classes média e baixa dos cidadãos romanos e representou um compromisso entre as forças opostas. Os Júlios e Cláudios continuaram a luta: a sua política consistiu na construção de um Estado baseado na burguesia urbana do império como um todo e, através do terrorismo implacável e cruel, desferiram o golpe final na influência e nas aspirações dos magnatas do falecido república. Os remanescentes desta classe, bem como os seus substitutos temporários – os favoritos dos imperadores – foram eliminados pelos Flavianos quando uma nova eclosão da guerra civil testou a estabilidade da nova forma de governo, que foi apoiada pela classe média durante todo o período. . as cidades do império. Esta forte classe média constituía a espinha dorsal económica do Estado e foi conscientemente desenvolvida pelos imperadores, que seguiram uma política coerente de promoção da vida urbana, tanto nas províncias ocidentais como orientais, mas através do órgão que a representava na capital – o novo senado imperial dos Flavianos – e através da aristocracia municipal das províncias, ele mostrou sua relutância em apoiar o sistema de governo no qual o principado de Augusto degenerou sob os Júlio-Claudianos; aquela tirania militar que após a tentativa de Vespasiano de restaurar o principado de Augusto foi revivida no regime autocrático de Domiciano. O resultado foi o estabelecimento da monarquia constitucional dos Antoninos, que se apoiava na classe média urbana de todo o império e na autonomia das cidades. Apesar do seu poder autocrático, o monarca era visto como o magistrado-chefe do povo romano. Ao seu lado, como um conselho consultivo, estava o Senado, que representava a burguesia municipal. A burocracia imperial e o exército foram coordenados com os órgãos autónomos da Itália e das províncias.

A existência de uma burguesia e de um proletariado pressupõe a do capitalismo, e isso é explicado por Rostovtzeff em nota, como segue (p. 543):

Devo salientar que utilizo a expressão “capitalismo” no seu sentido mais amplo, como a forma económica cujo propósito É lucro, não consumo. É claro que o capitalismo moderno é de um tipo completamente diferente e, nas formas típicas em que agora se manifesta, era desconhecido do mundo antigo.

Isto implica que o capitalismo não é visto como um modo de produção que de alguma forma marca uma época específica, mas sim como um modo de organização económica que pode ocorrer isoladamente em qualquer sociedade.

Ora, para Rostovtzeff, a gênese do principado foi consequência de uma aliança entre burgueses (=classe média) e proletários (=classe baixa) contra as ordens privilegiadas (=senadores e *equites*) e sob a égide de líderes militares (César, Antonio, Augusto e outros). As ordens privilegiadas são caracterizadas como “proprietários de terras e empresários semifeudais” que deviam suas riquezas ao Estado. A aliança triunfante entre a burguesia e os proletários é vista como um compromisso, e o governo dos Julii e Claudii (19 AC-68 DC)

é visto como o período em que as classes altas foram destruídas pelo terrorismo, que continuou sob o domínio dos Flavianos (68-96 d.C. O apoio da burguesia foi retribuído pelos imperadores incentivando a vida urbana, mas foi retirado quando o principado degenerou em tirania com Nero e Domiciano, e foi isso que causou a sua queda. Tudo isto mostra os traços de uma interpretação classista enquadrada numa ideologia liberal. As classes são definidas geometricamente (pelo seu lugar em relação aos demais) e geograficamente (pela sua relação com o binômio cidade-campo), mas estão situados numa visão que exclui um desenvolvimento histórico que cria diferentes estruturas – e classes.

Isto pode ser verificado analisando um trecho da *História Social e Econômica do Mundo Helenístico* (pp. 612-613) onde, ao explicar o fracasso das tentativas subversivas, Rostovtzeff afirma que o período revolucionário mais perigoso ocorreu entre 220 e 145 a.C. . C., e conclui com uma homenagem involuntária aos bolcheviques:

Os esforços do proletariado foram caóticos e esporádicos, a resistência da burguesia foi firme e os propósitos dos líderes e seguidores do proletariado eram egoístas e predominantemente políticos, uma vez que o proletariado era para eles um peão no jogo político. Portanto, a agitação social na Grécia permaneceu estéril e destrutiva, deslocando-se de um lugar para outro e nunca alcançando resultados duradouros e positivos.

Esta passagem pode ser vista, na minha opinião, como uma imagem negativa da Revolução Russa porque na Rússia os esforços do proletariado foram organizados e constantes, a resistência da burguesia foi fraca e os propósitos dos líderes e seguidores do proletariado eram altruístas e predominantemente econômico-sociais, pois para eles o proletariado era um fim em si mesmo, por isso conseguiram consumir-se. a revolução. Desta forma, o desenvolvimento econômico-social, e portanto o desenvolvimento cultural, é visto como consequência da predominância burguesa e deve concluir-se que os períodos de estagnação têm de ser tempos de predominância feudal ou proletária. Qual é então a diferença entre o mundo helenístico e o Império Romano?

De acordo com Rostovtzeff (*História Social e Econômica do Mundo Helenístico*, p. 3),

O capitalismo comercial das cidades gregas do século IV atingiu um desenvolvimento cada vez mais elevado que aproximou muito os estados helenísticos da fase de capitalismo industrial que caracteriza a história econômica da Europa nos séculos XIX e XX ;

consequentemente (*ibidem*, pp. 5-6),

A civilização do período helenístico nunca se tornou uma civilização greco-oriental. Permaneceu quase exclusivamente grego, com uma ligeira mistura de elementos orientais. A principal característica inovadora da civilização grega na era helenística não foi o seu carácter greco-oriental, mas sim o seu carácter cosmopolita.

É difícil saber se Rostovtzeff pensava que existia uma civilização greco-romana, embora pareça que não. Ao falar da relação entre o campo e a cidade em África, na Gália e na Hispânia (pp. 211, 214-215, 554, n. 32 e 681, n. 316), identifica urbanização com romanização, mas ao tratar da Ásia Menor (p. 556, n. 2) contrasta o helenismo da província da Ásia com a barbárie, suscetível de romanização, do interior, e ao tratar das suas cidades (p. 193) afirma que “ as classes altas nas províncias romanas e a sociedade urbana em geral eram mais ou menos romanizadas e helenizadas.”

Voltando ao problema da industrialização, Rostovtzeff verifica que Roma também não atingiu este estágio de desenvolvimento e explica-o precisamente pela romanização do império, que envolveu o desenvolvimento das manufaturas locais e o consequente

encerramento dos mercados. É notável que o nosso autor dê esta mesma explicação para o declínio económico da Grécia no início da era helenística, pelo que esta ideia adquire perfis teóricos (*História social e económica do mundo helenístico*, pp. 343-352). Parece que o historiador russo pensava que a extensão de *hinterlands* ou colónias incapazes de produzir manufaturas era necessária para o desenvolvimento de um centro de produção, pelo que a expansão da Europa para a América seria a chave para a Revolução Industrial.

Naturalmente, dadas as características da sua visão, Rostovtzeff pensava que havia luta de classes no império, e a sua dinâmica é descrita da seguinte forma (p. 117):

Além da rivalidade e da competição perpétua entre [as cidades]...havia duas características notáveis da vida cívica que tanto perturbavam as autoridades urbanas quanto ao governo romano: uma luta social contínua entre ricos e pobres e uma forte oposição por parte de toda a população, tanto rica como pobre, aos métodos administrativos dos governadores romanos. Assim, os movimentos sociais nas cidades, especialmente entre os proletários, assumiram necessariamente um aspecto anti-romano, uma vez que os romanos, em regra, apoiavam as classes dominantes, os opressores declarados do proletariado.

Duas características se destacam nesta passagem. O mais importante é a equação – notada com muito detalhe – entre as reivindicações proletárias e as reivindicações nacionais. A urbanização é equiparada a um processo de desenvolvimento do capitalismo e de criação de uma burguesia, um processo do qual a luta de classes não pode estar ausente. Os povos originários, que constituíam comunidades rurais, ao se deslocarem para a cidade, proletarizam-se e isso nos leva ao segundo aspecto: nesta passagem há um contraste entre o campo e a cidade, que é um dos *Leitmotivs* cujos traços pode ser detectada em toda a obra deste autor.

Assim, depois de narrar o governo dos Flavianos e dos Antoninos (que é representado como o ápice do Império Romano; ver pp. 123-124), Rostovtzeff dedica a primeira parte do capítulo sobre a economia daquele período às “cidades”. . Comércio e indústria” (as cidades são tratadas das p. 130 a 150) e a nota 4, uma das mais longas (pp. 593-597), é uma lista bibliográfica, impressionante pela sua amplitude, de monografias dedicadas às cidades romanas.

Nesta perspectiva, é coerente que Rostovtzeff conceba o campo (pp. 13-14) como a área imóvel onde foram preservadas as culturas nativas e as antigas estruturas socioeconómicas às quais se opõe a “agricultura científica” promovida pela burguesia agrícola, como pode ser visto na pág. 194, onde, ao falar do desenvolvimento da agricultura na Itália, comenta-se: “A produção de vinho foi organizada cientificamente em moldes capitalistas, especialmente para venda e exportação”.

O tratamento dado por Rostovtzeff à queda do Império Romano também mostra sinais de coerência.

Na verdade, este fenómeno é descrito (p. 541) como

a absorção gradual das classes educadas pelas massas e a consequente simplificação de todas as funções da vida política, social, económica e intelectual, a que chamamos a barbárie do mundo antigo.

Assim, vê-se que a queda de Roma não é considerada um triunfo do proletariado ou a consequência de alguma revolução, mas sim um fracasso da burguesia em se reproduzir e crescer.

É curioso ver como, depois de discutir as tentativas de explicar este fenómeno citando causas políticas, económicas, biológicas e religiosas, Rostovtzeff renuncia a qualquer

explicação embora reconheça que o abordagens mencionadas contribuem para a compreensão do assunto.

Em todo caso, aqui Rostovtzeff também não tira o dedo da linha e faz uma última alusão ao bolchevismo, que é relevante neste contexto (pp. 356-357):

Não esqueçamos que as mais modernas teorias políticas e sociais sugerem que a democracia é uma instituição ultrapassada, que está podre e corrupta, uma vez que é um produto do capitalismo, e que a única forma justa de governo é a ditadura do proletariado, o que significa uma destruição completa da liberdade civil e impõe a todos e cada um o único ideal de bem-estar material e igualitarismo fundado no bem-estar material.

Aqui fica claro que Rostovtzeff considera o bolchevismo uma estratégia do proletariado (e dos seus técnicos) para aceder ao governo e assume que tal estratégia, consubstanciada na ditadura do proletariado, nega sem o dizer (note que o nosso autor apenas diz "sugere") democracia, que só pode ser burguesa. Com esta mesma perspectiva, o historiador russo conclui a sua obra perguntando, sem poder responder, o que deveria fazer a burguesia (p. 541):

A evolução do mundo antigo tem uma lição e um aviso para nós. A nossa civilização não durará, a menos que seja uma civilização não de classe, mas de massas [...] Outra lição é que as tentativas violentas de nivelamento social nunca ajudaram a elevar a massas. Destruíram as classes altas e resultaram na aceleração do processo de barbárie [...] Não estará toda civilização destinada a cair assim que começar a penetrar nas massas?

Esta é, portanto, uma recapitulação de toda a obra e apresenta sub-repticiamente uma interpretação da queda de Roma e da civilização: as civilizações são o produto da divisão social do trabalho e da consequente formação de classes sociais. Sem essa estrutura a civilização - herança das elites - não pode existir, mas essa mesma divisão determina os seus limites de sobrevivência, uma vez que os proletários, a classe baixa, quererão sempre ascender socialmente, tornando-se membros da burguesia através da aquisição da cultura e, finalmente, civilização.

Estas ideias adquirem uma relevância diferente 64 anos depois de terem sido levantadas, pois neste período a educação em geral e a formação universitária em particular viveram um processo de massificação. Pode-se dizer que isso desvalorizou ou empobreceu a cultura? Uma resposta simples não pode ser dada, e dar uma resposta complexa excederia as possibilidades deste trabalho, mas algumas coisas podem ser notadas. Embora seja claro que a alfabetização e o acesso à informação se desenvolveram de forma espetacular, a alta cultura continua a existir separada da cultura popular; Embora as universidades tenham crescido enormemente, surgiu uma tendência que diferencia as boas universidades das más, rumo a carreiras fáceis desde os difíceis até a pós-graduação. Por fim, em termos gerais, percebe-se que a cultura deixou de ser um sinal de posição social elevada e tende a adquirir um caráter plebeu. Embora em períodos de crescimento económico estes fenómenos pudessem ter sido vistos como parte de um período de ascensão social, os períodos de crise mostram como a acumulação capitalista não parou e mostram que este desenvolvimento cultural obedece à dinâmica do próprio capitalismo, formando novos mercados e incorporando-os na ideologia da classe dominante. A ameaça à civilização não parece residir aí.

Em vez disso, a cultura parece estar ameaçada pela guerra, que pode destruir toda a humanidade. Nestes últimos 64 anos, que caracterizaram a ascensão do fascismo, a Segunda Guerra Mundial e inúmeras guerras no mundo colonial e semicolonial, tornou-se

claro que a guerra também desempenha um papel na acumulação capitalista e que as suas derrotas – na Rússia e a China – foram principalmente factores que abrandaram estas tendências, enquanto os movimentos pacifistas e os movimentos contra guerras específicas tendem a adquirir um carácter anticapitalista. Foram as derrotas do proletariado na Alemanha, Itália, China e Espanha que levaram à Segunda Guerra Mundial, enquanto o governo soviético concordou imediatamente em abandonar a Primeira Guerra Mundial e a existência de uma China não capitalista estabeleceu limites à escalada das guerras na Coreia e no Vietname.

Tudo isto parece provar que Marx e Engels tinham razão quando afirmaram no *Manifesto Comunista* que quando uma sociedade carece de uma classe social revolucionária, toda a sociedade entra em colapso, uma ideia que Rosa Luxemburgo retoma ao propor a alternativa entre o socialismo ou a barbárie.

Esta seria uma alternativa clara à explicação rostovtzeffiana: Roma caiu não como consequência da difusão da cultura, mas porque encontrou os limites do seu crescimento sem dar origem a uma classe revolucionária. A tese principal da obra de Marx e Engels é que no capitalismo esta situação não ocorre mas precisamente o contrário: o capitalismo cria os seus coveiros, que são o proletariado, uma classe cujo nome vem da história de Roma mas que adquire um significado diferente —não se trata mais de pessoas desclassificadas, mas sim daqueles que, para sobreviver, são obrigados a vender o seu único activo, que é a sua força de trabalho.

Guiados por esta doutrina, os trabalhadores russos tomaram o poder em Novembro de 1917 e o seu compatriota burguês Rostovtzeff dedicou-se desde então, e com grande pesar, a cantar o que poderia ser chamado de canto do cisne daquela classe. Toda a sua paixão e talento inspiraram entusiasmo a uma das mais importantes obras historiográficas do seu tempo que, pela sua mera existência, demonstra que às vezes os derrotados também escrevem história.

BIBLIOGRAFIA

Cristo se dirige a Rostovtzeff nas pp. 334-349 de seu *Von Gibbon...* citado na bibliografia do capítulo II desta segunda parte; ver também A. Momigliano, “MI Rostovtzeff”, *Studies in Historiography*, Londres, Weidenfeld & Nicholson, 1966, pp. 91-104, e M. Reinhold, “Historiador do Mundo Clássico: Uma Crítica de Rostovtzeff”, *Ciência e Sociedade*, X, 1946, pp. 361-391. Eu próprio analiso a sua visão das rebeliões helenísticas na minha tese de doutoramento, *Opposition in the Hellenistic World*, Cambridge, 1988, pp. 39-42.

O título original do primeiro trabalho de Rostovtzeff publicado no exterior é *Iranianos e Gregos no Sul da Rússia*; foi seguido por *The Social and Economic History of the Roman Empire*, 2 vols., Oxford Clarendon Press, 1926. A segunda edição, revisada por PM Fraser, apareceu em 1957. *The History of the Ancient World* foi publicada originalmente em russo e apareceu na Alemanha. A primeira tradução foi a inglesa, feita em 1926 e intitulada *A History of the Ancient World* (2 vols.).

Sua maior obra é *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, 3 vols., Oxford, Clarendon Press, 1941; a segunda edição apareceu em 1953. Os relatórios sobre Dura são *As escavações em Dura-Europus conduzidas pela Universidade de Yale e pela Academia Francesa de Inscrições e Letras. Relatório Preliminar*, 10 vols., New Haven, 1929-1952, e *Relatório Final*, 6 vols., 1943-1949.

Sobre o último Congresso Mundial de Arqueologia Clássica ver A. Invernizzi *et al.*, *Curriculos XIII. Internationaler Kongress für Klassischen Archäologie. Berlin, 24-31. Julho de 1988*, Berlim Ocidental, 1988. Sobre arqueologia e história antigas, cf. MI Finley, “Arqueologia e História”, em *The Use and Abuse of History*, Londres, Chatto e Windus, 1975, pp. 87-

101 (tradução de A. Pérez-Ramos em *Uso y Abuse of History*, 2ª ed., Barcelona, Editorial Crítica, 1979, pp. 131-155; Rostovtzeff é mencionado positivamente nas pp. 131-132 e 149 - 151).

Die Geschichte des Altertums im Spiegel der sowjetischen Forschung, editado por Heinz Heinen, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980, é outra obra que trata da historiografia soviética sobre a antiguidade.

Sobre a história social e econômica do Império Romano: Francesco di Martino, *Storia economica di Roma antica*, 2 vols., Florence, La Nuova Italia Editrice, 1979, e Peter Garnsey e Richard Saller, *The Roman Empire. Economia, Sociedade e Cultura*, Berkeley, University of California Press, 1987.

A. Cavalli ("Classes", *Dec. de política, cit.*) trata da divisão da sociedade em grupos.

Sobre o comércio na antiguidade clássica: P. Garnsey *et al.*, (eds.), *Trade in the Ancient Economy*, Londres, Chatto e Windus, 1983. Não tenho conhecimento de um tratado geral sobre manufaturas no Império Romano, mas Willem Jongman (*The Economy and Society of Pompeii*, Amsterdã, JG Gieben Publisher, 1988, pp. 155-186) trata da indústria têxtil em Pompéia, a cidade romana mais conhecida, e em seu primeiro capítulo descreve um brilhante estado da arte de a economia e a sociedade antiga.

F. Ferro y Gay e J. Benavides Lee escreveram uma história da cultura romana: *Da sabedoria dos romanos*, México, UNAM, 1989.

Sobre urbanismo, ver o artigo de MI Finley, "The Ancient City: From Fustel de Coulanges to Max Weber and Beyond", em *Economy and Society in Ancient Greece*, edição e introdução de BD Shaw e RP Saller, Londres, Chatto e Windus, 1981, pp. 3-23 (tradução de T. Sempere em *Grécia Antiga: economia e sociedade*, Barcelona, Editorial Crítica, 1984, pp. 35-59).

O único tratado sobre romanização (limitado à Espanha) que conheço é JM Blázquez, *La romanización*, 2 vols., Madrid, Ediciones Istmo, 1975.

Formas de Controle e Subordinação na Antiguidade, editado por T. Yuge e M. Doi (Tóquio, Sociedade de Estudos sobre Movimentos de Resistência na Antiguidade, 1988) contém artigos sobre a luta de classes na antiguidade.

VIII. MOSES I. FINLEY (1912-1986)

CONFRONTAR FINLEY coloca um problema de perspectiva, pois, necessariamente, ao final de sua obra fica evidente que a discussão sobre o tema não avançou, sendo então necessário acreditar nele ou não, mas sem saber que fortuna terão a longo prazo. Esta circunstância é decisiva para compreender o alcance da tarefa empreendida neste capítulo.

Começarei centrando a análise num artigo de quinze páginas publicado há mais de doze anos e cujo título é “Império no mundo greco-romano”.

Mesmo uma recapitulação superficial e grosseira da antiguidade clássica deixará claro que nas suas origens existiu uma constelação de pequenos Estados que, quando entraram em conflito com os seus vizinhos, confrontaram-se entre si. Isto deu origem ao fortalecimento ou expansão de uns em detrimento de outros e, eventualmente, à criação de sistemas políticos hegemônicos, dos quais os mais bem sucedidos foram: na Grécia, Atenas, e em Itália, Roma, onde teve tanto sucesso que se espalhou por todo o mundo. todo o país, a bacia do Mediterrâneo e conseguiu dominar extensas regiões da Europa continental. Não menciono o caso do mundo helenístico, que não é levado em consideração por Finley nem neste artigo nem, em geral, na sua obra como um todo e que ele caracteriza da seguinte forma (AG, p. 171): “A história política helenística é cansativa, monótona e muitas vezes feia, de guerras incessantes, de má-fé e de assassinatos não raros”.

É claro, no entanto, que a Grécia estava interessada na democracia e que geralmente recorria a Roma como termo de comparação (*cf. PAW*, pp. 11-15).

Finley define o estado imperialista da seguinte forma (p. 1):

Um historiador pode corretamente chamar um Estado de “imperialista” se em qualquer período ele exerceu autoridade sobre outros Estados (ou comunidades ou povos), para seus próprios fins e para sua própria vantagem, e quaisquer que esses propósitos e vantagens possam ter sido ou tenham sido. acreditava que sim. Sem dúvida, este é um conjunto de critérios amplos e imprecisos, mas não mais do que aqueles normalmente utilizados para outras instituições humanas de grande escala, mais obviamente o Estado.

Para julgar esta categoria, mesmo o leninista mais dogmático reconhecerá que a legitimidade no uso de qualquer palavra depende da definição que lhe é dada e é claro que, uma vez declarada esta definição, a correção na escolha da palavra pode ser palavra questionada, mas o que importa é o uso hermenêutico do conceito, que será examinado agora.

Pois bem, depois de refutar três falácias relativas à concepção de império, Finley apresenta uma tipologia das formas pelas quais um Estado pode (sublinhado por ele) explorar outro(s):

1) restrição da liberdade de ação nas relações interestaduais;

- 2) interferência política, administrativa ou judicial nos assuntos locais;
- 3) recrutamento militar e naval;
- 4) cobrar um “tributo” de alguma forma...;
- 5) confisco de terras, com ou sem posterior emigração de colonos do estado imperial;
- 6) outras formas de subordinação ou exploração econômica

Notar-se-á que esta tipologia, pela sua abstração, pode ser aplicada a qualquer relação entre um Estado imperial e outro (imperial ou não) desde o próprio surgimento do Estado até os dias atuais.

Finley então compara Atenas com Roma em seu estágio imperial e aponta três diferenças (pp. 6-7):

A primeira é que o império ateniense era puramente marítimo dentro de um espaço restrito: as comunidades costeiras e insulares da bacia do Egeu, enquanto Roma era um império terrestre, que em última análise atingiu aproximadamente metade do tamanho actual dos Estados Unidos continentais. Em segundo lugar, Atenas era uma cidade-estado, enquanto “Roma”, embora mantendo formalmente as suas instituições de cidade-estado até ao final da República, no último século desse período era, em vigor, a maior parte da Itália. Além disso, com o passar do tempo, houve cada vez mais cidadãos romanos nas províncias. É difícil exagerar a diferença na base imperial. Terceiro, Atenas era uma democracia e Roma não. Isto implicou uma diferença no processo de tomada de decisão, com influência, podemos assumir, tanto na expansão imperial como na distribuição dos benefícios do império.

Finley examina então o fluxo dos lucros imperiais, distinguindo a sua distribuição entre rendimentos estatais e privados e, destes, a distribuição “entre diferentes sectores e classes da população” e enumera, em Atenas, os tributos que recebeu dos outros membros da Liga de Delos, que serviu para formar e manter uma frota e foi utilizada (em parte) para a construção dos edifícios da Acrópole.

Por sua vez, a frota proporcionou emprego a milhares de atenienses pobres. Este processo foi muito mais complicado em Roma. Inicialmente, a conquista da Itália proporcionou ao estado saques, dinheiro e soldados como aliados. A formação das províncias levou à criação de impostos, que foram aumentados no principado. Quanto aos benefícios privados, o grande beneficiado foi a aristocracia latifundiária, pois recebiam a maior parte do *ager publicus* e eram beneficiados como publicanos e na administração das províncias. A plebe obteve benefícios menores.

O que explica esta série de ideias e qual a sua importância?

Em primeiro lugar, a explicação finleyana do imperialismo reúne um conjunto de fenómenos, não apenas comuns, mas fundamentais na vida das sociedades da antiguidade clássica.

Deve-se ter em conta que originalmente eram comunidades de agricultores onde o desenvolvimento da tecnologia era sempre nulo e que, como tal, estavam sujeitas a crises agrícolas. Estas crises só poderiam ser resolvidas de três maneiras: expulsando bocas (daí os movimentos de colonização e a ascensão dos mercenários), redistribuindo a propriedade (daí os movimentos populares) ou incorporando mais terras e mais homens na sociedade (e aí a questão territorial ou expansão marítima). Esta terceira solução é o que Finley concebe e define como imperialismo. Nisto coincide com uma obra anterior (de 1972) escrita sob a sua influência (*cf.* p. 11) por Yvon Garlan: *War in Antiquity* (Paris, Fernand Nathan) em cuja conclusão as causas económicas, sociais e culturais das guerras e a relação entre eles e a política. Este não é o caso, no entanto, de *Diplomacy in Ancient*

Greece de F. Adcock e DJ Mosley, onde após uma narrativa cronológica são discutidas questões como “os propósitos da diplomacia” ou “as instituições da diplomacia”. Naturalmente, é inevitável que os autores afirmem as mesmas ideias de Finley e digam (p. 128), por exemplo, que “a fonte mais comum de conflito foi a propriedade da terra e os direitos de acesso”. A diferença importante é que essas ideias estão no trabalho de Finley estruturou-se em um sistema orgânico, enquanto os de autores positivistas como Adcock e Mosley são serializados em uma lista, portanto, embora trabalhos como este forneçam dados, Finley aspira contribuir para a compreensão da história.

Pouco mais pode ser dito sobre as interpretações específicas dos impérios ateniense e romano: há obras muito eruditas e muito mais longas que as de Finley, mas não fornecem tanta clareza.

O trabalho de Finley como um todo compartilha as mesmas características. É uma apresentação estrutural de dados que se baseia numa concepção geral, também estruturada, e que responde a uma abordagem. Isso é o que ele chama de modelo.

É claro que tais modelos existem há muito tempo e, de facto, pode-se dizer que todos os historiadores analisados neste trabalho partilham desta mesma característica, uma vez que, de facto, os historiadores que limitam o seu trabalho à heurística tornam-se quase imediatamente ultrapassados. pois são apenas transmissores de dados que, uma vez coletados novamente, tornam obsoleto o trabalho de seu descobridor. O mérito de Finley reside em ter assumido conscientemente esta construção de modelos (*AH*), em ter incorporado os desenvolvimentos das ciências sociais (especialmente o marxismo e a sociologia weberiana) na sua elaboração e em ter levado o método comparativo às suas últimas consequências.

Grande parte das conquistas de Finley está em seu caminho de expor ou escrever, o que ele mesmo explica claramente ao elogiar Syme da seguinte forma (numa resenha publicada no *The Spectator* de 17 de outubro de 1960 e citada por Saller e Shaw, 25):

Ele não escreve para o *homo ludens*, mas para o *homo politicus*. As suas posições são energicamente mantidas, declaradas “de forma bastante aberta, sem rodeios”, e a pedra de toque é “uma atitude deliberadamente crítica em relação a Augusto”. É um trabalho partidário; assim como qualquer boa cópia da literatura histórica.

Como tal, o trabalho de Finley pode ser visto como uma longa polêmica, e grande parte de seu trabalho tem uma forma declarada de discussão. Ele estava sempre examinando as ideias predominantes e desafiando-as.

Mas devemos ter em conta que isto requer um ponto de referência e para Finley este sempre foi o presente.

Assim, ao levantar o problema da democracia, ele começa:

Talvez a “descoberta” mais conhecida e certamente mais considerada da investigação moderna sobre a opinião pública seja a da indiferença e da ignorância da maioria do eleitorado nas democracias ocidentais. Os eleitores são incapazes de expressar os problemas em jogo, muitos dos quais não têm interesse; multidão são aqueles que não sabem o que é o Mercado Comum ou mesmo as Nações Unidas; muitos que não sabem nomear seus deputados ou que estão concorrendo para qual cargo. Os apelos para uma campanha de lobby, se forem sensatos, sempre trarão algum anúncio como o seguinte: “Na biblioteca pública local você encontrará os nomes de seus senadores e deputados, caso não os conheça com certeza”. Em alguns países há uma maioria que nem sequer se preocupa em exercer o seu precioso direito de voto.

É muito significativo que estas tenham sido as primeiras palavras de uma série de palestras proferidas na Universidade Rutgers vinte anos depois de essa universidade o ter despedido na sequência do macarthismo.

De qualquer forma, é importante notar que a abordagem trata de problemas atuais, neste caso a apatia eleitoral. Como a democracia antiga entra aqui? No parágrafo seguinte, Finley menciona a ideia de Lipset de que os incultos e os rudes são presas fáceis para posições extremistas (uma ideia que, nas circunstâncias em que foi levantada, não poderia deixar de ter implicações irónicas), e relaciona-a com a teoria platónica exclusão do mesmo tipo de pessoas.

Ele então relaciona a ideia de Aristóteles de que a melhor democracia deve ter uma grande população rural, com as de WH Morris Jones, que, num artigo intitulado “Em Defesa da Apatia”, defendeu esse estado de espírito como um sinal de democracia, e depois faz uma comparação entre os teóricos gregos e americanos para então verificar como o conceito de democracia perdeu força desde a revolução das treze colónias inglesas na América do Norte; Em seguida, apresenta a concepção elitista de Michels, segundo a qual em toda democracia há uma separação entre líderes e seguidores, e

Uma vez que todos concordam que a democracia é a melhor forma de governo, conclui-se que a “separação” observada empiricamente é uma qualidade, não uma negação da democracia, e portanto uma virtude (p. 12).

É então que Finley entra plenamente na história antiga, examinando a inexistência empírica dessa separação para recuperar o forte conceito de democracia ateniense. Ambas as ideias andam de mãos dadas e são uma bofetada nos seus antigos colegas e ex-chefes que não ofereceram qualquer resistência quando o governo dos Estados Unidos pediu-lhes que o despedissem, mas que, vinte anos depois, o convidou a assumir um cargo ciclo de conferências.

Isto explica a conclusão deste primeiro capítulo (pp. 36-37):

A teoria elitista, com a sua visão do “político profissional como herói” [JL Walker, “A Critique of the Elitist Theory of Democracy”, *American Political Science Review*, LX, 1966, pp. 285-305, na pág. 292], com seu chamado ao “fim da ideologia”, com a sua conversão de uma definição operacional num juízo de valor, responde com uma firme negativa [à questão de saber se a actual situação política é necessária ou desejável ou se novas formas – democráticas – de participação deveriam ser política inventada]. “A democracia não é apenas, ou mesmo fundamentalmente, um meio pelo qual diferentes grupos podem atingir os seus fins ou perseguir a boa sociedade: *ela é ela própria a boa sociedade em operação*” [Lipset, *Political Man*, 403; meu itálico]. Tal julgamento, como foi bem colocado por um crítico recente, é “uma codificação de conquistas passadas... justifica as principais características do *status quo* e fornece um modelo para resolver pontas soltas. A democracia torna-se um sistema a ser preservado, e não um objetivo a ser alcançado; aqueles que desejam orientação para o futuro devem procurar outro lugar” [Lane Davies, “The Cost of Realism: Contemporary Restatements of Democracy”, *Western Political Quarterly*, XVII, 1964, pp. 33-46, na pág. 46]. Este me parece ser um julgamento *histórico correcto*. Cada um decidirá por si se se trata ou não de um julgamento *político correcto*.

Deveria ficar claro então como para Finley a história não é o que aconteceu nem é um imenso repositório de dados, mas sim um conjunto de experiências que determinam o presente e cujo conhecimento, portanto, contribui para a sua compreensão. Isto não quer dizer, contudo, que Finley acreditasse que a consciência histórica fosse suficiente para mudar o mundo.

Em uma resenha brilhante de dois livros sobre paixão de Jesus Cristo, Finley começa a discutir o anti-semitismo. Ressalte-se que, convertido ao ateísmo, Finley tinha

originalmente o sobrenome Finkelstein (diamante), era de origem judaica e, segundo Momigliano, também judeu (CS, p. 2),

Finley, descendente de gerações de rabinos eminentes (alguns dos quais datavam da Itália do século XVI), recebeu educação judaica suficiente para tornar concebível sua admissão no Seminário Teológico Judaico de Nova York. É claro que ele conhecia desde a infância a admoestação de Deuterônimo 15:15: “Lembra-te de que foste escravo na terra do Egito e que Javé teu Deus te libertou”.

Momigliano diz que esta foi a raiz mais profunda e pessoal do interesse de toda a vida de Finley pela escravidão. Esta consciência judaica, que o fez simpatizar com os escravos dos gregos e romanos, também o faria deplorar os excessos repressivos de Israel, preocupar-se com a fragilidade da sua democracia e não simpatizar de todo com o sionismo.

Voltando ao artigo em questão (AA, pp. 180-184), Finley começa comentando a oposição do Patriarca de Antioquia à desculpa do Concílio Ecumênico dos judeus pela crucificação e, depois de discutir a credibilidade histórica do *Evangelho* e de maneira como os autores revisados o utilizam, conclui:

Longe estou de sugerir, mesmo que ligeiramente, que não é importante corrigir o registo da história. Mas isso não dissiparia a sensação de que há uma qualidade *de Alice no País das Maravilhas* em tudo isso. Há algo de lamentavelmente ingênuo na implicação de que o anti-semitismo poderia desaparecer silenciosamente se pudesse ser demonstrado de forma decisiva que nenhum judeu, ou apenas alguns colaboradores entre eles, participou na crucificação. Por mais bem-vinda que a declaração do Concílio Vaticano deva ser, o seu significado prático é problemático. O mal coletivo judaico permeia toda a cultura ocidental. Deveríamos empreender uma campanha de eliminação, começando, por exemplo, com a letra e a música juntas de *A Paixão Segundo São João*, de Bach? O passado morto nunca enterra seus mortos. O mundo teria que ser mudado, não o passado.

E apesar de tudo, é claro que o anti-semitismo, por ter raízes históricas, não pode ser entendido fora deste contexto. Portanto, em qualquer caso, se quisermos acabar com esta e com todas as formas de opressão e exploração, é necessário compreender os seus mecanismos e a sua razão de ser atual e histórica. Para fazer isso, você tem que cultivar a história.

BIBLIOGRAFIA

Sobre Finley: P. Vidal-Naquet, “Economie et société dans la Grèce ancienne: l'oeuvre de Moses I. Finley”. *Archivos Européennes de Sociologie*, VI, 1965, pp. 111-148; A. Momigliano, “Os Gregos e Nós”, *The New York Review of Books*, XXII - 16, 16 de outubro de 1975, pp. 36-38; M. de Sanctis, “Moses I. Finley. Nota por biografia intelectual”, *QS*, 10, 1979, pp. 3-37; BD Shaw e RP Saller, “Editors' Introduction”, em MI Finley, *Economy and Society...*, ver bibliografia do capítulo anterior, p. IX-XXVI (pp. 11-32 da tradução); C. Ampolo e G. Pucci (eds.), *Opus*, Eu, 1982; J. Annequin, “MI Finley e a escravidão antiga: descreve e explica uma forma de exploração do trabalho”, *DHA*, VII, 1981, pp. 437-450; L. Canfora, “Finley maestro 'difficile'”, *QS*, 27, 1988, pp. 165-167; D. Metzler, “In Memoriam Sir Moses Finley”, *Münstersche Beiträge zur antiken Handelsgeschichte*, IV, 1985 (1986); A. Momigliano, “Moses Finley on Slavery: A personal Note”, em MI Finley (ed.), *Classical Slavery*, Londres, Frank Cass, 1987, pp. 1-6; W. Jongman, *op. cit.*, bibliografia do capítulo anterior, pp. 28-35, e K. Christ, capítulo dedicado a este autor em *Neue Profile...*, cit. no primeiro capítulo da parte II, pp. 295-337.

Finley's Work Cited, editado por Shaw e Saller, contém a bibliografia mais completa (embora não exaustiva) do trabalho de Finley.

O artigo citado sobre o império é “Império no Mundo Greco-Romano”, *G&R*, XXV, 1978, pp. 1-15. A caracterização da era helenística está em *The Ancient Greeks (AG)*, Harmondsworth, Penguin Books, 1966 (há uma tradução em espanhol

publicada em Barcelona pela Labor). A afirmação teórica da comparação entre Grécia e Roma encontra-se em *Politics in the Ancient World (PAW)*, Cambridge, University Press, 1983.

Sobre o Império Ateniense: R. Meiggs, *O Império Ateniense*, Oxford, Clarendon Press, 1972; sobre o Romano: *Guerra e Imperialismo na Roma Republicana 327-330 AC* por WV Harris (Oxford, Clarendon Press, 1979).

O livro de Adcock e Mosley foi publicado em Londres pela Thames and Hudson (1975).

Finley discute modelos históricos na *História Antiga. Evidências e Modelos (AH)*, Londres, Chatto e Windus, 1985, traduzido para o espanhol por M. González Marcén (*História antiga. Problemas metodológicos*, Barcelona, Editorial Crítica, 1986).

O trabalho de R. Syme é *The Roman Revolution*, Londres, Oxford University Press, 1960.

O trabalho de Finley sobre democracia é *Democracy Ancient and Modern (DAM)*, 2ª ed., Londres, Chatto e Windus, 1985 (há uma tradução muito livre da 1ª ed., de A. Pérez-Ramos: *Vieja y new democratic*, Barcelona, Editorial Ariel, 1980).

O livro de SM Lipset é *Political Man*, Garden City, 1960. O artigo de M. Jones apareceu em *Political Studies*, II, 1954, pp. 25-37.

A obra de R. Michels foi traduzida para o inglês por E. e C. Paul e publicada em Londres em 1915 sob o título *Partidos Políticos*.

A desvalorização do conceito de democracia foi descrita por G. Parry (*Political Elites*, Londres, 1969, p. 141) *apud* Finley (*DAM*, p. 9) da seguinte forma: “Democracia e democrático tornaram-se no século XX em palavras implicando a aprovação da sociedade ou instituição assim descrita. Isto significou necessariamente que as palavras foram desvalorizadas, na medida em que quase deixaram de ser úteis, sem definição adicional, para distinguir uma forma particular de governo de outra.”

Sobre o nascimento do Cristianismo: RL Fox, *Pagans and Christians*, Collins, Londres, 1986, e D. Kyrntatas, *The Social Structure of the Early Christian Communities*, Londres, Verso, 1987.

O artigo sobre a crucificação é “Os Judeus e a Morte de Jesus”, parte de “Princípios Cristãos: Três Visões da Historiografia”, em *Aspects of Antiquity (AA)*, Harmondsworth, Penguin Books, 1972, pp. 180-184, traduzido para o espanhol por A. Pérez-Ramos e publicado com o título *Aspectos da antiguidade. Descobertas e disputas* (Barcelona, Editorial Ariel, 1975).

IX. PERSPECTIVAS ATUAIS DA HISTÓRIA ANTIGA

EM SEU IMENSO TRABALHO *Em Busca do Tempo Perdido*, Proust conta como o narrador fica decepcionado ao conhecer seu escritor preferido, Bergotte, já que ele se revela um cara totalmente medíocre. Em seguida faz a seguinte reflexão sobre o gênio (2ª ed., Paris, Gallimard, 1987-1989, I, 545):

Quem produz obras de gênio não é quem produz no meio mais delicado, quem tem a conversa mais brilhante, a cultura mais difundida, mas quem teve a faculdade, deixando abruptamente de viver para si, de igualar sua personalidade. ... a um espelho, para que ali se reflita sua vida, que de outra forma poderia ser tão medíocre, mundana e até - em certo sentido - intelectualmente falando; pois o gênio consiste na faculdade de refletir e não na qualidade intrínseca do espetáculo refletido.

Independentemente de os historiadores discutidos nesta parte poderem ser considerados gênios ou não, a aplicação desta metáfora proustiana parece-me ser capaz de esclarecer o que os torna valiosos.

Na verdade, pode-se dizer que Gibbon reflete a posição do Iluminismo sobre o Cristianismo, que Droysen expresse um novo ponto de vista sobre o mesmo problema, que Mommsen possa ser visto como o órgão da burguesia alemã nacionalista e unitária, que Pöhlmann dê expressão à preocupação que provocou nos intelectuais pró- aos capitalistas a ascensão da social-democracia, que o trabalho de Rostovtzeff é o canto do cisne da burguesia russa eliminada pela Revolução de Outubro e que Finley deu expressão às preocupações e interesses do nosso tempo.

Não teremos a oportunidade que Proust teve com Bergotte de conhecer todos esses historiadores, por isso não podemos verificar se foram geralmente medíocres, mas por outro lado podemos notar que a sua atitude perante os problemas do seu tempo foi o que os fez detectar os problemas históricos, que não eram outros senão aqueles que se colocavam à sua geração e à sua classe, e tentar compreendê-los precisamente no nível histórico. Através deste processo, a antiguidade clássica revela diferentes dimensões e significados e, com isso, o seu valor cultural paradigmático. Se Gibbon optou por estudar o papel da religião no declínio de uma civilização concretizada no Cristianismo e em Roma e não no antigo período Maia, foi por causa do valor cultural que apenas Roma e o Cristianismo têm.

Como você também pode perceber, essa reflexão nada mais é do que isso. Muitos dos historiadores estudados não hesitaram em ir contra a corrente intelectual e até histórica do seu tempo e isso não diminuiu os seus poderes. Pois bem, a sua capacidade de refletir as preocupações e interesses do seu tempo dependia antes da sua sensibilidade e, por exemplo, no caso de Rostovtzeff, é evidente como a revolução russa o afetou e o tornou

consciente de toda uma série de problemas e questões. lidar com aqueles que até então eram insensíveis.

É também esta faculdade que os torna relevantes para nós, historiadores mexicanos do século xx, dado que a grande maioria dos nossos compatriotas são cristãos e ainda se ressentem das consequências da helenização de Roma, porque vivemos no quadro de um Estado nacional, porque nos ressentimos dramaticamente dos efeitos de uma “questão social” que é mais profunda e dolorosa do que a da Alemanha há cem anos, porque o socialismo continua a ser-nos apresentado como uma possibilidade, porque o imperialismo ou a democracia são problemas que nos preocupam independentemente de aceitá-los ou não. Não, ou melhor, quanto menos os assumimos, mais condicionados ficamos por eles. Nesta medida, a galeria de historiadores que agora temos em exposição fala connosco. Mas não só por isso, embora não seja pouco.

Para continuar o tópico, vou fazer uma digressão, voltando à literatura francesa.

No século xviii, já em idade avançada, o duque Henri de Saint-Simon percebeu que não teria descendentes além dos seus filhos. Na ausência de posteridade carnal, o duque começou a escrever suas memórias com base em seu diário e acabou produzindo uma obra monumental que ocupa cerca de sete mil páginas na edição de “La Pléiade”. Este livro de memórias centra-se na corte de Versalhes nos anos finais do reinado de Luís XIV e na regência de seu sobrinho, o duque de Orleans.

Dadas tais características, um dos temas mais importantes das Memórias é a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714). Na verdade, Saint-Simon narra a morte de Carlos II, deixando seu testamento como herdeiro Filipe, duque de Anjou e neto de Luís XIV e Maria Teresa da Áustria, filha de Filipe IV e meia-irmã do último Habsburgo que reinou sobre a Espanha. Conta também como Filipe V viajou para Espanha e como foi arranjado o seu casamento com a princesa de Sabóia, María Luisa, que tinha no seu namoro uma parente do papa, a princesa dos Ursinos que, em pouco tempo, aproveitando a fraqueza de carácter e juventude dos reis espanhóis, passou a controlar os contactos entre as cortes espanhola e francesa, pelo que a política espanhola foi decidida em Versalhes, passou por esta senhora e teve os seus efeitos em Espanha. Apesar deste testemunho em primeira mão de Saint-Simon, não notei – e isto pode ser apenas devido à minha ignorância – que qualquer historiador da Nova Espanha o leve em consideração. É verdade que o controlo que a Espanha exerceu sobre as suas colónias foi menor do que o que o FMI exerce actualmente sobre o México, mas também é verdade que os reis (ou os seus favoritos) nomearam os vice-reis, as audiências, os capitães-gerais, os bispos e todos os altos funcionários, e que A guerra de sucessão também teve repercussões na América. O que quero dizer com isto, para ser tão claro quanto possível, é que Luis González perdeu tempo escrevendo os seus convites à micro-história, uma vez que a tendência falaciosa de ver a história do México em termos de uma região isolada não é apenas geral, mas universal: tendemos a ver a história não-mexicana como se ela não nos preocupasse e cometemos erros. aqui estão alguns exemplos:

O único elemento com que todos os espanhóis concordaram na época da Conquista é que era seu dever cristianizar os pagãos e idólatras que povoavam o que hoje é o nosso país. Esta é uma característica que o Cristianismo adquiriu no século iv, quando se tornou a religião oficial do Império Romano, o que tornou a consciência dos seus súbditos um problema de Estado e também levou à necessidade de formar missões, uma vez que a

consciência de toda a humanidade também se tornou um problema para os cristãos. Podemos compreender essa atitude espanhola sem compreender como e por que o cristianismo se tornou dogma de Estado? Além disso, como podemos compreender o Cristianismo sem estudar a sua origem nas culturas hebraica e grega e a inter-relação entre elas na era helenística?

Outro exemplo. A história do México, como problema historiográfico, só surgiu em 27 de setembro de 1821. Lucas Alamán entende isso muito bem, mas é a exceção. Todos os historiadores mexicanos (ou pelo menos 90%) seguem o caminho oposto. Um dos exemplos mais claros – talvez o mais importante – é o de Vicente Riva Palacio, que foi editor do *México ao longo dos séculos* (o título já é revelador). Nesta obra, a história do México começa com o primeiro distraído que profanou o solo nacional com sua planta (desde então o foi). Esta perspectiva exclui a própria historicidade do Estado nacional e vive (ou seja) prisioneira destes “enquadramentos”, mas está condenada a nascer, crescer e morrer com este Estado nacional, e destinada a tornar-se então uma curiosidade histórica: não é a mesma coisa expressar as preocupações da época em que se vive do que ser prisioneiro dos próprios preconceitos, muito pelo contrário.

Outro exemplo: a história do México é a história da sua luta de classes. Mas se não soubermos como esta luta ocorreu em toda a sua riqueza histórica, não poderemos compreender todo o seu significado histórico nem aplicar a compreensão assim adquirida para enriquecer ainda mais a perspectiva completa.

Mais um exemplo: o México é um país capitalista. Mas o capitalismo não é um fenómeno mexicano, nem é um fenómeno meramente económico; Na verdade, sem medo de exagero, pode-se dizer que o capitalismo é o fenómeno histórico que tornou a história universal. Tentar explicar o capitalismo no México limitando-o a este país é, paradoxalmente, covarde e ao mesmo tempo imprudente. Uma das dimensões que este problema tem é a elaboração do conceito “capitalismo” e o seu uso (ou abuso) na interpretação histórica.

Os exemplos poderiam ser multiplicados e eu já estava entediado com esse tom magistral, então passo para a conclusão final voltando à metáfora proustiana.

Talvez a perspectiva histórica que ser mexicano no final do século XX nos dá inevitavelmente seja medíocre, mas se deixarmos de viver para nós mesmos e conseguirmos usá-la para refletir a nossa própria visão histórica que, como tal, só pode ser universal e, portanto, , tem que ser alimentado também pela interpretação da antiguidade clássica, podemos começar a aspirar à genialidade e a descobrir facetas insuspeitadas da história para todos. Em outras palavras, toda história é nossa história.

O

rtega y Gasset ha dicho que el hombre no tiene naturaleza, tiene historia, y que la naturaleza es a las cosas lo que la historia es al hombre. Así, el estudio de esta disciplina constituye uno de los aspectos fundamentales de nuestra vida. En esta obra, Ricardo Martínez Lacy llama la atención sobre la importancia de la historiografía; se adentra en las bases mismas de esta materia y analiza el origen del concepto de historia en la Antigüedad.

Además, con el fin de replantear las investigaciones actuales, el autor repasa una serie de obras centradas en la Antigüedad clásica. De Gibbon a Justo Sierra, pasando por Droysen, Mommsen y Von Rostovtzeff, Martínez Lacy examina las interpretaciones de estos historiadores sobre los clásicos, a la luz de su propio tiempo.

Mordaz a veces, serio y riguroso siempre, el examen de Martínez Lacy ofrece nuevas posibilidades para el quehacer historiográfico, al considerarlo una tarea universal que bien puede nutrirse de la Antigüedad clásica, ya que —en sus propias palabras— “toda la historia es nuestra historia”.

Ricardo Martínez Lacy es licenciado en historia por la UNAM y doctor en historia antigua por la Universidad de Cambridge. Traductor de las *Vidas de Agis y Cleómenes* de Plutarco (UNAM, 1987) y autor de obras como *Rebeliones populares en la Grecia helenística* (UNAM, 1995). Actualmente es investigador y profesor de la UNAM.